

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**Matheus Henrique Silva**

**Se essa rua fosse minha: uma análise psicossocial das experiências de humilhação e vergonha no itinerário da população em situação de rua**

Juiz de Fora

2020

**Matheus Henrique Silva**

**Se essa rua fosse minha: uma análise psicossocial das experiências de humilhação e vergonha no itinerário da população em situação de rua**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Processos Psicossociais em Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Santana de Paiva

Juiz de Fora

2020

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Matheus Henrique.

Se essa rua fosse minha : uma análise psicossocial das experiências de humilhação e vergonha no itinerário da população em situação de rua / Matheus Henrique Silva. -- 2020.

124 f.

Orientador: Fernando Santana de Paiva  
Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2020.

1. População em situação de rua. 2. Humilhação. 3. Vergonha. 4. Itinerário. 5. Psicologia social. I. de Paiva, Fernando Santana , orient.  
II. Título.

**MATHEUS HENRIQUE SILVA**

**SE ESSA RUA FOSSE MINHA: UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL DAS  
EXPERIÊNCIAS DE HUMILHAÇÃO E VERGONHA NO ITINERÁRIO DA  
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Dissertação defendida e aprovada em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_

---

Prof. Dr. Fernando Santanta de Paiva  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Viviane Souza Pereira  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Verônica Morais Ximenes  
Universidade Federal do Ceará

Dedico esta dissertação a todas e todos que hoje se encontram em situação de rua, que lutam e resistem diariamente para continuarem a ocupar o solo urbano, pelo direito à cidade e a uma vida na cidade.

## AGRADECIMENTOS

O presente estudo foi construído por várias mãos, fruto dos bons encontros que potencializaram e acrescentaram sentido à minha caminhada. Diante de um cenário de ataques constantes e retrocessos aos direitos arduamente conquistados, em todos os âmbitos, reforço que somente através de todo apoio e suporte que recebi ao longo do trajeto foi possível completar a escrita desta dissertação. Juntos somos mais fortes, por isso agradeço por todo afeto, luta, força, inspiração e troca que compartilhamos. A vocês expesso aqui a minha profunda gratidão.

Ao professor e orientador Fernando Santana, pelo cuidado, ensinamentos e contribuições em minha formação ética e acadêmica. Serei eternamente grato por não estar mais no mesmo lugar em que estava quando iniciei o mestrado: mais que realizar uma pesquisa embasada ética e politicamente, aprendi que, mesmo diante de tanta adversidade, ainda é possível fazer pesquisa. Apostarei sempre em utopias.

Às professoras Verônica Ximenes e Viviane Souza, pelas imensuráveis contribuições teóricas e afetivas na banca de qualificação que inspiraram este trabalho. Agradeço também por aceitarem retornar para a banca de defesa; carrego em mim a certeza de que este momento foi como o anterior, envolto em afetos, colaborações e inspirações.

Todo ser carrega em si uma força que, quando somada a outros seres, se torna maior. Por isso, agradeço aos amigos e amigas por somarem comigo favorecendo que eu não desanimasse por mais difícil que estivesse a caminhada, mesmo sendo piegas, com o apoio e carinho de todos e todas eu não me senti sozinho. Sou grato pela amizade e potência de nossas afetações, em especial a Isabella, Letícia, Gabriel, Ariadne, José e Jackson.

Ao Grupo de Pesquisa Martín-Baró, pelas contribuições e trocas nesses últimos dois anos, com todos vocês aprendi e aprendo a cada encontro. Agradeço em especial a Camila e Kíssila, por terem me ouvido e me ajudado a manter a calma durante todo o processo de escrita, vocês me ensinaram a ter paciência e a ser mais cuidadoso comigo mesmo.

Aos amigos que a Psicologia me trouxe, agradeço por ter compartilhado com vocês esse momento tão difícil. O caminho foi mais leve porque nós o compartilhamos, sempre ouvindo e cuidando uns dos outros, vocês foram peças importantes em meio às tantas incertezas e alegrias. Agradeço em especial a Amanda, João, Camila Daher e Larissa. Vocês são profissionais e pessoas incríveis.

À minha família, pelo suporte e apoio incondicional para que eu pudesse realizar mais um sonho. Aos meus pais, Janaína e Júlio, por terem sido meu porto seguro e dado as

condições concretas para que eu pudesse chegar até aqui. Agradeço também à minha avó Helena, que nunca deixou de acreditar em mim, se hoje floresço é porque estou de pé sendo sustentado por fortes raízes.

À Universidade Federal de Juiz de Fora e ao programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFJF, pela oportunidade que me foi dada através de um ensino público, gratuito e de qualidade. À CAPES pela bolsa de Mestrado ofertada, sem a qual o percurso teria sido bem mais complicado, sobretudo no atual contexto pandêmico.

À Fundação Maria Mãe, por me acolherem na instituição e me auxiliaram no que foi possível para que eu pudesse realizar o estudo. Sempre solícitos e acolhedores, sem vocês o meu itinerário teria sido mais difícil, obrigado por apostarem nessa pesquisa comigo.

A todas as pessoas em situação de rua, que somaram e construíram cada etapa do percurso da presente pesquisa, sem vocês nada disso seria viável, sem suas vozes e histórias, eu jamais conseguiria compor o estudo. Aprendi mais que poderia imaginar através das narrativas, a força e a resistência que habita em cada um de vocês, me alimentou e potencializou o meu projeto político de uma psicologia plural, feita com vocês e para vocês, meu mais sincero obrigado.

Finalizo a escrita deste trabalho no dia 28/10/2020, em meio à pandemia causada pela COVID-19. Dito isto, dedico esse trabalho às famílias dos mais de 150 mil brasileiros e brasileiras que perderam suas vidas pela doença e pelo descaso deste desgoverno. Dedico também aos profissionais que estão atuando na linha de frente e que, mesmo diante de um contexto tão caótico e devastador, dedicam suas vidas e esforços no combate ao coronavírus.

“Vivo, tomo partido. Por isso odeio quem não o faz, odeio os indiferentes.”

(GRAMSCI, 2020, p.33)



## RESUMO

A presente dissertação tece os movimentos de uma pesquisa qualitativa cujo objetivo foi compreender as experiências de humilhação e vergonha vivenciadas pela População em Situação de Rua (PSR) no itinerário pela cidade de Juiz de Fora (MG), analisando o impacto que tais experiências geram na circulação deste segmento no processo de habitar a cidade. O fenômeno PSR é antigo em sua historicidade de (in)visibilidades nos mais diversos contextos, e só conseguiu a atenção do Estado brasileiro recentemente mediante a Política Nacional para a População em Situação de Rua em 2009. As experiências de humilhação e vergonha surgem contornando os itinerários da PSR e estão intrinsecamente ligadas às violências produzidas pelos diversos atores sociais que atuam com o referido grupo. Sendo assim, há uma forte cultura nacional que perpetua o sentimento de segregação e repressão dessas pessoas, situação essa que se materializa nas ações violentas e gera impactos significativos na vida da PSR. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa em que foram empregadas três técnicas para a construção dos dados, quais sejam: a observação participante, o diário de bordo e as entrevistas semiestruturadas. Ao todo, foram realizadas nove entrevistas e todos os participantes foram acessados durante a circulação pelo campo que, *a priori*, não estabeleceu um espaço físico delimitado, apenas reproduzindo os caminhos familiares realizados pela população supracitada. Os resultados indicam que a rua não é só parte de um recorte geográfico, mas também um lugar de luta, resistência e produção de vida. Nesta direção, as experiências de humilhação e vergonha se manifestam através das violências sofridas diariamente, produzindo e fixando lugares de subalternidade no plano social. O saldo dessas situações também é expresso na formação de itinerários artificiais percorridos pela PSR no âmbito da cidade, em grande parte mediados pela necessidade de acessar serviços básicos. Os achados evidenciam as contradições existentes no viver nas ruas, ora expresso pela PSR como acolhedor e libertário, ora como algo que mina o viver, solitário e humilhante. Os resultados também indicam que as experiências relacionadas à precária inserção no mundo do trabalho, o uso de drogas e as diferentes estratégias de sobrevivência adotadas pela população supracitada também fazem parte deste complexo cenário e compõem essas circulações.

Palavras-chave: População em Situação de Rua. Humilhação. Vergonha. Psicologia Social. Itinerário

## ABSTRACT

This dissertation weaves the movements of a qualitative research which objective was to understand the experiences of humiliation and shame experienced by the Population in Street Situation (PSS) in the itinerary through the city of Juiz de Fora (MG), analyzing the impact that such experiences generate in circulation of this segment in the process of inhabiting the city. The PSS phenomenon is old in its historicity of (in) visibilities in the most diverse contexts, and it only recently got the attention of the Brazilian State through the National Policy for the Homeless Population in 2009. The experiences of humiliation and shame arise bypassing the PSS's itineraries and are intrinsically linked to the violence produced by the various social actors who work with that group. Therefore, there is a strong national culture that perpetuates the feeling of segregation and repression of these people, a situation that materializes in violent actions and generates significant impacts on the life of the PSS. This is a qualitative research in which three techniques were used to construct the data, namely: participant observation, the logbook and semi-structured interviews. Altogether, nine interviews were carried out and all participants were accessed during the circulation through the field, which, a priori, did not establish a delimited physical space, only reproducing the family paths taken by the aforementioned population. The results indicate that the street is not only part of a geographic cut, but also a place of struggle, resistance and production of life. In this direction, the experiences of humiliation and shame are manifested through the violence suffered daily, producing and fixing places of subordination on the social plane. The balance of these situations is also expressed in the formation of artificial itineraries covered by PSS in the city, largely mediated by the need to access basic services. The findings show the contradictions that exist in living on the streets, sometimes expressed by the PSS as welcoming and libertarian, sometimes as something that undermines living, loneliness and humiliation. The results also indicate that the experiences related to the precarious insertion in the world of work, the use of drugs and the different survival strategies adopted by the aforementioned population are also part of this complex scenario and make up these circulations.

Keywords: Homeless. Humiliation. Shame. Social Psychology. Itinerary

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CAPS	Centro de Assistência Psicossocial
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua
CR	Consultório na Rua
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DB	Diário de bordo
DC	Diário de campo
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MPC	Modo de Produção Capitalista
OMS	Organização Mundial da Saúde
OP	Observação Participante
OPJ	Obra dos Pequenininhos de Jesus
PIB	Produto Interno Bruto
PRESP	Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional
PSR	População em Situação de Rua
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS	Unidade Básica de Saúde
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1</b>	<b>CAPÍTULO 1 – POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: ALGUNS DIRECIONAMENTOS TEÓRICOS.....</b>	<b>18</b>
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO 2 – POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O DIREITO À CIDADE: AFINAL DE CONTAS, A QUEM PERTENCE A CIDADE?.....</b>	<b>33</b>
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO 3 – EXPERIÊNCIAS DE HUMILHAÇÃO E VERGONHA ENTRE A PSR.....</b>	<b>44</b>
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO 4 – PESQUISA ITINERÁRIA: RUA TRINTA E UM DE MAIO.....</b>	<b>50</b>
4.1	OBJETIVOS.....	50
4.2	O PERCURSO METODOLÓGICO.....	50
4.3	O CAMPO: JUIZ DE FORA, A CIDADE QUE NUNCA DORME.....	52
4.4	INSTRUMENTOS E ESTRATÉGIAS PARA CONSTRUÇÃO DOS DADOS..	55
4.5	OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	58
4.6	ANÁLISE DOS DADOS.....	61
4.7	ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA.....	62
<b>5</b>	<b>CAPÍTULO 5 – ENTRE ANDANÇAS E ITINERÂNCIAS: ENCRUZILHANDO SABERES.....</b>	<b>63</b>
5.1	SE ESSA RUA FOSSE MINHA: NOTAS SOBRE OS ENCONTROS COM A PSR.....	63
5.2	A CIDADE E SEUS SENTIDOS: EXPERIÊNCIAS DE CIRCULAÇÕES DA PSR.....	70
5.3	EXPERIÊNCIAS DE HUMILHAÇÃO E VERGONHA: VIOLÊNCIAS QUE CONTORNAM OS ITINERÁRIOS.....	78
5.4	RESISTIR E SOBREVIVER: AS TÁTICAS DA PSR PARA CONTORNAR OS CONTORNOS.....	88
<b>6</b>	<b>CAPÍTULO 6 – ANDANDO EM CÍRCULOS? ANÁLISE ACERCA DAS EXPERIÊNCIAS DA PSR NO ÂMBITO DAS RUAS.....</b>	<b>97</b>
	<b>COM JEITO DE CONCLUSÃO.....</b>	<b>110</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>115</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>123</b>

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação, que possui como objetivo principal compreender as experiências de humilhação e vergonha vivenciadas pela População em Situação de Rua (PSR) no itinerário pela cidade de Juiz de Fora (MG), é fruto de um interesse pessoal e acadêmico em contribuir com a construção de um saber pautado e comprometido com a realidade social brasileira, especialmente com a PSR, visto que ao longo da minha trajetória acadêmica atuei junto a eles em diversos estágios curriculares. Desde o início da graduação procurei atuar na perspectiva política do saber-fazer em Psicologia, e logo pude compreender e apreciar a importância da construção em conjunto de qualquer ação. Não por acaso, fiz estágios em lugares como o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPSad), o Programa de Inclusão Social do Egresso do Sistema Prisional (PRESP), Centro POP (Centro de referência para a PSR), entre tantos outros. Como estagiário pude acompanhar e ouvir diversas histórias/trajetórias no meu percurso acadêmico. Foi nesses espaços que (re)descobri a Psicologia e foi com esse sentimento que continuei, agora no mestrado, buscando entender as contradições que, ainda hoje, perpassam a minha formação.

A Psicologia pela perspectiva hegemônica que em grande parte do curso estudei, tão comum a tantos outros cursos de Psicologia, parecia estar distante da realidade de todos aqueles sujeitos que eu conheci nas diversas instituições em que caminhei. Considero que a realização do presente estudo pode se configurar como um ato político, sendo a reafirmação de um projeto político compromissado com a PSR. Defendo e acredito em um “quefazer” em Psicologia que deva conceber os sujeitos perpassados por diferentes dimensões como gênero, sexualidade, raça/etnia, classe social e que, por conseguinte, não se trata de uma ciência a-política. Ademais, trata-se de compreender a Psicologia situada em um contexto histórico e cultural e que deve analisar a realidade a partir de uma perspectiva crítica.

Portanto, destaco a importância do Grupo de Pesquisa Martín-Baró: Psicologia Social, Política e Direitos Humanos, atualmente vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em minha formação, pois foi através do referido grupo que pude avançar nos estudos acerca de uma psicologia crítica, bem como fortalecer o meu compromisso ético e político com a realidade social. Espaços que concretizam a troca de saberes entre pares, consolidando relações afetivas e servindo como base para avançarmos nos debates são de suma importância para se pensar a tão almejada transformação social. Destaco também as constantes contribuições à minha formação acrescidas pela Associação Brasileira

de Psicologia Social (ABRAPSO) da cidade de Juiz de Fora, a qual compoño enquanto representante discente e cultivo minhas afetações.

Ainda que a PSR seja público alvo de diversos estudos, poucos são aqueles que se debruçam a esmiuçar os meandros das experiências de humilhação e vergonha em sua circulação pelas ruas da cidade, ainda que o tema surja em alguns artigos (DONOSO et al., 2013; MOURA JR.; XIMENES; SARRIERA, 2013; SALGADO; MARTINS; ISABEL, 2014; ALCANTARA; ABREU; FARIAS, 2015; COSTA et al., 2015; BAPTISTA; HERRERA; PIEDRAHÍTA, 2017; MEDEIROS, 2019; REIS; AZEVÊDO, 2019). Os artigos elencados são resultados de uma revisão da literatura realizada por mim e pelo professor orientador, acerca das múltiplas experiências da PSR pelas cidades, utilizando de descritores que priorizassem as experiências de humilhação e vergonha. Como resultado foram encontrados 21 artigos, porém, apenas 8 discutiam, em algum nível, as experiências supracitadas. Este reduzido volume de trabalhos pode indicar a necessidade de se pesquisar mais acerca desses fenômenos, entendendo que eles compõem vivências, principalmente nas classes subalternas, ao passo que produzem sofrimento e realizam a manutenção das relações de poder e opressão.

Desse modo, em razão da complexidade que envolve tais discussões, surge o questionamento que conduziu esta dissertação: *mediante as tantas violências sofridas pela PSR em seus itinerários pela cidade, como tais experiências contornam tais circulações?* É um grande desafio propor um debate, tendo as emoções dos sujeitos em situação de subalternidade no cerne dessas problematizações. Afinal, durante muitos anos a psicologia estudou as emoções apartadas dos corpos dos sujeitos. “Reencarnando” as emoções em “corpos reais”, podemos dizer que este é composto por matéria biológica, emocional e social e a sua morte se dá também em todos estes níveis. Morre-se de vergonha, por exemplo, o que significa morrer por uma determinação social, isto é, há a morte social e ética. Sawaia (2014) defende que cabe à Psicologia Social mudar a perspectiva analítica que se tem dos estudos acerca das emoções, “ao introduzir as emoções como questão ético-política, obrigam-se as ciências humanas em geral, a Psicologia Social em especial, a incorporar o corpo do sujeito, até então desencarnado e abstrato, nas análises econômicas e políticas” (p. 102). Propor produzir um conhecimento científico nesta perspectiva teórica é se reafirmar no compromisso de produzir um saber contra-hegemônico.

Partindo de um referencial teórico crítico e com inspiração na tradição marxista busco estabelecer um diálogo cuidadoso entre as áreas que estão para além da Psicologia Social Crítica, como a História, a Geografia, a Sociologia, o Serviço Social e a Arquitetura. Nesta

direção, a seguir, apresento brevemente a divisão dos capítulos teóricos. No primeiro capítulo, intitulado “População em situação de rua: alguns direcionamentos teóricos”, são debatidos alguns apontamentos acerca da conceituação do que é o fenômeno PSR, assim como seu histórico e inserção nas políticas públicas assistenciais. Seguindo a discussão, argumentamos sobre pobreza e suas diversas conceituações, indicando as contradições e sua dimensão multidimensional, que varia de acordo com a perspectiva teórica adotada. A pobreza é aqui, bem como a PSR, compreendida enquanto expressão máxima da questão social, intrínseca e estrutural ao capitalismo.

O segundo capítulo, “População em situação de rua e o direito à cidade: afinal de contas, a quem pertence a cidade?” apresenta o debate acerca da constituição das cidades no modo de produção capitalista (MPC). O surgimento das cidades está entrelaçado à concentração social e geográfica do produto excedente, sendo através dos crescentes processos de urbanização que ocorre a absorção do mesmo. Desde que a cidade assumiu, em sua conjuntura, a função de negócio, ela se tornou campo de disputa pela sua própria ocupação, configurando-se como o cenário onde se (re)produz segregação. Logo, é a este contexto de contradições que a PSR é destinada, ao passo que, a este segmento populacional a cidade é constantemente negada. Sendo assim, se faz necessário ampliar os debates sobre o direito à cidade, pois garantir o direito à cidade é defender o acesso aos serviços de qualidade, à educação, permissão para poder circular pelos espaços, ter moradia, dentre tantos outros direitos fundamentais para se viver uma vida digna no solo urbano. Ademais, é lutar pela garantia de poder transformar a cidade em que se vive, reconstruindo o espaço urbano em outro que possibilite a produção de um outro modo de se conceber a vida (HARVEY, 2012; LEFEBVRE, 2001).

O terceiro e último capítulo teórico, intitulado “Humilhação e vergonha nas experiências das pessoas em situação de rua”, disserta a respeito da conceituação do sentimento de vergonha e humilhação, associando-o aos contextos de pobreza e, por conseguinte, ao itinerário da PSR pela cidade. Humilhação e vergonha funcionam como instrumentos de manutenção de uma realidade social de dominação, esvaziando os espaços de exercício de poder e despotencializando funcionalmente a pessoa que se encontra em condição de pobreza, além de contribuir em processos de adoecimento desse segmento populacional. Frequentemente associadas, possuem diferentes definições; enquanto humilhação surge como uma ação que visa a rebaixar o outro moralmente, o sentimento de vergonha pode se manifestar como consequência desta ação. Mesmo se tratando de conceitos

distintos, humilhação e vergonha estão intimamente articulados entre si e são provenientes das práticas discriminatórias (MOURA JR., 2012).

Tecendo os caminhos da pesquisa, o quarto capítulo, chamado “Pesquisa itinerário: rua trinta e um de maio”, visa a apresentar os procedimentos processuais do estudo. Portanto, apresento a natureza metodológica da pesquisa, os caminhos percorridos para construção do *locus* da investigação e um recorte de cada participante que aceitou compartilhar e construir esse caminho comigo. Além disso, explico cada recurso utilizado, como a observação participante, as entrevistas semiestruturadas, o diário de campo e os aspectos éticos.

O quinto capítulo “Entre andanças e itinerâncias: encruzilhando saberes”, busca registrar e descrever todo material obtido durante o caminho realizado pela pesquisa. Neste espaço, exponho elementos do cotidiano observados via diário de bordo, essencial para captar as nuances e impressões sobre o campo, sob o nome “Se essa rua fosse minha: notas sobre os encontros com a PSR”. Também apresento o resultado proveniente das entrevistas, separados em três grandes eixos, a saber: a) “A cidade e seus sentidos: experiências de circulações da PSR”; b) “Experiências de humilhação e vergonha: violências que contornam os itinerários”; c) “Resistir e sobreviver: as táticas da PSR para contornar os contornos”.

No sexto capítulo, “Andando em círculos? Análise acerca das experiências da PSR no âmbito das ruas”, busco resgatar elementos das discussões teóricas, articulando-os com os resultados construídos via diário de bordo e entrevistas semiestruturadas, tecendo algumas problematizações acerca das experiências que constituem a circulação e habitação da PSR na cidade. Por fim, as considerações finais “Com jeito de conclusão” buscam resumir e sintetizar os resultados e discussões apresentadas, além de apresentar alguns apontamentos sobre o atual contexto pandêmico.



## **CAPÍTULO 1 – POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E POBREZA: ALGUNS DIRECIONAMENTOS TEÓRICOS**

O fenômeno “população em situação de rua (PSR)” é antigo em sua historicidade de (in)visibilidade nos mais diversos contextos, e só conseguiu a atenção do Estado brasileiro recentemente, mediante a Política Nacional para a População em Situação de Rua em 2009. Isso se deu através das lutas sociais como, por exemplo, a criação do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), após o massacre na Praça da Sé em São Paulo, que deixou 16 pessoas mortas, todas em situação de rua. O MNPR surge, portanto, para politizar o movimento em defesa dos direitos da PSR (MELO, 2016).

Alguns autores utilizam-se da denominação “situação de rua”, buscando compreender que a lógica de transitoriedade, a princípio, caracteriza o fenômeno (ROSA; CAVICCHIOLI; BRÊTAS, 2005). Em contrapartida, Delfin, Almeida e Imbrizi (2017) dissertam que algumas pessoas preferem se “desvincular” da noção de “situação de rua”, justamente por não objetivar sair da mesma. Estes expostos indicam que existem diversas formas de tecer vinculações e identificações com as ruas.

Logo, conceituar “população de rua” é difícil, pois “a multiplicidade de condições pessoais, a diversidade de soluções dadas à subsistência e à moradia são fatores que dificultam a formulação de conceitos livres de ambiguidades” (ROSA; CAVICCHIOLI; BRÊTAS, 2005, p. 577). Para o presente estudo, buscaremos uma conceituação de PSR mais apropriada à leitura marxista do fenômeno, nas palavras de Silva (2006, p.105), “mais apropriada para significar o fenômeno e a situação para a qual são conduzidas parcelas expressivas da classe trabalhadora, em decorrência do aprofundamento das desigualdades sociais e da elevação dos níveis de pobreza produzidos pelo sistema capitalista”. A fim de complementar o exposto e com a finalidade de corroborar com uma definição mais concisa, apresentaremos também a conceituação postulada pela Lei nº 7.053/2009 que institui a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, qual seja:

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar (BRASIL, 2008, p. 08).

Mesmo a política destacando elementos como a heterogeneidade, a PSR, cotidianamente, é tratada de forma homogênea, tendo seus corpos esvaziados de história e de singularidade. Espera-se dessa população um comportamento prévio; mesmo antes do (des)encontro com eles na cidade, a relação PSR e pedestre já está estabelecida (DELFIN; ALMEIDA; IMBRIZI, 2017; SALGADO; GUIMARÃES; OLIVEIRA, 2014). No imaginário social, todas as pessoas que estão vivendo nas ruas são vistas como sendo sujeitos que possuem a pobreza como determinação e utilizam os espaços públicos para comer, consumir drogas, dormir e realizar suas necessidades fisiológicas, simplificando e reduzindo o fenômeno (PIMENTA, 2019). Dito isto, uma vez que a pessoa é reconhecida por estar vivendo nas ruas, já se esperam dela determinadas ações, como um roteiro de interações.

No âmbito internacional, a PSR teve suas raízes históricas ligadas ao advento das cidades pré-industriais europeias e ao Modo de Produção Capitalista (MPC), e desde então passaram a integrar a conjuntura da vida urbana em vários lugares do mundo. Há registros sobre o surgimento de pessoas produzindo suas vidas nas ruas que antecedem os dados supracitados. Apesar disso, mesmo o fenômeno estando presente em quase todas as civilizações humanas, foi apenas com o surgimento das cidades industriais que essa situação se tornou um fenômeno de massa (SILVA, 2006).

Localizando a PSR neste contexto, sua origem se deu em meio a um processo violento de expropriação das terras dos trabalhadores rurais que, por consequência, foram obrigados a vender sua força de trabalho. O capitalismo, em seu funcionamento, não absorve a totalidade nem qualquer força de trabalho. Foi o que ocorreu com muitos desses trabalhadores rurais, que não conseguiram inserção nesse mercado que ainda estava em transformação (SILVA, 2006). Ainda de acordo com a autora citada, “os que foram expulsos de suas terras não foram absorvidos pela indústria nascente com a mesma rapidez com que se tornaram disponíveis, seja pela incapacidade da indústria, seja pela dificuldade de adaptação repentina a um novo tipo de disciplina de trabalho” (2006, p. 74). O resultado foi um aumento considerável de uma população marginalizada, pauperizada e desempregada, na qual se insere a PSR.

Retomando as ideias de Marx, os “sem-teto” do século XIV e XVI eram o resultado da expropriação das terras e das leis que os enquadram. Ou seja, pessoas que tiveram suas terras tomadas no campo e migraram para as cidades industriais em busca de novas oportunidades e, nesse novo contexto urbano, seus comportamentos e ações passaram a ser regulados por leis específicas. Através da legislação, era determinado, por exemplo, quem poderia praticar a mendicância e quando, sendo neste cenário que se divide de maneira mais clara os chamados “vagabundos” dos trabalhadores (Justo, 2008).

Nesta direção, a partir do ápice da Revolução Industrial do século XIX, intensificaram-se novas relações sociais, nas quais representantes da classe que detém o poder político e econômico passam a controlar os modos de produção (máquinas, fábricas, etc), e, conseqüentemente, concretizam um sistema de exploração no âmbito do trabalho, espalhando-se para diversos outros setores da vida social. As pessoas não eram mais “compradas” como mercadoria de uso pessoal, como ocorreu no período do feudalismo ou na escravatura, mas sim a sua força de trabalho. Cria-se então a ilusória ideia de “liberdade do trabalhador”, concebendo-o como “livre” para poder “escolher” entre trabalhar ou não. Contudo, nunca foi pensando em como sobreviveriam aqueles que “optassem” por não integrarem a “máquina do trabalho” (GUARESCHI, 2014). O autor complementa a discussão com um trecho que ecoa na atualidade das políticas de cunho liberal:

Como se pode perceber, existe aqui um profundo cinismo: proclama-se a “liberdade” das pessoas, mas tiram-se todas as possibilidades de as pessoas terem uma terra, ou algum meio de produção com o qual elas possam produzir o que necessitam para sobreviver. “Liberdade” passa a ser uma qualidade absolutamente individual e “espírita”, não tem mais nada a ver com o dia a dia das pessoas, ou com seus direitos humanos básicos ao trabalho, à moradia, à educação, à saúde etc. É quase que uma espécie de “liberdade de espírito” (2014, p. 146).

A literatura que retoma o histórico da PSR no Brasil é escassa, não havendo concordância sobre o exato momento em que o fenômeno surge. Contudo, desde o Brasil Colônia, há registros de pessoas produzindo suas vidas no âmbito das ruas. Grande parte deste grupo era composto por ex-escravos, libertos antes da abolição da escravatura em 1888, e deixados às margens, em situação de completo abandono e sem nenhuma garantia de meios para sua sobrevivência (ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014). Como parte constitutiva do Brasil, a pobreza surge atrelada à história do país, em que se construiu uma sociedade marcada profundamente pela desigualdade. Devido aos longos processos de colonização e escravidão, pode-se observar que, se tratando de sobrevivência, a responsabilidade recaiu toda sobre a classe trabalhadora. Logo, até o final do século XIX, instituições de cunho religioso e caritativo ganharam força e avançaram na construção de práticas sociais direcionadas à sobrevivência (YAZBEK, 2012).

No final do século XIX e começo do XX, a chegada de imigrantes camponeses da Europa engrossa esse número de pessoas em situação de rua. Deste modo, foram criados cortiços e hospedarias para alocar esse contingente populacional que, aos poucos, também

ajudava a desenhar as periferias na região central de algumas cidades brasileiras (ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014). Segundo Justo (2008), durante esse período, essas pessoas eram discriminadas como “vagabundos”, não só pela falta de moradia, mas também por não estarem inseridas no mercado de trabalho. Retomando aspectos históricos, já no período do Brasil Império, o código penal de 1830 criminalizava a “vadiagem” e os “mendigos” que pelas ruas circulavam (SALGADO; GUIMARÃES; OLVEIRA, 2014).

Em meados do século XX, a intensa migração, sobretudo, para o sudeste brasileiro (êxodo rural), devido aos processos de urbanização das cidades, levou grande parte das famílias brasileiras que moravam nas regiões Norte e Nordeste a buscarem novas formas de sobrevivência. Alinhavando ao crescimento do uso mecânico da mão de obra nos campos, entende-se que essa parcela de trabalhadores rurais foi expropriada de suas terras, indo em busca das cidades como alternativa de se sustentarem (BRASIL, 2009; NOBRE; MORENO; AMORIM; SOUZA, 2018).

O surgimento da PSR como composição do tecido urbano se deu de forma gradual, e registra-se que seu aumento segue de forma exponencial pelas metrópoles brasileiras. O surgimento de grandes centros urbanísticos impôs novas condições de produção de vida. Quem vendia a mão de obra na edificação de grandes prédios não podia, nem ao menos, morar próximo a eles, e logo esses trabalhadores foram expurgados para as periferias das cidades. Com o intenso fluxo de pessoas nas capitais, devido ao aumento de novos precarizados, as condições de vida eram paupérrimas e a inserção no campo do trabalho era disputada com outros tantos candidatos, a fim de estabelecer o “perfil ideal” até mesmo para as mais simples funções (BRASIL, 2009).

Com o alto índice de desemprego, a alternativa era buscar, através de subempregos, outros meios de sobrevivência como, por exemplo, o comércio de mercadorias nos sinais e calçadas dos centros urbanos. A prática foi reprimida violentamente pelo Estado, já que não eram arrecadados tributos sobre esses artigos vendidos, e, portanto, sua venda era interpretada como ilegal. A segurança pública perseguia os vendedores, em alguns casos os prendia, e realizavam a apreensão de toda a mercadoria, deixando os mesmos sem nada. Com o esgotamento das possibilidades, só restavam a rua e os abrigos destinados ao pernoite daqueles que vagavam pelo asfalto (BRASIL, 2009).

No cenário brasileiro, as pesquisas sobre a PSR se iniciam nos anos 1990. Os primeiros estudos realizados nesta década coincidem com o avanço do capitalismo em escala mundial, indicando uma alta taxa de desemprego e, por consequência, o aumento significativo da PSR (PEREIRA, 2008; SILVA, 2006). Com toda essa problemática se agravando nos anos

seguintes e a condição de pobreza surgindo intrínseca ao processo de estar em situação de rua, assim como outros elementos, tais como abuso de álcool e outras drogas, conflitos familiares, etc., o tema foi ganhando cada vez mais espaço nos debates acadêmicos, bem como na agenda pública.

Portanto, discutir acerca da problemática da pobreza e suas múltiplas implicações é essencial para se conceber o fenômeno PSR e toda a sua complexidade. Dito isto, a temática movimenta um imenso volume de teorias e informações, apresentando uma vasta gama de visões, conceitos e indicadores. Em outras palavras, na literatura, não há um consenso entre autores acerca da definição de pobreza, assim como das medidas necessárias para enfrentá-la. O que temos disponíveis são tentativas de aproximação ao tema e à problemática, que estão sempre sendo reinterpretadas (ACCORSSI, SCARPARO; GUARESCHI, 2012). Insta salientar também que o que existe são projetos políticos que disputam a concepção sobre as causas e as possíveis razões para a expressão da pobreza e sua manutenção em nossa realidade. Cumpre destacar a visão de Pereira:

A pobreza é tão antiga quanto os primeiros tipos históricos de sociedade que, obviamente, antecedem as formações sociais capitalistas. E, tão longevas quanto ela, são as tentativas de controlá-la, antes mesmo de compreendê-la como um fato social concreto, produzido e reproduzido socialmente (...). Desde as suas origens até os dias atuais, inúmeros foram os conceitos e causas indicados para identificá-la, assim como inúmeras foram as respostas adotadas, seja para combatê-la ou reduzi-la (2006, p. 230).

Conforme exposto acima, existem diversos estudos sobre a pobreza, cada qual assumindo uma determinada perspectiva sobre o tema. Suponha-se a existência de duas grandes linhas-base, a primeira com abordagens de subsistências, definidas por critérios objetivos e precisos; e a segunda, compreendendo a pobreza como um fenômeno complexo e multidimensional. Pode-se presumir, assim, que de acordo com os conceitos adotados, obter-se-á diferentes resultados. A pobreza não é um fenômeno natural e imutável; ao contrário disso, a população pobre sempre ocupou um lugar na história, que varia de acordo com os jogos de poder e interesses vigentes (ACCORSSI; SCARPARO; GUARESCHI, 2012).

Explorando algumas conceituações não consensuais sobre a pobreza, encontra-se as discussões acerca da pobreza relativa e absoluta. A pobreza absoluta é determinada por aspectos objetivos e precisos, ou seja, pelo mínimo necessário à sobrevivência humana. Essa perspectiva tem sido amplamente criticada, pois mantém seu foco em aspectos individualistas

e biológicos voltados à alimentação, além de apresentar a impossibilidade de se estabelecer uma quantidade mínima de nutrientes para cada ser humano sobreviver, desconsiderando a dimensão das especificidades de cada sujeito, como o lugar no qual ele está inserido, suas atividades, dentre outros (ACCORSSI; SCARPARO; GUARESCHI, 2012).

Por sua vez, a pobreza relativa conceitua a existência de uma correlação entre as estruturas sociais e as instituições ao tempo da análise da privação. Dessa forma, a pobreza passa a ser compreendida de forma ampla através do contexto social dos sujeitos e de seus estilos de vida, por afirmar que a mesma é variável tendo em vista o custo de vida naquele tempo e naquela região, visto que não é questão uniforme em todas as localidades e culturas, segmentando mais e generalizando menos sua análise. Portanto, nesse diapasão, passa a interpretação da pobreza a estar interdependente ao contexto no qual está inserida. Entretanto, urge atentar-se para armadilhas como as ideológicas no relativismo da pobreza, pois, uma vez radicalizada, pode-se não mais conseguir identificar e analisar “quem são os pobres” (ACCORSSI; SCARPARO; GUARESCHI, 2012).

Neste sentido, para avançarmos nas discussões, é importante que abandonemos conceitos hegemônicos que foram produzidos historicamente no interior do pensamento liberal. Pois discutir a PSR é adentrar um fenômeno social que se intensifica no interior das sociedades capitalistas como uma das expressões da pobreza. Mesmo a PSR sendo um grupo heterogêneo constituído por diferentes realidades, tem como característica a condição de pobreza que se acentua no MPC, modo este que é perverso e visa somente à acumulação de riquezas a partir da exploração de uma classe por outra (ESTANISLAU; XIMENES, 2016).

No modelo societário capitalista, a pobreza é fruto da contradição imposta pelo capital. Sendo assim, a pobreza não deve ser encarada como um “erro” do MPC, mas sim como uma necessidade produzida pelo mesmo, uma vez que, em seu próprio desenvolvimento, a produção de riquezas e a ampliação das forças que a produzem aumenta em larga escala a pobreza; em outras palavras, entende-se que o problema não se concentra no desenvolvimento precário do MPC, mas sim no próprio desenvolvimento em si, o qual gera tamanha desigualdade e miséria (SIQUEIRA, 2012). Ainda de acordo com a autora anteriormente citada:

No capitalismo, a pobreza é um produto estrutural de seu desenvolvimento. É que o desenvolvimento capitalista, o aumento da riqueza socialmente produzida, não deriva em maior distribuição, mas em maior acumulação de capital. No capitalismo, a maior riqueza produzida significa maior apropriação privada, e não maior socialização dessa. A acumulação de

riqueza, por um lado, é complementada pela pauperização (absoluta ou relativa) por outro (SIQUEIRA, 2012, p.374).

A pobreza é o indicativo efetivo das desigualdades sociais e, como tal, é passível de ser enfrentada e erradicada. A miséria surge em decorrência de um sistema político e econômico que une a produção de fortunas pelos trabalhadores ao acúmulo de renda pelos donos dos meios de produção. Combater a pobreza, estruturalmente, significa lutar contra esse sistema político-econômico, indo além dos programas de “distribuição de renda” e tendo como foco a ordenada redução das desigualdades. Todo esse processo se daria por meio da socialização de toda a riqueza que foi coletivamente produzida (GUZZO, 2016).

Desde o seu surgimento, o MPC se desenvolve produzindo pobreza ao passo que produz riqueza. Este modelo societário não consegue absorver toda e qualquer mão de obra, logo, há um expressivo número de pessoas que não conseguem inserção no mercado de trabalho, condição sine qua non no sistema capitalista vigente. Devido à má distribuição da riqueza socialmente produzida, o aumento da riqueza é proporcional ao aumento de miséria. É neste cenário que se insere a PSR, que apresenta uma relação de determinação com a acumulação desigual de riquezas. As pessoas que não possuem condições mínimas de sobrevivência, fato que frequentemente vem atrelado a outras problemáticas, tais como os conflitos familiares, o uso abusivo de álcool e outras drogas, divórcio, etc., passam a utilizar as ruas como forma de moradia improvisada e produção de vida, circunstância esta necessária e produzida pelo próprio capitalismo (Tiengo, 2018).

Hodiernamente, após a expansão do capitalismo, a pobreza é expressada também no descarte de mão de obra barata. Neste cenário, o trabalho sofre com as transformações impostas pelo MPC, pois com a reestruturação produtiva criou-se um contingente populacional de trabalhadores precarizados, os quais acabam por sobreviverem em meio à instabilidade, à tensão permanente, à insegurança e à realização de trabalhos precários (Yazbek, 2012). Dito isto, “não é uma exceção existirem pessoas que não consigam inserção no mercado de trabalho. Tampouco a causa desse processo é a incapacidade ou falta de esforço de tais pessoas. É a consequência básica do capitalismo” (TIENGO, 2018, p. 139).

A produção da PSR é inerente ao desenvolvimento do capitalismo: este segmento não pode ser absorvido, pois cumpre um papel fundamental e estrutural na regulamentação dos salários (FARIAS; DINIZ, 2019). Todos aqueles erroneamente chamados de “excluídos das relações de trabalho” no capitalismo, na verdade, encontram-se incluídos, pois servem à

lógica da exploração; esse montante populacional é chamado de “exército de reserva<sup>1</sup>” (MARX, 2017). Por conseguinte, quanto maior for o número de trabalhadores buscando por empregos, mais fácil é controlar e regular os salários (TIENGO, 2018). O autor complementa:

Diante disso, entendemos que a população em situação de rua é consequência da acumulação desigual de riquezas, na qual muitos acumulam miséria e alguns acumulam riqueza, sendo que os acumuladores de miséria são aqueles que geram a riqueza que lhes é expropriada. A existência de pessoas que, sem as condições mínimas de sobrevivência, passam a usar as ruas como moradia é um produto do capitalismo, necessário a ele, visto que compõem a superpopulação relativa, primordial à existência do capitalismo (TIENGO, 2018, p. 140).

Há um grupo sendo pressionado pelo outro; o primeiro é composto por pessoas empregadas com cargas excessivas de trabalho e, o segundo, um grupo “em estoque” que serve para manter o primeiro em estado de alerta. Essa configuração expressa o que Marx denominou de “lei geral de acumulação capitalista” (TIENGO, 2018). E é composto o segundo grupo que a PSR cumpre o seu papel nessa estrutura. Nas ideias de Silva (2009), vinculado ao processo de acumulação do capital está a reprodução da PSR como uma “superpopulação relativa”, sendo produzida pelo capitalismo e pelo mesmo não sendo absorvida.

Nesta direção, Montaño (2012) faz o seguinte questionamento: “Por que pensar a pobreza na sociedade capitalista, se em toda sociedade de classes sempre houve pobreza e desigualdade?”. A pobreza, no MPC (pauperização absoluta ou relativa), resulta da acumulação privada de capital, mediante a exploração no interior das relações de trabalho entre os donos dos meios de produção e os donos da força de trabalho (explorado x exploradores), ou seja, são os explorados que produzem toda a riqueza e os exploradores que se apropriam da mesma (MONTAÑO, 2012). Ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo, não se observou necessariamente maior distribuição das riquezas entre as classes sociais mas, pelo contrário, constata-se uma tendência da acumulação por uma minoria valendo-se, sobretudo, da lógica de exploração do trabalho humano e da precarização das relações de trabalho (MONTAÑO, 2012; TIENGO, 2018).

---

<sup>1</sup>Se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece as suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (MARX, 2017, p.709).



Em diversos países ditos industrializados há o fenômeno da pobreza, bem como nos considerados “em desenvolvimento”, compreendendo que os determinantes de um bom índice de desenvolvimento possuem direta ligação com o acúmulo do capital. Dito isto, o Produto Interno Bruto (PIB) tem sido um importante instrumento indicativo do nível de desenvolvimento de um país. Porém, avaliar um país como sendo desenvolvido ou em desenvolvimento, levando em consideração apenas a produção de suas riquezas, não indica as condições em que a população desses países realmente vive (GUZZO, 2016).

No contexto brasileiro, as diferentes etapas do desenvolvimento social e econômico fizeram a manutenção da condição da pobreza, mesmo a erradicação da miséria sendo foco das políticas públicas que são, em sua maioria, assistencialistas e não favorecem a emancipação dos sujeitos. Como exemplo, observa-se o Bolsa Família, programa voltado para transferência de renda destinado às famílias em condições severas de pobreza. Políticas como esta não favorecem a transformação dos pilares que sustentam o poder econômico vigente. Mesmo através de políticas como o Bolsa Família, milhares de pessoas ainda convivem com a miséria e os programas se transformam em paliativos que visam minimizar os danos causados pela pobreza na vida desse contingente populacional (GUZZO, 2016).

Discutir a pobreza tendo como referencial o desenvolvimento capitalista das relações sociais implica em analisá-la como uma das expressões da “questão social”. Partindo do pressuposto de que a “questão social” se expressa como resultado de um sistema que produz, em larga escala, desigualdades, conclui-se que os ditos “pobres” são o resultado desta sociabilidade capitalista que (re)produz as desigualdades nos níveis sociais, políticos, econômicos e culturais (YAZBEK, 2012). Situando a PSR neste debate, Silva (2006) aponta que a PSR é uma expressão radical da “questão social”, sendo também um fenômeno perpassado por outras expressões da “questão social”, como a ausência de moradia, o desemprego e a pobreza; portanto, é necessário ter o discernimento de que se trata de um debate multifacetado.

A relação de exploração estabelecida entre “capital-trabalho” concebe o fenômeno da “questão social”. O mesmo se dá a partir do seu processo produtivo, suas contradições e enfrentamentos, bem como a luta de classes. A pobreza, expressa através da “questão social”, é gestada no interior das relações de produção capitalistas, mesmo lugar em que se constitui os interesses de classe. Por conseguinte, em uma sociedade guiada pelo capital, a miséria é o produto das relações de acumulação privada, e o próprio desenvolvimento das forças produtivas é o que causa a pobreza no expressivo montante populacional. Não se limita a uma problemática de má distribuição, mas sim ao lugar destinado às pessoas nesse sistema de

produção (MONTAÑO, 2012). Isto posto, a “questão social” surge como resultado de uma sociedade dividida por classes, na qual a apropriação da riqueza socialmente produzida é excessivamente desigual no MPC (IAMAMOTO, 2008).

Devido às suas origens de classe, os pobres são desqualificados e fixados em um lugar indesejável na sociedade, tendo suas expressões e comportamentos denominados como negativos e hostilizados. Este espaço destinado à pobreza é fruto do próprio sistema que gera as desigualdades e se expressa para além do plano econômico, social e político, mas, sobretudo, “nos valores das classes subalternas e de seus interlocutores na vida social” (YAZBEK, 2012, p. 289).

Sem mudanças em níveis estruturais, não há mudança na vida daqueles que enfrentam, diariamente, uma série de privações quanto ao acesso a uma boa moradia, a transporte público, a educação de qualidade, à saúde e à assistência. Logo, os pobres estão fadados a um destino sem perspectivas de melhora na qualidade de vida, qualidade esta pautada no respeito, na dignidade, nas condições saudáveis, etc. Portanto, cabe afirmar, de acordo com a autora, que a pobreza se apresenta de múltiplas formas e gera impactos significativos na vida das pessoas, afetando, até mesmo, o seu desenvolvimento subjetivo (GUZZO, 2016). A autora complementa:

Os pobres não podem ser invisibilizados, já que são a maioria da população de grande parte dos países do mundo, tais como os países da América Latina, Ásia, África, em comparação com a Europa e América do Norte. Mais do que ser pobre por ausência das condições materiais necessárias para uma vida digna, o fato de “sentir-se pobre” ou avaliar a situação como um pobre, é a materialização do mundo em um processo de expansão de um imaginário geopolítico – ser sempre pobre quando se tem como referência um país dominante rico (GUZZO, 2016, p. 153).

A pobreza não é um fenômeno natural, mas sim uma categoria socialmente e historicamente construída, que se insere na vida social por uma condição de classe. No capitalismo contemporâneo, é possível identificar os impactos causados pelo sistema político nas classes subalternas como, por exemplo, a precarização do trabalho ou da moradia, o contingente da classe trabalhadora que não consegue inserção no mercado de trabalho, a falta de alimentação, o cansaço, a alienação, a raiva, dentre tantos outros aspectos que tensionam o viver, que adoce os ditos pobres e os fixa em uma categoria que (re)produz o seu lugar de subalterno na sociedade. Todos esses expostos conduzem também a uma noção de naturalização das condições de pobreza, apresentando as incongruências entre as adaptações

da economia para atender à ordem capitalista internacional e aos esforços empreendidos em direção ao “social” pelo Estado brasileiro (YAZBEK, 2012).

A pobreza está atrelada a um universo marcado pelas humilhações, privações, relações de submissão, revoltas veladas, à exaustão, às estratégias de resistência e, não obstante, às táticas de sobrevivência (YAZBEK, 2012), elementos identificados na vida da PSR. A autora supracitada ainda diz:

Embora a renda se configure como elemento essencial para a identificação da pobreza, o acesso a bens, recursos e serviços sociais, ao lado de outros meios complementares de sobrevivência, precisa ser considerado para definir situações de pobreza (2012, p. 292).

Em suma, discutir a pobreza no contexto brasileiro e as respectivas formas de enfrentamento adotadas é discutir a inserção do debate em uma agenda neoliberal. Deste modo, as políticas de cunho compensatório são destinadas às parcelas da população que vivem em situações limites de miséria e estão, por conta do próprio sistema vigente, impedidas de disputarem uma vaga no mercado de trabalho. Vale salientar também que grande parte das políticas de enfrentamento são produzidas em parceria com instituições filantrópicas e produzem programas pontuais, fragmentados e distanciados da questão social (YAZBEK, 2012). Isto posto, iremos tecer alguns direcionamentos acerca do desenvolvimento das políticas públicas para a PSR.

No Brasil, anterior à Constituição Federal de 1988, a assistência à PSR era realizada pela iniciativa privada em ações de caráter caritativo ou por meio de intervenções efêmeras do poder público incentivando a não permanência na cidade. Posterior ao novo marco constitucional, a assistência social se integrou à saúde e à previdência, formando o tripé da seguridade. Durante os anos 1990, as cidades brasileiras abrigavam um contingente populacional que já perambulava pelas ruas e era visto como problema de ordem pública, tendo em vista que a mendicância era proibida por lei, logo, deveria ser reprimida. Em outras palavras, o tratamento destinado à PSR ficava a cargo da segurança urbana, que os expulsava violentamente dos centros urbanos (FILGUEIRAS, 2019).

Filgueiras (2019) aponta que a inserção da PSR efetivamente na agenda governamental ocorreu de forma demorada; foi um processo longo, marcado por atrasos programáticos, problemas orçamentais, obstáculos políticos e institucionais. Somente entre os anos de 2007 e 2008 foi produzido o primeiro censo nacional sobre a população em situação

de rua, contratado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Através do referido censo foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua nos 71 municípios brasileiros pesquisados, apontando Juiz de Fora, cidade em que ocorreu a pesquisa fruto desta dissertação, entre os dez municípios com a maior PSR (BRASIL, 2012; SILVA, 2009).

Os resultados anteriormente expostos só surgem no ano seguinte, em 2009, através da Política Nacional Para a População em Situação de Rua, que conforme anteriormente mencionada foi instituída pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), através do Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009b), “cujo propósito era promover o acesso dessas pessoas aos programas e ações setoriais nas áreas de educação, saúde, habitação, política de emprego, trabalho e renda, segurança, assistência social, transferência de renda e segurança alimentar” (FILGUEIRAS, 2019, p. 981). Insta salientar que o número total de PSR poderia chegar a 50 mil, caso as estatísticas anteriores de pesquisas já realizadas nas demais cidades brasileiras também houvessem sido contabilizadas (SPOSATI, 2009).

Atualmente, de acordo com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), não há dados oficiais sobre essa população. A dificuldade em obter esses registros se dá mediante a complexidade de se operacionalizar uma pesquisa de campo com indivíduos sem endereço fixo, acarretando prejuízos na implementação de políticas públicas voltadas para este segmento populacional, e reproduzindo a (in)visibilidade dessas pessoas na esfera das políticas sociais (NATALINO, 2016).

Entretanto, ainda de acordo com os dados do IPEA, que realizou uma estimativa da população de rua no Brasil, contabilizou-se a existência de 101.854 pessoas produzindo suas vidas no âmbito das ruas, tendo sua concentração em municípios de grande porte. Mesmo adotando outros métodos para a construção desses dados, este levantamento se caracteriza como limitado, pois o mesmo não é capaz de informar estimativas precisas para cada município e recomenda que a PSR seja inserida no Censo Populacional de 2020, para que seja suprida a carência de dados precisos (NATALINO, 2016).

Apresentando alguns dados referentes à PSR produzidos pela Política Nacional para a População em Situação de Rua, foi registrado que 82% da PSR são constituídos por homens adultos. Com relação à raça, 39,1% se declararam pardos, 29,5% se declararam brancos e 27,9% se declararam negros, assim, a quantidade de pessoas negras em situação de rua (pardos somados a pretos) é, consideravelmente, maior. No tocante a renda, 52,6% relataram receber entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 reais. Com relação à escolaridade, cerca de 74%

declararam saber ler e escrever, 17,1% não sabiam escrever e 8,3% assinavam apenas o nome. Grande parte da PSR relatou dormir nas ruas (69,6%), um grupo menor (22,1%) pernoita em albergues e instituições de acolhimento noturno. Cabe salientar que cerca de 46,5% dos entrevistados disseram preferir dormir nas ruas a dormir nas instituições, e as razões apontadas foram: a maioria atesta que a falta de liberdade é o maior motivo (43,9%); 27,1% dizem que a razão são os horários de funcionamento; e o motivo de cerca de 21,4% diz respeito à proibição do uso de álcool e outras drogas (BRASIL, 2008).

Com relação aos motivos que levaram os entrevistados a morarem e viverem nas ruas, 35,5% apontam que o uso de álcool e outras drogas foi a principal razão; o desemprego foi relatado por 29,8% e problemas familiares por 29,1%. No que diz respeito aos aspectos ligados à mobilidade, 45,8% disseram que sempre viveram no município em que estão atualmente. A PSR é composta por trabalhadores, 70,9% exercem alguma atividade laboral, apenas 3,1% alegaram pedir dinheiro nas ruas, o restante se divide em: catador de materiais recicláveis (27,5%), “flanelinha” (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Ainda no âmbito das atividades laborais, 47,7% alegaram nunca terem trabalhado com carteira assinada. No que concerne à proteção social, a grande maioria diz não receber auxílio dos programas governamentais (88,5%) e aqueles que recebem se dividem em: aposentadoria (3,2%), o Programa Bolsa Família (2,3%) e o Benefício de Prestação Continuada (1,3%) (BRASIL, 2008).

Na seara das políticas públicas assistenciais, como já mencionado, desde a Constituição Federal de 1988, juntamente com a posterior Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o poder público passa a ter a responsabilidade de prover serviços e programas voltados a essa parcela pobre da população, visando a garantir a efetividade da concretização dos chamados “mínimos sociais” e direitos fundamentais de forma ética e digna (COSTA, 2005). Portanto, de acordo com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, essas garantias se consolidam através da Política Pública de Proteção Social, que atua no formato de rede. Essa rede socioassistencial, em sua divisão, tem seus serviços separados por níveis de proteção social, sendo eles a proteção Básica e a Especial de média e alta complexidade (SMADS, 2016).

A rede de serviços assistenciais deve funcionar como ponte de acesso às demais políticas públicas. Além disso, ela deve buscar sempre sua adequação e qualificação, visando a alinhar-se à realidade de vida dessa população além da eficácia de suas funções. Todavia, ao falar sobre a qualidade desses serviços prestados, remete-se ao histórico de “serviços pobres” destinados à parcela pobre da população (COSTA, 2005).

Entretanto, a omissão histórica pelo poder público na criação e ampliação de serviços de proteção social destinados à PSR produziu uma lacuna que foi preenchida por entidades religiosas, instituições de assistências privadas, etc. As práticas realizadas por essas frentes de atuação, em sua grande maioria, não viabilizam a construção de possibilidades de transformação da realidade daqueles que estão nas ruas (MATTOS; FERREIRA, 2004). Toda essa herança no campo assistencial compõe o cenário atual das políticas sociais brasileiras, pois reverbera nas práticas e na execução dessas políticas.

Mesmo com os avanços nas políticas públicas, deve-se atentar para o fato de que algumas dessas políticas ainda reproduzem práticas de cunho assistencialista e compensatório. O Estado opera via políticas sociais na gestão da população assistida, a partir de mecanismos assistencialistas e punitivos. Estes indivíduos acabam por serem reconhecidos, na maioria das vezes, como objeto da tutela do Estado, da caridade das instituições religiosas ou da benevolência privada. Por serem políticas públicas destinadas ao segmento das classes subalternas, parte delas conta apenas com projetos que visam a amenizar a inclusão social precária dessas pessoas na sociedade, não necessariamente a atuar no combate e superação da pobreza (NONATO; RAIOL, 2016; YAZBEK, 2005).

Entende-se, portanto, que a pobreza e suas respectivas expressões (ações de enfrentamento, políticas públicas, etc.) são uma produção histórica engendrada na atualidade pelo modelo econômico presente na conjuntura da sociedade capitalista, considerando ainda as particularidades do contexto brasileiro. Os diversos conceitos que abarcam a temática devem ser encarados como construções que atendem aos interesses das classes dominantes em um determinado período histórico; é preciso contextualizar os conceitos, as práticas, as políticas produzidas, o conhecimento científico, pois todos esses elementos são atravessados por interesses e jogos de poder (ESTANISLAUN; XIMENES, 2016; SIQUEIRA, 2012).

Não obstante às discussões sobre pobreza, falar em PSR é também falar sobre a rua, sobre pertencimento, sobre estar na rua e dela produzir modos de vida, mesmo em um espaço onde as desigualdades ganham novos traços. Como constatado em pesquisa realizada por Medeiros (2019), “as definições dos limites físicos da cidade servem para demarcar as desigualdades e diferenças sociais” (p. 142). Ainda nas palavras da autora, pode-se perceber que a PSR, no cenário das ruas, tem seus desejos, vontades, direitos e liberdade pessoal desconsiderados, e o que fica é a negativa da capacidade reflexiva dessas pessoas sobre suas “escolhas”. Resultante a isso, temos o contexto ideal para a proliferação de políticas públicas autoritárias, repressivas e preenchidas com discursos moralistas sobre a incapacidade da população que está nas ruas de exercer sua cidadania.

Desta forma, podemos pensar na cidade como um lugar onde as experiências de subalternidade vão se imprimindo no tecido urbano, tomando novas formas e contornos de acordo com os atores sociais envolvidos. Holanda (2019) afirma que é andando pela cidade que dela se faz parte, que é através da circulação que se aprende onde circular, e assim vão se produzindo as relações com esses espaços, relações que são atravessadas constantemente pelos questionamentos e que resultam na construção de um modo de existir. Assim, é pertinente refletir como se dá a circulação pela cidade dos sujeitos oriundos das classes subalternas, qual tratamento é destinado a este segmento e se é garantido o direito de se produzir vida nesses espaços.

## **CAPÍTULO 2 - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O DIREITO À CIDADE: AFINAL DE CONTAS, A QUEM PERTENCE A CIDADE?**

A cidade, desde a Antiguidade, aparece ligada à temática do poder e da liberdade. A “pólis” estava relacionada ao exercício da política, ao ambiente público e à comunidade. As “formas de desenvolvimento”, *a priori*, caracterizam as cidades como o lugar destinado aos encontros, ou seja, o espaço em que as pessoas poderiam se encontrar com o estranho sem, necessariamente, se estranhar (AGUIAR, 2009).

O surgimento das cidades também está entrelaçado à concentração social e geográfica do produto excedente. “Portanto, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em poucas mãos” (HARVEY, 2014, p. 74). O desenvolvimento das cidades cumpre os interesses do capitalismo, consolidando-o “como modo de produção da vida material e espiritual humana” (FARIAZ; DINIZ, 2019, p. 38). Em uma sociedade capitalista, a busca por mais-valia, ou seja, para se obter os lucros, se dá através da produção de excedentes. Em outras palavras, existe a “eterna” produção de excedentes pelo capitalismo, a qual é condição primordial para a urbanização. Essa relação também se dá de modo inverso, em outros termos, o capitalismo necessita da urbanização para absorver essa produção constante de excedente de produção (HARVEY, 2014).

Todo lucro obtido pelos capitalistas é reinvestido, a fim de se produzir mais dinheiro. As leis de concorrência obrigam que haja esse constante reinvestimento dos excedentes de produção, pois sempre haverá um capitalista disposto a investir, caso o outro não invista. Dessa forma, para a produção e absorção de capital, configura-se uma relação de constante busca por espaços rentáveis. Se algum fator impedir que essa relação de expansão se estabeleça, bloqueando a circulação do capital, deflagra-se uma crise, pois o mesmo, sem reinvestimento, perde o seu valor e não obtém o lucro (HARVEY, 2014).

Ante o exposto, evidencia-se a importância do papel ativo atribuído aos processos de urbanização, ao lado de outros métodos, como a militarização, que possuem como propósito a absorção do excedente que está em constante geração. Como o exemplo da cidade de Paris, durante o Segundo Império, em que se deflagrou uma crise em toda Europa e observou-se, mutuamente, excedente de capital e excedente de mão de obra. Para resolver o problema de absorção do capital, o imperador Luís Bonaparte anunciou diversos programas voltados para a infraestrutura da cidade e de outras partes da Europa. No contexto parisiense, esse investimento significou a reconstrução urbana da cidade, resolvendo as questões relacionadas



ao desemprego e ao excedente através da urbanização em um projeto colossal para a época. A intervenção funcionou por aproximadamente 15 anos, não só transformando Paris na “Cidade Luz”, mas também criando um novo sujeito urbano e uma nova tendência de vida, tendo o consumo como característica central e afastando as classes subalternas dos centros urbanos (HARVEY, 2014).

Ao longo dos anos, o processo urbano passou por diversas transformações, até se tornar um fenômeno global, tendo como ator central o “*boom* do mercado imobiliário” em diversas regiões do mundo. “Projetos urbanísticos assombrosos, espetaculares e criminosamente absurdos em certos aspectos surgiram no Oriente Médio [...], como forma de tomar para si os excedentes de capital da riqueza proveniente do petróleo” (HARVEY, 2014, p. 43). O avanço predatório da urbanização estipulou um novo “estilo de vida”, ou seja, se iniciou um processo de monetização da qualidade de vida acessível somente àqueles que pudessem pagar por ela. O fenômeno também se reproduziu nas cidades, novo local destinado ao consumo desenfreado estabelecendo uma economia política urbana (HARVEY, 2014).

O fato de a cidade no capitalismo, hodiernamente, assumir o patamar de produto à venda concomitante a outras cidades, em um mercado manifestamente competitivo, é uma ideia recorrente entre os novos planejadores urbanos. Nesta seara, costumeiramente, o conceito de uma cidade democrática e justa é vendido adstrito à ideia de uma cidade segura. Neste modelo de metrópole-mercado destinada a um público específico, a pobreza é classificada, estrategicamente, como um problema de “paisagismo”. Deste modo, a cidade não é só um produto a ser vendido, mas também uma mercadoria de luxo endereçada aos mais ricos, que possuem, de fato, poder aquisitivo (ALVAREZ, 2018; VAINÉ, 2013). Neste sentido, Padua reitera:

Estudar o espaço que é produzido através de estratégias cada vez mais elaboradas para a realização econômica não é tarefa fácil, pois os conteúdos dos processos se ligam necessariamente ao uso e à vida das pessoas na cidade, revelando o espaço como uma mercadoria especial, já que é nele que a sociedade se materializa e se reproduz (2018, p. 145).

À vista disso, as cidades se tornam cada vez mais segmentadas, servindo de palco para conflitos violentos, e a forma como vivenciamos essa cidade se dá de acordo com a espécie de consumo que nos é ofertada. Se é por via dos crescentes processos de urbanização que ocorre a absorção de capitais excedentes e, por consequência, a transformação das cidades, em

contrapartida, ocorre um intenso processo de destruição e degradação da mesma, devido ao recorrente processo de reestruturação dos centros urbanos. A lógica liberal alarga a distância e a possibilidade de se conceber uma cidade enquanto um “corpo político coletivo” (HARVEY, 2014, p. 49). Ainda na visão do autor:

Quase sempre, isso tem uma dimensão de classe, pois em geral são os pobres, os desprivilegiados e marginalizados do poder político os que sofrem mais que quaisquer outros com esse processo. A violência é necessária para construir um novo mundo urbano sobre os escombros do antigo (2014, p. 50).

A cidade no MPC, como outrora citado, concebida como mercadoria, por intermédio do trabalho nela solidificado, contém valor de uso e valor de troca e, certamente, como meio de circulação do capital. As contradições fundamentam o processo de construção da cidade capitalista, onde em um polo se situa a produção social do espaço e, no outro, a sua apropriação privada, mediada pela propriedade — e também as necessidades e interesses de classe. Neste sentido, a cidade ocupa um lugar de “bem intercambiável”, passível de valor, acirrando sua concepção de negócio e segregação e também lugar em que a população tece o viver (ALVAREZ, 2018).

Neste sentido, a dimensão de um espaço social se torna alheia a ela, pois o cerne de seu interesse está nos processos de produtividade e concorrência, com o intuito de se obter resultados. Por conseguinte, a ideia de *pólis*, cidade voltada para os encontros entre pessoas, não se encontra alinhada aos propósitos da “cidade-empresa”, tendo a sua dimensão política rejeitada (VAINÉ, 2013). A construção das cidades, feita em grande parte pela urbanização capitalista, reforça os limites e as diferenças, da mesma forma que é frisada pela apropriação privada. Pode-se dizer que a produção do espaço, via de regra, é consoante à reprodução da vida. Atualmente, sob a égide do capitalismo, o desenvolvimento desgovernado das formas de acumulação produziu um cenário de privação da vida (CARLOS, 2018; SANTOS, 1993).

Toda essa problemática anteriormente levantada repercute, em algum nível, em todos os centros urbanos brasileiros. Resguardando suas especificidades, como por exemplo a região do país em que a cidade se insere ou o seu tamanho físico, todas as regiões urbanas apresentam problemas de moradia, empregabilidade, acesso a lazer e cultura, saneamento básico, saúde, entre tantos outros que desvelam as fragilidades da vida de determinado segmento social. Ainda que o fenômeno surja em todas as conjunturas urbanas, quanto maior

for o tamanho da cidade, mais visíveis são suas carências e déficits, e com o avanço da urbanização capitalista, que devora os recursos públicos em prol dos interesses privados e de acumulação, menor é o investimento no nível social, bem como o interesse em tornar essa cidade voltada para todas as pessoas (SANTOS, 1993).

Em um espaço no qual se acentuam as desigualdades, a elite que concentra a riqueza socialmente produzida é quem dita a reprodução do espaço urbano, condição necessária à reprodução do capitalismo, “numa aliança entre os planos político e econômico contra o social” (CARLOS, 2018, p.43). As drásticas mudanças nas cidades e seus espaços obrigam que os cidadãos desenvolvam novas relações quanto ao seu uso e acesso, pois, para além da esfera produtiva, encontra-se neste cenário a produção do dia-a-dia, ou seja, no plano social a reprodução da cidade se dá mediante as proibições e limitações do seu uso pelas pessoas (CARLOS, 2018). Afinal, essa cidade não é pensada para todos, mas sim produzida e destinada, como já citado, para uma pequena elite que detém os meios para realizar este acesso.

No eixo político, o Estado atua na instituição de políticas públicas que propiciam a acumulação, como por exemplo o programa “Minha Casa Minha Vida”, e que surgem também como possibilidade de atenuar momentos de crises do capital. Ainda dentro do exemplo, o referido programa visa o consumo do espaço por meio do alcance à moradia por parte da população que outrora não obtinha meios razoáveis para tal, fazendo com que o Estado promova, no âmbito do mercado imobiliário, o crescimento do mundo da mercadoria e inserindo “os pobres” na lógica do consumismo (CARLOS, 2018).

Devido ao seu recorrente processo de reconstrução, as cidades apresentam uma nova forma de sociabilidade, em que expõem um novo tipo de apropriação da mesma pelos cidadãos. Em meio a esses processos, a parcela pobre da população tem suas vidas “demolidas” pela destruição dos centros urbanos em busca da criação de nichos cada vez mais voltados ao consumo. Naturalizam-se, desta forma, ações violentas, pelos mecanismos estatais, de mobilização. Destruir a cidade para torná-la mais atrativa e lucrativa é assolar a vida dos mais pobres, pois são obrigados a reconstruir o seu viver nas metrópoles, buscando condições de sobrevivência em um espaço urbano cada vez mais empobrecido (PADUA, 2018).

A busca pela sobrevivência na cidade fez com que uma parcela da população a habitasse de forma ilegal, fazendo com que surgisse uma cidade que se contrapõe à “cidade legal”, uma cidade que, em alguns casos, não aparece nos mapas ou nas contagens dos sensores. Ao se aplicar os padrões de vida dos países ditos desenvolvidos a alguns espaços das cidades

brasileiras, produziu-se uma relação de “exclusão” territorial, alimentando a segregação espacial, dificultando as relações democráticas e marcando uma “modernização inacabada”. O saldo de tudo isso foi o surgimento de cidades que encontraram pela via da urbanização um importante aparato ideológico que oculta a “real cidade” criando um espaço voltado para o mercado especulativo e distante de parte da população (MARICATO, 2013).

Na urbanização brasileira, as leis se aplicam de acordo com as circunstâncias, e tudo aquilo voltado à qualidade de vida da grande maioria popular (saneamento, acesso ao transporte público de qualidade, moradia social, etc) fica de fora do lugar central no modelo de urbanização executado. Logo, o desfecho é que saneamento, transporte, cidadania, mercado, leis, dentre tantas outras questões, sejam destinados a apenas algumas pessoas. “O espaço urbano não é apenas um mero cenário para as relações sociais, mas uma instância ativa para a dominação econômica ou ideológica” (MARICATO, 2013, p.168).

A acelerada privatização dos espaços da cidade e o esvaziamento dos espaços públicos contribuem para o processo de segregação e de isolamento social. Nas ideias de Kunz, Heckert e Carvalho (2014, p. 921), “A cidade é esquadrihada de forma a impedir/reduzir as misturas e a circulação, opondo casa e rua, público e privado [...]. Os mais pobres, que escapam às políticas de segregação espacial [...], ocupam as ruas da cidade e se constituem como uma ‘ameaça à segurança’, ‘à ordem da pólis’”. Na perspectiva dos autores, para sobreviver na cidade, a PSR utiliza das mais diversas táticas e estratégias para esquivar-se de proibições e limites, dando novos significados a objetos e lugares e, assim, produzindo diferentes contornos no cenário urbano.

Em pesquisa realizada por Serafino e Luz (2015), constatou-se que o uso das regiões centrais das cidades pela PSR se dá em um formato de busca pela sobrevivência, através do comércio e do intenso movimento de transeuntes que favorecem os meios de subsistência. Seja pedindo dinheiro ou comercializando algum tipo de mercadoria, o fato é que a busca pelo centro, mesmo diante a toda adversidade e violência, garante a manutenção precária da existência da PSR pelas ruas. Nonato e Raiol (2016) discutem que o circular e o habitar a cidade pela PSR ainda se dão através da luta para poder ocupá-la e nela existir, pois, para essa população, a rua quase sempre é negada, se revelando violenta e hostil.

Em um primeiro momento, a relação que a cidade estabelece com a PSR é a sua negação enquanto uma das expressões mais intensas da chamada “questão social” discutida no item anterior. As constantes investidas para retirar esses sujeitos das metrópoles indicam a forma como esse tipo de cidade encara e lida com este grupo social. Em um segundo movimento, contrário ao primeiro, “a sobrevivência dessas pessoas implica em ocupar a

cidade, manejar seus recursos e criar formas de sociabilidade próprias no solo urbano” (FARIAS; DINIZ, 2019, p. 47).

Devido às condições em que a PSR é determinada a viver, usualmente se utiliza do discurso falacioso da invisibilidade para se referir ao segmento. Os mecanismos ideológicos atuam favorecendo essa “invisibilidade”, situando a PSR nas cidades como sobrantes, restos indesejáveis que precisam ser escondidos a todo custo. Entretanto, o aumento das cidades e a crise do projeto político urbano coloca os sobrantes em destaque, inserindo essa população em uma espécie de “visibilidade perversa”, pois é através das tragédias que acometem o cotidiano dessas pessoas que ganha-se destaque midiático, tornando-os visíveis (FARIAS; DINIZ, 2019). Em concordância, Mello aponta que:

Se a riqueza é aparatosa e gosta de exibir o seu luxo, a pobreza não pode esconder-se, atravessa os limites dos bairros pobres e chega às ruas bem comportadas, às avenidas, às pontes e viadutos, às marquises dos edifícios grandiosos. Terrenos vagos à beira dos rios e das estradas são locais escolhidos para habitação e vão se transformando (...) (2014, p. 135).

Esses acontecimentos servem como motivação e endossam discursos higienistas que visam à retirada da PSR dos locais de “interesse público”; aliando-se a isso, encontra-se um modelo arquitetônico hostil, que remonta a cidade evitando criar lugares com condições para que esses sujeitos a utilizem. Como produto do fenômeno urbano, a PSR explicita a dinamicidade das cidades construídas por um processo de urbanização capitalista, revelando estes espaços como limitados ao uso de alguns sujeitos, bem como seus recursos. Em contradição, é neste mesmo espaço urbano que a PSR é destinada a lutar por sua sobrevivência, fazendo, da cidade, moradia (FARIAS; DINIZ, 2019).

Dito isto, “[...] as grandes cidades, ao passo em que possuem na PSR um resultado necessário de sua reprodução, os negam como cidadãos, ou seja, aqueles que possuem direito de usufruir legitimamente de seus equipamentos e de suas potencialidades” (FARIAS; DINIZ, 2019, p. 35). Isto significa que a PSR surge concomitante à necessidade de reprodução das cidades no capitalismo: o fenômeno não está apartado desse modelo de sociabilidade, ao contrário, ele é uma condição e expressão do mesmo.

Pesquisando os modos de vida da PSR, Carneiro (2019) apresenta que a aludida população tem sido constantemente associada à desordem urbana, justificando discursos

oportunos às intervenções urbanas. De acordo com a autora, “os fenômenos de violência, insegurança e deterioração vinculados, sobremaneira, aos moradores de rua são úteis e imprescindíveis para a ação do mercado especulativo e imobiliário no solo urbano” (2019, p. 58). Em suma, Carneiro (2019) relata que regiões da cidade degradadas e seu entorno podem ser comprados por preços baixos e, após investimentos, esses lugares trazem grandes retornos financeiros. Aliada à lógica neoliberal, a cidade é mais um insumo do mercado em expansão.

Portanto, é importante salientar que a PSR não se encontra excluída da cidade em seus processos constitutivos, ela faz rodar as “engrenagens” que fazem com que a mesma funcione de tal forma. Este grupo, ante o anteriormente exposto, está incluso na dinâmica de concentração de força de trabalho excedente nas cidades, inserindo-se no campo do trabalho de maneira precarizada, auxiliando na regulação dos salários daqueles que estão formalmente empregados (FARIAS; DINIZ, 2019).

Retomando aos dados do Primeiro Censo e Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua, cerca de 54,5% da PSR entrevistada já haviam sido discriminados ou foram impedidos de entrarem em estabelecimentos comerciais, transporte público, bancos, órgãos públicos ou de usarem serviços e realizarem atividades (BRASIL, 2012). Em complemento, diversos outros estudos também apontam para essas experiências de proibição, mostrando como são frequentes e compõem as trajetórias da vida nas ruas (ANTONI; MUNHÓS, 2016; AMORIM et al., 2017; PIMENTA, 2019). Esses dados apresentam a importância de se produzir discussões acerca do direito à cidade, compreendendo-a para além de um grande espaço físico, mas sim como um lugar que (re)produz realidades e a partir do questionamento: *a quem pertence a cidade?*<sup>2</sup>

No âmbito do Direito, a Constituição Brasileira de 1988 positivou o direito à cidade a todos os cidadãos em seus artigos 182 e 183, com o intuito de assegurar que a cidade cumpra suas funções sociais e garanta o bem-estar de seus habitantes. Posteriormente, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou o Estatuto da Cidade, Lei 10.257 de 2001, com as normas que regulamentam e pormenorizam os direitos outrora garantidos pela Constituição. O

---

<sup>2</sup> Ao pensarmos na PSR como segmento que deve ter o direito de habitar a cidade, não estamos naturalizando a condição de estar em situação de rua para exercer tal direito. Ou seja, em verdade, a condição de estar em situação de rua no âmbito da cidade é, a nosso ver, algo que necessita ser superado uma vez que tal situação está atrelada ao próprio MPC e determinada ainda por situações de matizes psicossociais. Neste sentido, discutir a experiência da PSR em seu direito de viver e construir a cidade é uma forma de explicitar as contradições e violências pelas quais tais sujeitos estão irremediavelmente submetidos no processo de habitar os espaços onde constroem suas relações sociais e produzem suas identidades e subjetividades. Ao mesmo tempo, tal debate pode contribuir para pensarmos sobre como nos relacionamos com a cidade, na medida em que também não nos é possibilitado, na vida concreta, o direito efetivo de produzir a cidade na qual vivemos e nos identificamos.

referido Estatuto, já no parágrafo único de seu artigo 1º, esclarece que o mesmo tem por objetivo normatizar o direito à cidade com o fim de regular o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos. Posto isto, a legislação federal, especificamente através do Estatuto da Cidade, visa a garantir o amplo acesso e uso da cidade por todos os seus habitantes, de forma a concretizar suas funções sociais, o que não se configura na prática.

Em pesquisa realizada por Nonato e Raiol (2016), constatou-se que o exercício do direito à cidade pela PSR se dá mediante a luta para poder habitá-la pois, mesmo estando esse direito positivado no Estatuto da Cidade, as ruas para esses sujeitos são violentas e inóspitas. Os autores supracitados apontam a necessidade de o Poder Público intervir garantindo o acesso da PSR aos espaços e serviços, não os tratando como casos de polícia, mas sim de política pública. É preciso estar na cidade e nela morar.

Discutir sobre a temática das circulações nos remete às reflexões acerca do direito à cidade, direito este que possui íntima ligação com as pautas de lutas dos direitos humanos. Garantir o direito à cidade é defender o acesso aos serviços de qualidade, à educação, à permissão para poder circular pelos espaços, a ter moradia, dentre tantos outros elementos comuns ao bem estar e à qualidade de vida urbana. Indo além, é lutar pela garantia de poder transformar a cidade em que se vive, reconstruindo o espaço urbano em outro que possibilite a produção de um outro modo de se conceber a vida (HARVEY, 2012; LEFEBVRE, 2001).

Relacionando o processo de urbanização capitalista às discussões sobre o direito à cidade, pode-se dizer que se observa a absorção do capital excedente em escalas cada vez maiores, ao preço que se reduz o direito à cidade. É necessário “resgatar” esse direito das mãos da burguesia que o mantém e o usa moldando as cidades cada vez mais ao seu bel-prazer. Poder construir a cidade e decidir que tipo de urbanismo deve ser realizado não pode ser direito de alguns poucos, deve ser um direito garantido a todos aqueles que (re)produzem a cidade com o seu trabalho (HARVEY, 2012). Ainda sobre a garantia deste direito, Harvey diz:

É por esse motivo que o direito à cidade deve ser entendido não como um direito ao que já existe, mas como um direito de reconstruir e recriar a cidade como um corpo político socialista com uma imagem totalmente distinta, que erradique a pobreza e a desigualdade social e cure as feridas da desastrosa degradação ambiental Para que isso aconteça, a produção das formas destrutivas de urbanização que

facilitam a eterna acumulação de capital deve ser interrompida (2012, p.247).

Faz-se necessário assumir o direito à cidade como um lema operacional e um ideal político, porque é ele que diz quem comanda a conexão necessária entre a urbanização e o uso do produto excedente. Afinal, o direito à cidade, como está atualmente postulado, encontra-se restrito a uma pequena elite econômica e política, que acaba por moldar a cidade cada vez mais ao seu gosto (HARVEY, 2012). A cidade é construída pelo homem, e tal construção se dá em um processo que vai de encontro a uma tentativa de reconstruir o mundo em que se vive de acordo com o seu desejo. Assim sendo, ainda de acordo com Harvey, a liberdade em poder (re)construir a cidade e, por sua vez, nós mesmos, é um dos mais inestimáveis e negligenciados direitos humanos, não se podendo colocar em questão o tipo de cidade que queremos, sem amarrar com os tipos de laços que almejamos, bem como o estilos de vida, tecnologias e valores estéticos, em resumo o direito à cidade é: “(...) o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade” (2012, p.74).

A conquista do Estatuto da Cidade marca a importância das lutas sociais no âmbito das cidades, pois, mesmo se tratando de um marco pontual, ele não se diminui em sua real importância e significância em busca da ocupação, pelo povo, do solo urbano (ROLNIK, 2015). O solo urbano brasileiro, historicamente, foi campo de disputa por sua ocupação. Enquanto a elite garantiu sua vitória, através da urbanização que a favoreceu e a favorece até os dias de hoje, no outro extremo há diversos atores sociais lutando e reivindicando a cidade de volta, tensionando o processo em busca de mudanças e democratização das cidades (FARIAS; DINIZ, 2019).

Com a finalidade de alinhar a teoria até aqui discutida à proposta da pesquisa, faz-se necessário discorrer acerca do conceito de “territórios” que vão sendo delimitados ao longo da cidade e destinados à PSR. Castro e Bicalho (2013) apresentam a discussão acerca dos territórios, tomando como partida o paradigma higienista do século XIX, o qual se projeta nas propostas políticas e projetos urbanísticos de reordenamento das cidades. De acordo com os autores, com o alargamento das vias, destinadas à velocidade e não mais às pessoas e seus encontros, os centros urbanos tornam-se lugares apenas de consumo e circulação. A cidade se torna a ideia daquilo que se queria circulando por ela, a saber, asséptica, disciplinada e saudável. Toda ameaça apresentada pelos pobres e miseráveis, por serem “perigosos” e “sujos”, é resolvida pela retirada compulsória desses sujeitos dos centros urbanos e os inserindo em outros territórios.



Pode-se entender os territórios como uma construção social, que resulta de uma ação social que se apropria dos espaços. Espaços estes que são vivos, carregados de signos, sentimentos e materiais, onde o indivíduo (re)constrói lugares, passa por vicissitudes e atribui sentido a esse lugar. É deste processo que se pode pensar as identidades, pois é nos territórios que as pessoas produzem seus símbolos e atribuem significado às coisas, expressando a diversidade das relações sociais por intermédio da identidade. O território se constitui do chão, ou seja, dimensão geográfica e também de população (JOHAN; FELIPPI, 2018).

E é pela identificação com esses territórios e suas funcionalidades que a PSR cria seus itinerários, de forma subjetiva e plural. Constata-se que essas pessoas se vinculam por diversas razões aos lugares. Nas palavras de Amorim, Nobre, Coutinho e Gomes, “Os encontros na rua nos mostram uma vida de multiplicidades, ao contrário das nossas representações, homogeneidades e generalizações que, por vezes, nos faziam supor histórias iguais” (2017, p. 398).

No que tange à formação de vínculos referentes à PSR, é preciso conceber o entendimento como cada pessoa, de forma subjetiva, estabelece seus vínculos, sejam eles com a rua ou com as instituições. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, ao falar sobre as condições em que se formam os vínculos “[...] propõe-se o entendimento de convivência e vínculo como um atributo da condição humana e da vida moderna, que se dá entre sujeitos de direitos que se constituem à medida que se relacionam.” (Brasil, 2017, p. 19). O vínculo aponta para o sentimento de pertença e construção de significados, revelando o (re)conhecimento no outro.

Com relação à rua, a formação de vínculo também se dá mediada pelas relações estabelecidas com o espaço e com as pessoas; de acordo com Filho e Flach (2017), a rua é composta por maneiras de se conceber a vida, pois nela também há momentos de apoio, cuidados, trocas e respeito. Em um espaço coletivo, a construção das identidades se dá como possibilidade a partir da relação dialética com outro, identificando-se à medida em que compartilham de uma mesma realidade social (COSTA, 2005). Ainda sobre a temática dos vínculos, Varanda e Adorno complementam:

Entrar na rua significa desenvolver um processo compensatório em relação às perdas e começar a usar outros recursos de sobrevivência, até então ignorados, e assimilar novas formas de organização que permitem a satisfação das necessidades e a superação dos obstáculos que a cidade apresenta. Entretanto, o que as torna visíveis é justamente

a situação de carência e deficiência, que caracterizam um novo modo de se vincularem ao contexto urbano (2004, p. 63).

Ante o exposto, “os caminhos e lugares de parada que escolhem para dormir, morar, comer, divertir-se, fazer seus ‘bicos’ que lhes rendem algum dinheiro e os usos que fazem dos equipamentos urbanos, são definidos por percursos (...)” (KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2014, p. 921). Esse percurso, que no presente estudo chamaremos de “itinerário”, é produzido a partir das apropriações e experiências pela cidade. A PSR atua mediante a necessidade e a falta de recursos, transformando e reinventando, a todo momento, o uso de equipamentos e objetos, como exemplo, transformam sucatas em utensílios domésticos.

Ainda na visão das autoras acima mencionadas, a PSR não permanece muito tempo no mesmo lugar por vários fatores que atravessam o seu cotidiano. Há uma constante pressão social das políticas públicas e dos demais moradores da cidade que os força a circular pelos espaços da cidade. A rua possui sentido para essa população e o lugar que irão optar por ocupar será, em sua maioria, estratégico, afinal esse lugar precisa favorecer a sua sobrevivência. Estar na rua e/ou dela sobreviver exige um constante processo de resistência, pois a rua nem sempre se apresenta amigável.

Segundo Mello (2014), quando se fala dos segmentos das classes subalternas, o modo como essas identidades são forjadas é atravessado pelo histórico sentido de discriminação, vivenciado na forma de humilhações diárias que colocam seus integrantes, em relação ao poder, como pessoas hierarquicamente inferiores. A dimensão de cidade não proporciona espaços para longas interações ou aproximações demoradas, que permitam a construção e identificações das pessoas. Logo, o nosso “outro” nas cidades assume sempre a forma de um desconhecido, uma ameaça.

### **CAPÍTULO 3 - HUMILHAÇÃO E VERGONHA NAS EXPERIÊNCIAS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**

As Ciências Humanas, historicamente, se ocuparam em construir um saber científico hegemônico, epistemologicamente moralizador e normatizador. Os conceitos científicos, considerando o momento histórico e o contexto cultural em quem eram produzidos, foram utilizados para culpabilizar os sujeitos por suas condições sociais e legitimar relações de poder vigentes, tudo isso sustentado pela ótica positivista de se fazer ciência. A contraproposta a tal problemática seria a de pensar em “perguntas científicas” capazes de serem “contra-hegemônicas”, que penetrariam os pressupostos ontológicos e epistemológicos do saber já construído, introduzindo valor e ética aos conceitos científicos instituídos (SAWAIA, 2014).

É com base nas reflexões realizadas acima que a presente pesquisa propõe um recorte teórico sinalizando a importância dos estudos acerca das experiências de humilhação e vergonha, buscando articular a temática à população de rua em seu itinerário pela cidade. Para tal, retomaremos, como ponto disparador das seguintes discussões, um dado já citado do Primeiro Censo e Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua, em que 54,5% das PSR que participou da pesquisa já haviam sido discriminados ao tentarem acessar determinados locais/espços públicos nas cidades brasileiras onde o censo havia sido realizado (BRASIL, 2012). Cabe dizer que, na Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua, o dado referente à discriminação foi omitido sem nenhuma justificativa.

Em consonância com os dados supracitados, o Diagnóstico da População em Situação de Rua de Juiz de Fora constatou que 70% das pessoas que dormem nas ruas sofreram algum tipo de violência moral (preconceito, violência verbal e impedimento de entrar em determinado local), dentre outras violências como a física, patrimonial e sexual, sendo a moral a que possui maior percentual (PFJ, 2016). Dados como esses reforçam a importância de se ampliar as discussões sobre os modos de vida na cidade, pensando o espaço urbano como cenário de produção de vida que precisa ter, em sua dimensão central, as pessoas.

Dentre os tipos de violências morais sofridas, priorizaremos as categorias humilhação e vergonha como foco de análise, pois constata-se escassa produção científica acerca das temáticas. Para tanto, se faz necessário conceituar o que se entende por humilhação e vergonha. O sentimento de vergonha não tem sido uma categoria temática muito estudada

pela Psicologia, embora ao passar dos anos isso venha mudando. A própria definição do que seria vergonha é plural, ou seja, diversos pensadores, em cada momento e contexto histórico, atribuíram um conceito ao sentimento (LA TAILLE, 2002; LA TAILLE, 2004). Em concordância com o exposto, Araújo aponta:

Na psicologia, quando não desconsiderada, a vergonha geralmente é vista como um sentimento atrelado à culpa, mas inúmeros trabalhos recentes vêm demonstrando que, ainda que muitas vezes possam se manifestar juntos, são sentimentos de natureza distinta e não podem ser confundidos (1998, p. 06).

A vergonha possui ligação direta com a moral, tanto no sentido de que atua como um julgar-se a si mesmo, tanto como aspectos que são relacionais, como por exemplo as ações de outras pessoas incidindo nesses julgamentos. A vergonha enfatiza um julgamento individual, a ideia de que o sujeito falhou de acordo com os próprios padrões. Este julgamento pode ou não envolver um “público externo”, todavia, independentemente disso, a pessoa sempre sente como se estivesse sendo externamente julgada (ZAVALETA, 2007; LA TAILLE, 2004). Em concordância, Soldera (2011) complementa dizendo que a vergonha e todos os sentimentos associados a ela, como a humilhação, podem atuar gerando marcas que os sujeitos levarão para toda a vida.

O olhar ocupa importante lugar no debate sobre a vergonha, pois é uma fonte que pode propiciar o sentimento de constrangimento. A exposição e a inferioridade atuam nessa conjuntura, correlacionando-se com as desigualdades existentes nas relações de poder: a situação de ser visto por alguém superior pode fazer com que o observado seja objeto do observador, estando em posição de “vulnerabilidade”. La Taille exemplifica esse contexto:

Quando o presidente passa e revista suas tropas, cada soldado olha fixamente para sua frente, mas não encara a autoridade que o examina. Se ela lhe dirigir a palavra, aí sim, deverá olhar nos seus olhos, mas se fizer uma crítica a respeito da limpeza do seu uniforme, deverá baixá-los, assim como deve baixá-los o aluno repreendido pelo professor (2004, p.84).

O sentimento de vergonha, presente desde muito cedo na vida do ser humano, quando não trabalhado, pode acarretar graves prejuízos para a vida do sujeito, pois “[...] quando mantém o sentimento de vergonha, guarda-a para si, ainda que a mesma ocorra justamente na

relação entre o indivíduo e a sociedade. E, se esse sentimento não for possível de ser elaborado, pode provocar no indivíduo sofrimento, tanto psíquico como social” (SOLDERA; HASHIMOTO, 2009, p.192).

Nas palavras de La Taille, “o sentimento de vergonha depende de um autojuízo” (2004, p. 89). Ou seja, não decorre somente de ser por alguém julgado, mas está intimamente conectado com a aceitação dessa imagem pessoal depreciativa, levando o sujeito a uma avaliação pessoal negativa. Nos contextos de pobreza, a vergonha pode estar presente como consequência das condições de existência de uma pessoa, marcadas por privações, humilhações e rejeições (ESTANISLAU; XIMENES, 2016).

A vergonha na esfera da pobreza pode surgir como uma expressão de culpa por ser pobre. Logo, a reprodução de discursos meritocráticos e moralizantes, por parte das pessoas das classes subalternas, é recorrente. Alimenta-se uma lógica hegemônica que defende que todos possuem condições de ascender socialmente e mudar sua realidade, ignorando todos os fatores estruturais que mantêm esses sujeitos no lugar em que estão (ESTANISLAU; XIMENES, 2016). Ainda de acordo com as autoras, “a pobreza é uma experiência complexa, dinâmica, que envolve privações, fracassos e julgamento morais, portanto, admiti-la pode ser doloroso” (2016, p.137).

Remontando à etimologia da palavra humilhação, Gonçalves Filho introduz que “[...] é palavra de raiz latina. Na língua dos antigos romanos, *humus* é o nome para a terra. *Humiliatio* (humilhação) dividiu-se entre o suave sentido de abaixar ou trazer para perto da terra e aquele outro de abater ou rebaixar, fazer cair por terra, pôr abaixo” (2007, p. 187). A humilhação também possui a mesma raiz etimológica que humilde e, mesmo a humildade sendo uma virtude, a mesma pode assumir um caráter negativo, quando, por exemplo, se remete a um estado de inferioridade hierárquica apontada pelo termo “*gente humilde*” (LA TAILLE, 2004).

De acordo com Zaveleta (2007), a humilhação pode ser entendida como o ato de humilhar alguém, geralmente ligado às desigualdades nas relações de poder. A humilhação pode ser conceituada como uma ação agressora que tem como intuito diminuir moralmente o outro, rebaixando-o em sua autoimagem e afetando o seu bem-estar físico e psicológico (COSTA, 2014; HARKOT-DE-LA-TAILLE, 1999; LA TAILLE, 2002). Moura Jr. (2012) demonstra alguns outros sentimentos que podem surgir mediante situações de humilhação: “[...] A experiência de sentir-se humilhado representa a diminuição ou a depreciação do orgulho e da dignidade do indivíduo, geralmente, gerando raiva e sentimento de vingança, pois a pessoa se percebe sendo desvalorizada, ridicularizada ou injustamente degradada” (p.

109). Nas palavras de Sirota (2008), a humilhação é uma manifestação cruel aliada à intenção de desqualificar o outro; em contraposição ao sentimento de vergonha, a humilhação é sempre uma ação violentamente depreciativa.

A humilhação, através de ações e palavras com o intuito de promover o rebaixamento moral do outro, seja no âmbito público ou não, dificilmente abandona o corpo e mente daquele que a sofreu. Mediada pelas relações desiguais de poder, essas experiências marcam os sujeitos e podem imprimir uma identidade inferiorizada, configurando-se, portanto, como sofrimentos políticos (COSTA, 2014). Ao analisar os humilhados no contexto de humilhação, Costa explica:

Quem se viu aproximado de gente humilhada nunca terá impressões gerais: terá uma impressão concreta. E uma impressão concreta da humilhação nunca é simplesmente a impressão do golpe, mas a impressão do golpe já engolido e mais ou menos digerido. É o golpe já mais ou menos interpretado e enfrentado. Não existe a humilhação, não como existem os humilhados. E não existem, rigorosamente falando, os humilhados: existem experiências de humilhação, curtidas em carne e espírito (2014, p. 25).

Com relação à dor causada pelas humilhações e toda a sua repercussão, é uma árdua tarefa imaginar e reproduzir a situação quando não a vivenciamos. Sendo assim, para se compreender de fato essas experiências, é preciso tempo com aqueles que a relatam, pois se trata de um sentimento que surge no mundo externo, mas não se finda nele. Em outras palavras, caminha para o mundo interno dos cidadãos rebaixados. Por conseguinte:

A humilhação, este fato externo-interno, caracteriza assiduamente a psicologia do oprimido: afeto vertiginoso, estonteante, afeto sem nome. Como chamá-lo? Um susto? Medo? Pavor? Uma tristeza? Melancolia? Um ódio? Solidão? Isolamento? Vergonha? O sentimento de estar invisível? As expressões da angústia política podem variar: são lágrimas, a gagueira, o emudecimento, os olhos baixos ou que não param de piscar, o corpo endurecido, o corpo agitado, o protesto confuso, a ação violenta e até o crime (COSTA, 2014, p.27).

Os reflexos das humilhações são tão complexos que se estendem facilmente da esfera dos sentimentos individuais para um campo coletivo. Costa explica que, “o humilhado depois de já haver machucado seus ascendentes, sua família, seu grupo de raiz, sua classe, às vezes um povo inteiro. Nunca é meramente a dor de um indivíduo, porque a dor é nele a dor já dividida entre ele e seus irmãos de destino” (2014, p.28). A fim de manter a exploração das classes subalternas, a humilhação funciona com o propósito de desqualificar o outro,

reduzindo este sujeito moralmente, não o reconhecendo como cidadão, fazendo com que esse segmento, nutrido da desesperança, não reconheça a sua capacidade de organização, assim como não a almeje (GÓIS, 2012).

Alinhavar as discussões acerca da humilhação aos contextos de pobreza é de imensurável importância para o presente estudo. Neste sentido, Góis aponta que esse sentimento pode adoecer a pessoa pobre e pode ser um elemento ímpar em diversos problemas sociais, a saber: o analfabetismo, desemprego, alcoolismo, dentre outros. O autor também salienta que é deste lugar que surge o conceito “distresse crônico da pobreza” (2012, p.135), responsável por uma condição crônica do segmento das classes subalternas que está em constante opressão, questão essa que pode gerar e alimentar a vergonha.

Ainda na intenção de contribuir com as discussões acerca da humilhação, Gonçalves Filho explora o conceito a partir de sua perspectiva:

A humilhação é uma modalidade de angústia que se dispara a partir do enigma da desigualdade de classes. Angústia que os pobres conhecem bem e que, entre eles, inscreve-se no núcleo de sua submissão. Os pobres sofrem frequentemente o impacto dos maus tratos. Psicologicamente, sofrem continuamente o impacto de uma mensagem estranha, misteriosa: "você são inferiores". E, o que é profundamente grave: a mensagem passa a ser esperada, mesmo nas circunstâncias em que, para nós outros, observadores externos, não pareceria razoável esperá-la. Para os pobres, a humilhação ou é uma realidade em ato ou é frequentemente sentida como uma realidade iminente, sempre a espreitar-lhes, onde quer que estejam, com quem quer que estejam (Gonçalves Filho, 1998, p. 53).

O fenômeno da humilhação, estudado pela ótica da Psicologia, exige uma análise tanto psicológica como política, pois se trata de um acontecimento histórico imbricado no cotidiano das classes pobres. Logo, humilhação e vergonha, são estados afetivos, ambos extremamente complexos e constantemente associados, mas como já foi explicitado até aqui, pode-se notar que são categorias diferentes. “A associação entre vergonha e humilhação encontra-se, justamente, no sentido do rebaixamento, da inferioridade. As duas palavras podem, às vezes, ser empregadas como sinônimas” (LA TAILLE, 2004, p.94). Entretanto, como indica Moura Jr. (2012), ambos conceitos estão intimamente articulados e são provenientes de práticas discriminatórias.

Logo, humilhação e vergonha funcionam como instrumentos de manutenção de uma realidade social de dominação, esvaziando os espaços de exercício de poder e despotencializando funcionalmente a pessoa que se encontra em condição de pobreza, além de

poder potencializar o adoecimento desse segmento populacional (COSTA, 2014; ESTANISLAU; XIMENES, 2016; GÓIS, 2012). Corroborando com a temática, Moura Jr., Ximenes e Sarriera sinalizam para as consequências da humilhação na pessoa que a sofre, pois “as práticas humilhantes destroem o autorrespeito do indivíduo humilhado, enfraquecendo igualmente o respeito que este último também poderia ter com outras pessoas e podendo desenvolver, assim, um ciclo opressor e vicioso de práticas de humilhação” (2013. p. 20).

Localizando a PSR dentro do debate das humilhações e da vergonha, cumpre expor o universo em que se adentra um cenário basicamente constituído pela pobreza e pelas desigualdades, principalmente no âmbito das ruas. Nas palavras de Yazbek é o “Universo marcado pela subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação, pela fadiga, pela crença na felicidade das gerações futuras, pela alienação, pela resistência e pelas estratégias para melhor sobreviver, apesar de tudo” (2005, p.1). Há diversos constituintes agregando ao cotidiano daqueles que vivem nas e das ruas, porém, mesmo com toda adversidade, a resistência nesses contextos.

Em pesquisa realizada com a PSR por Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2013), evidenciou-se que existe relação entre humilhação, vergonha e violência. O estudo apresentou, como resultado, que as práticas de humilhação podem estar associadas a ações agressivas para com os indivíduos em situação de rua, tendo como possibilidade a manutenção do sentimento de vergonha. No contexto das instituições, assim como no contexto social, as práticas de discriminação, humilhação e vergonha também se fazem presentes.

As experiências da PSR são construídas e atravessadas por diversos elementos, como as experiências de humilhação e vergonha que são intrínsecas a este processo. Há uma forte cultura nacional que perpetua o sentimento de segregação e repressão das pessoas em situação de rua, situação essa que se materializa nas ações violentas, como: homicídios, violência simbólica, violência verbal e espancamentos, ou seja, sofrem todas as formas possíveis de violação de seus direitos como seres humanos (COSTA, 2005).

Em outra pesquisa, Estanislau e Ximenes (2016), constataram que é por meio das relações de poder que ocorrem as experiências de humilhação, discriminação e desrespeito. As autoras atestam que, ao longo da vida, essas situações podem afetar a saúde devido à condição de constante opressão vivenciada pelas classes subalternas. Experiências de humilhação e vergonha, sentidas com frequência, e as condições de vida mediadas pela constante negação dessas pessoas como sujeitos de direito acabam por auxiliarem na



construção de uma identidade atravessada pela submissão, censura e julgamento (ESTANISLAU; XIMENES, 2016; GÓIS, 2012).

Insta salientar que as experiências de humilhação e vergonha vivenciadas pela PSR no contexto urbano, entendidas como expressões decorrentes das violências, expressam um conjunto de emoções que são concebidas como fenômenos sociais e, em cada período histórico, foram usadas como formas de controle e coerção social. Estudar as emoções na dimensão dos sujeitos em situação de subalternidade é refletir sobre os compromissos que o Estado assume com seus cidadãos. Afinal, o corpo é composto por “matéria biológica”, emocional e social, e a sua morte se dá também em todos estes níveis. Morre-se de vergonha, por exemplo, o que significa morrer por uma determinação social, isto é, há a morte social e ética” (SAWAIA, 2009; SAWAIA, 2014, p.103).

Tendo em vista as críticas tecidas anteriormente, Sawaia (2014) defende que cabe à Psicologia Social mudar a perspectiva analítica que se tem dos estudos acerca das emoções, “ao introduzir as emoções como questão ético-política, obrigam-se as ciências humanas, em geral, a Psicologia Social, em especial, a incorporar o corpo do sujeito, até então desencarnado e abstrato, nas análises econômicas e políticas” (p. 102). Propor produzir um conhecimento científico nesta perspectiva teórica é se reafirmar no compromisso de produzir um saber contra-hegemônico.

## **CAPÍTULO 4 – PESQUISA ITINERÁRIA: RUA TRINTA E UM DE MAIO**

### **4.1 OBJETIVOS**

A pesquisa teve como objetivo geral compreender as experiências de humilhação e vergonha vivenciadas pela PSR no itinerário pela cidade de Juiz de Fora (MG). Além disso, apresentou os seguintes objetivos específicos: a) Entender a forma como se dá a vinculação da PSR aos territórios por onde circula; b) Identificar as estratégias de resistência e enfrentamentos utilizados pela PSR para ocupar os espaços da cidade.

### **4.2 O PERCURSO METODOLÓGICO**

A presente pesquisa lançou mão da abordagem qualitativa e utilizou de três técnicas para a construção dos dados, quais sejam: a observação participante, o diário de bordo e as entrevistas semiestruturadas. Nas ciências sociais, a abordagem qualitativa trabalha com um patamar de realidade que não pode ser quantificado, se preocupando com um nível mais acentuado das relações e de fenômenos que não são passíveis de serem submetidos à mensuração de variáveis dependentes e independentes (DESLANDES; NETO; GOMES, 2009).

Nas ideias de Goldenberg (2004), a preocupação do pesquisador “não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social” (p.14). Investigar é narrar o mundo à nossa volta, e a pesquisa de cunho social ocupa dois lugares nessa relação, pois ela relata esse mundo ao passo em que também é um produto de relatos dele, ou seja, é um jeito de contar e também de produzir o mundo (SPINK, 2003).

Neste tipo de abordagem, recusa-se o pensamento de um modelo científico universal para todas as ciências, assim como há uma oposição ao modelo positivista aplicado como método nos estudos da vida social. Pode-se afirmar que a pesquisa não é neutra, nem mesmo nas metodologias quantitativas, uma vez que existem elementos da subjetividade do pesquisador presentes em todo processo, seja na escolha do tema, na criação dos questionários ou entrevistas, nas referências bibliográficas, na forma de analisar, entre outros; ou seja, existe um autor ativo decidindo o “passo a passo” do estudo (GOLDENBERG, 2004).

Além da abordagem qualitativa, o estudo também se caracteriza como tendo a etnografia como inspiração. Portanto, cabe definir que “a essência da etnografia é entender os

padrões de comportamentos e as atitudes específicas de uma cultura que dão às pessoas o sentimento de serem membros de um grupo” (UZZELL; BARNETT, 2010, p. 305). O trabalho de campo etnográfico é um meio de conhecer a “sociedade” ou a “cultura” estudada, que tem como o momento mais importante a sua reconstituição, partindo do ponto de vista daqueles que são os atores principais do estudo (ZALUAR, 2009).

Atuar nas ruas utilizando a etnografia como base é um desafio, principalmente pesquisando grupos que são marginalizados e estigmatizados, pois requer constante reflexão crítica sobre as etapas deste processo. O pesquisador transita entre o deslumbramento, o desânimo e a exigência de tempo e dedicação para romper com os obstáculos que aparecem o tempo todo, como desistências, mobilidades, descontinuidades, burocracias, frustrações, instabilidades, entre outros (MEDEIROS, 2019). “O ofício do etnógrafo ajuda a destruir as construções simbólicas feitas para criar imagens negativas do outro, principalmente as dos que se tornam os discriminados bodes expiatórios que carregam a culpa do mal no mundo” (ZALUAR, 2009, p. 567).

#### 4.3 O CAMPO: JUIZ DE FORA, A CIDADE QUE NUNCA DORME

O cenário no qual foi concebida a investigação, a cidade de Juiz de Fora, apresenta uma série de especificidades e dados estatísticos que precisam ser, de antemão, apresentados, para melhor compreendermos as características do lugar e a realidade da população, bem como o palco em que se desenvolveu a pesquisa.

Juiz de Fora é um município localizado na Zona da Mata do estado de Minas Gerais, sendo o maior e mais populoso da microrregião. Possui, segundo o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), 516.247 habitantes, sendo a população estimada de 2018, conforme o mesmo censo, 564.310 habitantes, e é a 4ª cidade mais populosa dentre as 853 do estado. Tem 1.435,749 km<sup>2</sup> de área de unidade territorial, com densidade demográfica de 359,59 hab/km<sup>2</sup>.

Segundo o Diagnóstico da População em Situação de Rua de Juiz de Fora, realizado no ano de 2016, o número de pessoas em situação de rua contabilizado pela varredura foi de 879. Esse número cresceu em relação aos censos dos anos anteriores, como o Censo do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS (2008), que apontava 608 pessoas em situação de rua, e o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) que apontou 607 (PJF, 2016).

Ainda de acordo com o diagnóstico, a divisão dessas 879 pessoas ficou da seguinte maneira: 242 pessoas dormindo nas ruas; 141 pessoas acolhidas; 496 pessoas que sobrevivem das ruas, mas retornam para casa. Somando os três grupos anteriormente citados, conclui-se que a referida população se caracteriza por ser majoritariamente masculina (80%). Com relação aos dois primeiros, constatou-se alto percentual de rompimento e fragilização dos vínculos familiares (40%). Além disso, para os dois primeiros agrupamentos, o uso de álcool e outras drogas foi o principal motivo que levou esse segmento a “optar” pelas ruas (37%), enquanto no terceiro grupo os motivos foram o desemprego e a insuficiência de renda para manutenção da moradia (56%). Por fim, de acordo com os dados, a maioria das pessoas autodeclararam-se pardas ou pretas (76%), evidenciando a dimensão estrutural do racismo. É importante atentarmos a dados como esses, pois podem nos revelar aspectos sobre a realidade de desigualdade no contexto brasileiro, que se expressam em variados matizes.

Como já exposto anteriormente, o diagnóstico da PSR estimou a existência de 879 pessoas em situação de rua na cidade de Juiz de Fora e, para atender às demandas da mencionada população, a cidade conta com uma rede socioassistencial composta pelo Centro POP, pela Casa de Cidadania, pelo Núcleo Cidadão de Rua, pelo Consultório na Rua, pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), pela Casa de Passagem, pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e pelos Centros de Referências Especializados de Assistência Social (CREAS), além de uma instituição religiosa denominada Obra dos Pequenininhos de Jesus. Quanto à saúde, as pessoas em situação de rua têm acesso a quatro Unidades de Pronto Atendimento (UPA), seis Hospitais e, dentre as mais de 60 Unidades Básicas de Saúde (UBS), apenas uma atende a essas pessoas (PJF, 2016).

No censo supracitado de Juiz de Fora, não existe um mapeamento detalhado com relação aos demais espaços públicos frequentados por essas pessoas além dos assistenciais e de saúde, como praças, bibliotecas, shoppings, entre outros. Dados como esses são de extrema relevância, pois levantariam indícios e hipóteses acerca das experiências itinerárias desse segmento para além da busca de serviços básicos.

Com relação à instituição em que ocorreu parte da pesquisa, a saber, a fundação Maria Mãe (ou Obra Pequenininhos de Jesus), busquei, através dos profissionais, informações sobre a história do lugar, em uma tentativa de remontar a trajetória da instituição. Em 1983, na cidade de Juiz de Fora, deu-se início à Obra Pequenininhos de Jesus, ideia que surgiu a partir de uma freira francesa que estava em missão na cidade, a qual notou a falta de um serviço voltado à PSR. Ela se juntou a outras pessoas e começaram a realizar encontros na quadra da extinta

escola de samba Feliz Lembrança. Neste espaço, eles ofereciam café da manhã e serviços de higiene pessoal.

Ao longo dos anos o trabalho foi tomando proporções maiores e várias mudanças de localidade aconteceram, sempre ocupando espaços que eram cedidos pela prefeitura ou pela arquidiocese da cidade. O espaço atual foi comprado anos mais tarde, com dinheiro arrecadado em eventos e a doação de um lote que possibilitou a compra do atual imóvel. Em 1997 o presidente da Obra dos Pequeninos, Sr. Arcanjo, que também era militar, passou a Obra dos Pequeninos de Jesus à Fundação Maria Mãe. Logo, a Fundação Maria Mãe se tornou a mantenedora da associação Obra dos Pequeninos de Jesus. De acordo com os relatos, trata-se da mesma instituição, tendo se mudado os nomes por questões burocráticas e com o objetivo de receber auxílios.

A instituição se mantém através dos auxílios que recebe da Prefeitura de Juiz de Fora, através de um termo de colaboração, pois a prefeitura precisa do serviço funcionando e compreende que a rede socioassistencial não dá conta de absorver e atender a toda a PSR. Esses auxílios se transformam em oficinas denominadas de “inclusão produtiva”. A instituição conta também com doações de roupas e alimentos, bem como de voluntários, como, por exemplo, o senhor que aplica as oficinas de panificação. Hodiernamente, eles contam com mais de 500 cadastros e funcionam de segunda a sexta.

Quanto ao nome da instituição, a forma de localizá-los via GPS ou sites de informações é através da nomenclatura “Fundação Maria Mãe”, mas entre a PSR todos utilizam o termo “Pequeninos” (em referência à Obra dos Pequeninos de Jesus). Na presente pesquisa, foi utilizado o nome Obra dos Pequeninos sob a sigla OPJ, pois é o nome de identificação da instituição, como demonstra a imagem abaixo.

**Figura 1: Obra dos Pequeninos de Jesus**



Fonte: Imagem cedida pela instituição

#### 4.4 INSTRUMENTOS E ESTRATÉGIAS PARA CONSTRUÇÃO DOS DADOS

O trabalho de um pesquisador é similar ao de um artesão: neste modelo artesanal de produzir o conhecimento científico, cada trabalhador utilizará os instrumentos e técnicas pertinentes àquele tema estudado (BECKER, 1993). Dito isto, o presente estudo utilizou de três técnicas, como citado anteriormente, para a construção dos dados, sendo eles: a observação participante, o diário de campo e as entrevistas semiestruturadas.

De acordo com Flick (2009), em pesquisas de campo desta natureza, utiliza-se essencialmente a observação participante (OP). Deste modo, a OP foi realizada junto à PSR no âmbito da cidade, o que significou acompanhá-los pelos lugares por onde costumam circular e se concentrar. Este é um método de cunho interpretativo, o qual se pauta em um processo de participação e observação realizadas pelo pesquisador para a construção dos dados. Dito isto, o pesquisador adentra o campo e dele se torna parte, devendo se atentar para este fato que irá compor suas análises e interpretações, a partir das experiências vivenciadas (DALLOS, 2010).

Ao optar pela OP como técnica de observação, o pesquisador entra em contato direto com o fenômeno observado, visando à busca por “informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos” (NETO, 2009, p. 59). Neste cenário, o pesquisador está em movimento dialético com as pessoas que estão sendo observadas; ele modificará o contexto e por ele será modificado. A relevância do uso desta técnica está na possibilidade de captação de situações que não são captadas por intermédio das perguntas, dado que estamos observando *in loco* os desdobramentos das circunstâncias (DESLANDES; NETO; GOMES, 2009).

Tendo em vista que o atual trabalho possui a etnografia como inspiração, um dos principais papéis do etnógrafo reside na confecção de um diário de campo, o qual é um instrumento construído dia após dia com as suas observações pessoais sobre o campo (WEBER, 2009). Buscando por uma definição, o diário de campo (DC) pode ser entendido como um conjunto de anotações relevantes feitas pelo pesquisador sobre fatos que o marcaram no decorrer do estudo, bem como as suas experiências no cotidiano (FREITAS; PEREIRA, 2018; MEDRADO; SPINK; MÉLLO, 2014). Através do DC, pretende-se documentar as experiências o mais próximo possível da realidade, porém, atentando-se para a máxima: “todo texto se torna outro em outro contexto” (JOBIM; CARVALHO, 2016, p. 107).

Em um primeiro momento, o diário ainda não é “um texto estruturado”, mas sim um agrupamento de frases e pequenos parágrafos, mais ou menos organizados, que varia de acordo com o momento da pesquisa (WEBER, 2009). Ainda nas palavras de Medrado, Spink e Mélo:

precisamos reconhecer que esses textos assumem nas vidas de quem escreve e de quem os lê muito mais do que uma simples relação entre linguagem e ação. São objeto de amor e ódio, a depender do momento de construção da pesquisa. São objeto de curiosidade por aqueles que alimentam o desejo de acessá-lo. Teme-se perdê-los, como a um amigo. Enfim, eles se constituem em ações que, portanto, produzem efeitos, mobilizam afetos, são atuantes em jogo (p. 277, 2014).

Assim sendo, o DC assume o papel de atuante na pesquisa, agenciando-se simultaneamente com outros atores envolvidos. A fim de produzir um material científico, o pesquisador abre um canal de diálogo com o diário, produzindo relatos, questionamentos, impressões, edições e reedições. Essa relação de companheirismo transforma o diário em um ator com grande capacidade de potencializar a pesquisa. Buscando se adequar à proposta, adotaremos a expressão náutica “diário de bordo” (DB), com o intuito de compartilhar nossos caminhos, atalhos, desvios, obstáculos, etc., em uma perspectiva que busca romper com qualquer postura descritiva neutra das observações (MEDRADO; SPINK; MÉLLO, 2014).

Por ser um arquivo provisório, parcial e em constante mudança, os DB são arquivos vivos, contendo em si uma genuína potência criativa. São construídos no tempo, nas experiências, em movimento dialógico, tornando as pesquisas menos solitárias; não se definem pelas condições de sua produção e nem pela sua “suposta” autoria original (COSTA; COIMBRA, 2008; MEDRADO; SPINK; MÉLLO, 2014). É através dessa metodologia que o pesquisador tem a oportunidade de se colocar de forma mais explícita na pesquisa, assumindo o seu papel em uma via de mão dupla na condução do estudo, pois ele é “sujeito do conhecimento e, ao mesmo tempo, “matéria” de conhecimento. Abrir-se para o outro, neste caso, é permanecer também voltado para si.” (JOBIM; CARVALHO, 2016, p. 99).

As entrevistas semiestruturadas também fizeram parte da metodologia para auxiliar na construção dos dados. Elas possuem como característica específica a possibilidade de interação, usualmente verbal, entre pesquisador e participantes (BREAKWELL, 2010). De acordo com Boni e Quaresma (2005), as entrevistas semiestruturadas ajustam-se entre perguntas abertas e fechadas, criando um contexto que se assemelha ao de uma conversa não formal, produzindo maior proximidade entre as partes envolvidas.

É a partir dessa técnica que acessamos a memória e a história de cada participante. “A memória se enraíza no concreto, no espaço, gesto, imagem e objeto” (BOSI, 2013, p. 16). Ainda de acordo com a autora citada, quando se “coleta” o depoimento das pessoas, uma gama extensa de fatos pode surgir, mas o material que realmente interessa é a visão de mundo que emerge desses encontros. Em uma metáfora, a autora explica que é como jogar uma rede no oceano das idades e esperar pescar uma memória “pura”, porém, quando puxarmos esta rede, notar-se-á uma vasta quantidade de representações ideológicas que irão surgir. Ainda sobre essa memória que trazemos à tona através das entrevistas, Goldenberg diz:

a memória é seletiva, a lembrança diz respeito ao passado, mas se atualiza sempre a partir de um ponto do presente. As lembranças não são falsas ou verdadeiras, simplesmente contam o passado através dos olhos de quem o vivenciou (2004, p. 56).

Vale lembrar que as entrevistas foram produzidas de acordo com o adensamento das relações no campo, com intuito de construir um material junto aos participantes e minimizando o risco de apresentar um roteiro descolado da realidade deles. Utilizou-se o critério de saturação de campo como forma de encerrar o processo de entrevistas e OP. Segundo Fontanella, Ricas e Turato (2008), o ato de encerrar a construção de dados se dá no momento em que os elementos começam a se repetir, ou seja, já existe uma gama amostral representativa que atende aos objetivos do estudo.

As perguntas disparadoras funcionaram como o “gatilho” para reunir informações acerca das experiências dos sujeitos pela cidade. Portanto, fez-se necessária a produção de perguntas partindo da realidade da PSR, perguntas que possibilitassem o diálogo entre o pesquisador e os entrevistados. Os critérios estabelecidos para participar da pesquisa foram: as pessoas estarem em situação de rua por pelo menos seis meses, independente se esse tempo não foi por completo contabilizado na cidade de Juiz de Fora, como no caso dos migrantes; serem maiores de dezoito anos e terem assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Optamos por não estabelecer recortes de gênero, raça/etnia ou sexualidade. Todos os sujeitos foram convidados diretamente pelo pesquisador à medida que foram estabelecidos vínculos e era identificado o interesse, por parte deles, em compor esta parte da pesquisa.

Ainda sobre as entrevistas, Goldenberg (2004) aponta que é necessário considerar algumas de suas limitações, como, por exemplo, a gravação dos áudios das entrevistas e/ou as anotações realizadas durante este processo. Por este motivo, a autora supracitada defende a



constante negociação com o campo em uma tentativa de minimizar o problema. Dito isto, cabem aqui algumas considerações acerca da negociação do campo.

O campo não é um lugar definido ou delineado, é um espaço múltiplo que acessamos em diversos momentos. Não é somente um lugar para se fazer observações ou um “universo empírico”, todas essas expressões acabam naturalizando e escondendo o mesmo. Pode-se negociar acessos a partes mais densas do campo e, por consequência, ter a ideia de estar mais presente em seus processos. Porém, não significa que em outros momentos não estamos, de alguma forma, acessando este campo; uma posição distante do campo ainda segue sendo um posicionamento. Indo além, não é um espaço que se cria voluntariamente, pois é negociado e debatido constantemente. Em suma, o campo tem muitas facetas e materialidades, que acontecem em vários lugares diferentes (SPINK, 2003). Sobre as negociações, o autor ainda complementa:

Quando falamos em negociar falamos em processos que são multidirecionais. Processos que podem ser iniciados em qualquer momento e por qualquer parte, pessoa ou acontecimento. Muitos de nós tivemos a experiência de iniciar uma investigação no ponto A e terminar no ponto J, com uma questão diferente ou um outro ângulo que foi sugerido de alguma maneira por aquilo que aconteceu durante a investigação. Às vezes foram os próprios acontecimentos; às vezes foram os horizontes que abriram e fecharam; às vezes terminamos porque é um bom momento, porque não é possível avançar muito mais ou porque os caminhos estão fechados (SPINK, 2003, p. 30).

Em síntese, nenhuma pesquisa pode ser reduzida ao seu percurso metodológico, mesmo este sendo de extrema relevância para o entendimento de qualquer estudo. Goldenberg explica que “a pesquisa científica exige criatividade, disciplina, organização e modéstia” (2004, p. 13). Nas palavras da autora, não existem estudos que sejam passíveis de serem totalmente controlados, não é possível prever o que acontecerá durante as etapas, prever os começos, meios ou fins, o pesquisador é limitado em seu saber, sempre se tensionando com “o novo” e caminhando entre o conhecimento e a ignorância. Isso faz com que o campo seja imprevisível, ou seja, um convite constante para se estranhar com aquilo que nele se espera encontrar, encontrando ou não.

#### 4.5 OS SUJEITOS DA PESQUISA

Em uma tentativa de apresentar os sujeitos da pesquisa, proponho um breve contorno sobre cada participante. Um contorno difere de uma definição, pois considera as

possibilidades de os sujeitos existirem no mundo, suas performances e, não obstante, suas subjetividades, não limita ou define características, apenas descreve, de forma ousada, aqueles que estou tentando imprimir nos relatos a seguir.

Ao todo, realizei 9 (nove) entrevistas — contando com a piloto — e os participantes foram convidados pessoalmente ao longo dos meses em que estive no campo. Visando à garantia do sigilo e à proteção de suas identidades, os participantes do estudo serão apresentados com nomes fictícios, com o intuito de cumprir com todos os aspectos éticos acordados no termo de consentimento.

**Roberto** foi o primeiro a aceitar participar da pesquisa. Jovem com idade próxima aos 24 anos, branco e que se interessou pela proposta do estudo. Os nossos contatos eram breves, eu diria que por educação, frases como “bom dia” e “muito obrigado” modelavam nossa relação. Um dia, enquanto ele esperava pelo banho, me aproximei e começamos a conversar sobre a sua vida; temos quase a mesma idade, o que pode ter facilitado, em termos, a aproximação. Neste mesmo dia, enquanto ele relatava os seus diversos conflitos familiares, decidi chamá-lo para construir comigo a pesquisa e expliquei que ele seria o primeiro entrevistado, contei que o roteiro ainda estava em construção e que esse momento era importante para a consolidação do trabalho. Com a ajuda de Roberto eu alinharia a realidade da PSR à proposta do estudo.

**Maria** eu conheci nos primeiros contatos com o campo, sempre acompanhada de seu marido, com quem estava há mais de 4 anos. Ambos trecheiros<sup>3</sup>, estavam há quase 1 ano na cidade e planejavam ir para o Nordeste. Maria tinha 42 anos, negra, com dreads coloridos — fazia questão de dizer que ela mesma os havia feito — e com sorriso largo. Tive a oportunidade de conversar com ela diversas vezes, nas quais ela me contava sobre sua rotina nas ruas, o cotidiano que seguia a lógica invertida do público e privado. Cozinheira de mão cheia, contava sobre suas receitas que cozinhava à beira do rio em um “fogão” improvisado.

Quando a convidei para participar do estudo, ela aceitou, mas o marido ficou receoso; expliquei sobre o propósito, mostrei todas as perguntas, mas ele não gostou da ideia e resolvi não insistir. No dia em que Maria aceitou participar, o marido havia saído para realizar um trabalho de descarregar um caminhão de ferragens. A entrevista foi toda feita em uma calçada próxima à OPJ, e fomos interrompidos diversas vezes, ora pelos carros que passavam, ora

---

<sup>3</sup>Usamos o termo trecheiros quando queremos nos referir aos antigos mendigos, aqueles que vivem da bondade e generosidade alheia, ou seja, aqueles que pedem para sobreviver, uma figura bastante conhecida no contexto social. No entanto, o modelo capitalista adotado pelas sociedades fez com que essa figura do mendigo alterasse seus costumes de sobrevivência, de sorte que hoje ele não fica mais parado em um determinado local ou cidade, tem que estar sempre em movimento, buscando novos públicos, novas cidades, novas abordagens e novas estratégias para sobreviver (SOLDEIRA, 2011, p. 28).

pelas pessoas que se aproximavam e queriam conversar sobre as questões que escutavam. Por fim, consegui finalizar a entrevista.

**Antônio** conheci no trânsito das minhas caminhadas pelas instituições. Negro, 41 anos e fisicamente abatido. Apesar de estar em campo com uma função estabelecida, me deixava curioso a apatia dele com relação a tudo. Até quando ele sorria era um sorriso triste. Durante todo o processo da entrevista ele manteve a voz baixa e, em diversos momentos, embargada. Chorou em alguns momentos ao contar de suas experiências pela cidade.

**Bruno** tinha 24 anos, mais jovem que eu, negro e com uma fala extremamente politizada. A primeira vez que o vi no Centro POP ele estava buscando, junto ao educador, um livro “revolucionário, que contasse a sua verdadeira história e a do povo dele”. Sempre o encontrava nos equipamentos, fizemos uma oficina de panificação juntos, neste dia ele me contou mais sobre suas expectativas de futuro e eu tomei a liberdade de chamá-lo para a pesquisa devido à nossa boa vinculação, e ele aceitou.

**Eduardo** tinha 35 anos, negro e muito comunicativo, quando o conheci, ainda no meu antigo estágio — estagiava com egressos do sistema prisional —, ele era um caso com várias complicações na Justiça, mas nunca cheguei a conversar com ele. Quando eu o reconheci no campo, contei que estagiava no PRESP e, depois disso, ele vinha constantemente conversar sobre suas questões judiciais. Foi em um desses encontros que decidi chamá-lo para compor o estudo, obtendo sua anuência.

**Paulo** tinha quase 60 anos, negro e o conheci por meio de indicação do psicólogo da instituição em que eu estava. A primeira vez que conversei com ele fiquei muito curioso para saber mais sobre a sua vida, pois ele discorria muito a respeito de uma entidade denominada “Zé Pulintra<sup>4</sup>” que fazia com que ele fosse itinerante. Quando essa entidade se manifesta, ele sai andando sem rumo pela cidade, e ao fim de tal manifestação, Paulo me conta que não consegue se recordar do que acontece, dos lugares que passa, das pessoas que vê, nada fica “registrado na memória”.

**Diogo** era branco e tinha por volta dos 30 anos de idade, não conversava tanto quanto os outros usuários, sempre muito discreto. Pude conversar pouco com ele, pois não conseguia abertura para explorar os temas que ele trazia e, muito menos, convidá-lo para compor o estudo. Até o dia em que ele se sentiu confortável e me perguntou sobre o que era e, após

---

<sup>4</sup>Contam que Zé Pulintra é uma entidade de muita luz e sabedoria. [...] Traduz, a seu modo, os desafios dos desvalidos de toda sorte, sobretudo os homens negros, que para sobreviver sem dinheiro nem oportunidades tiveram que dar seu “jeito”, que se virar e usar toda sua malandragem e esperteza. Matéria na íntegra disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/sarava-seu-ze/>>

explicar o tema, o meu interesse e a importância dos estudos científicos, ele acabou pedindo para participar.

**Luana** era uma jovem de 25 anos de idade, negra e muito curiosa. Nós apenas nos encontramos uma única vez, mas foi o suficiente para ela se aproximar e perguntar “quem eu era”. A abordagem me deixou surpreso, já que, geralmente, esse movimento é meu. Ela se interessou pela pesquisa e quis participar, mas fiquei receoso, afinal era a primeira vez que a encontrava, mas acabei por chamá-la. Pesquisar junto à PSR é um desafio, pois se trata de um grupo itinerante, com rotas e rotinas que são flexíveis, e enquanto pesquisador eu percebia que alguns sumiam, depois apareciam, algumas pessoas eu vi uma única vez, outras duas e assim por diante, se estabelecem vínculos que podem se perder no processo. Outro motivo foi o fato de ela ser mulher, pois eu havia entrevistado somente uma até então, e esse recorte de gênero abriu margem para outras experiências e outras possibilidades de habitar e transitar pela cidade.

Meu último entrevistado foi **Lucas**, 32 anos, negro e namorado de Luana. Eu já o havia encontrado em outros momentos do meu percurso, mas nunca parei para conversar sobre suas experiências pelas ruas. Toda vez em que eu chegava para realizar a pesquisa, encontrava um grande contingente de pessoas aguardando o café ou transitando pelas ruas e, em alguns momentos, ele estava nesses meios. Por incentivo de Luana, Lucas aceitou participar do estudo.

#### 4.6 ANÁLISE DOS DADOS

Com a finalidade de organizar e analisar os dados qualitativos obtidos através das entrevistas, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo do tipo temática, a qual possibilitou a compreensão dos dados construídos (DESLANDES; NETO; GOMES, 2009). A organização do material foi auxiliada pelo programa ATLAS.ti, o qual possibilitou a construção das categorias analíticas *a posteriori* da realização da pesquisa de campo. Totalizando, foram elencadas 21 (vinte e uma) categorias distribuídas em 3 (três) famílias.

A divisão das famílias pelo *software* ficou da seguinte maneira: a primeira família discorre sobre os sentidos da cidade atribuídos pela PSR; a segunda apresenta as experiências que contornam as vivências desta população pelas ruas; e a última expõe as táticas de resistência e sobrevivência adotadas pelos sujeitos do estudo, bem como suas projeções de futuro e sonhos.

#### 4.7 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Como forma de garantir a integridade ética da pesquisa, houve a submissão do protocolo de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa Humana/UFJF, localizado na Pró-Reitoria de Pesquisa da UFJF, Campus Universitário, Rua José Lourenço Kelmer, s/n, Martelos, Juiz de Fora - MG, com o número de telefone (32) 2102-3788 e o e-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br. Os procedimentos previstos obedeceram aos Critérios de Ética na Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Tendo em vista que a pesquisa foi realizada junto à PSR, fiz a leitura minuciosa do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) com todos os participantes, explicitando todos os procedimentos; expus que a participação era voluntária e poderia ser encerrada imediatamente mediante qualquer desconforto. Todos esses cuidados são de suma importância devido ao contexto em que estão inseridos os atores que participaram da construção do estudo.

Para além dos aspectos burocráticos, entendemos a dimensão ética como sendo o encontro em direção ao outro. Ou seja, a ética se dá na relação com o outro. Sendo o ser humano um ser dialógico, se faz preciso reconhecê-lo nessa dinâmica relacional, não o vendo como um simples “indivíduo”, mas sim como “o outro” com quem entramos em diálogo (GUARESCHI, 2012). Escrever uma pesquisa está para além de um simples registro de informações e experiências, é um trabalho político construído em conjunto, tendo a alteridade como premissa para fazer com que o interlocutor ganhe espaço e apresente a sua voz durante todo o processo (JOBIM; CARVALHO, 2016).

## **CAPÍTULO 5 – ENTRE ANDANÇAS E ITINERÂNCIAS: ENCRUZILHANDO SABERES**

Nesta seção serão apresentadas as notas do DB, bem como as categorias que foram elencadas de acordo com as entrevistas realizadas com os 9 (nove) participantes. Como forma de organização, as categorias que foram construídas a partir da análise das entrevistas serão expostas em 3 (três) eixos, sendo eles “A cidade e seus sentidos: experiências de circulações da PSR”; “As experiências de humilhação e vergonha: violências que contornam os itinerários”; e “Resistir e sobreviver: as táticas da PSR para contornar os contornos”: no primeiro, serão apresentados os sentidos atribuídos à vida na cidade, bem como os desafios impostos por este movimento de circular e ocupar a cidade; o segundo, no que lhe concerne, tem como proposta expor as experiências de humilhação e vergonha sofridas pela PSR no âmbito das ruas e na busca por serviços; por sua vez, o último tem como objetivo apresentar as diversas estratégias de sobrevivência utilizadas pela população supracitada para seguir habitando e resistindo às violências e barbáries impostas àqueles que tecem suas vidas no contexto da cidade.

### **5.1 SE ESSA RUA FOSSE MINHA: NOTAS SOBRE OS ENCONTROS COM A PSR**

O DB que apresentarei a seguir é, sem dúvidas, um dos elementos mais importantes da trajetória na realização desta pesquisa. Foi possível, através do DB, reproduzir diversos componentes essenciais para a compreensão do fenômeno PSR e suas vivências pela cidade de Juiz de Fora. Neste mesmo espaço, também emergiram expressões dos meus sentimentos, opiniões e afetações durante o campo. A produção de um DB demanda tempo e disciplina do autor. Segundo Medrado, Spink e Mélo (2014), é muito comum o diário não ser utilizado como uma das estratégias centrais e ser incluído como apêndices que favorecem as análises, ou seja, “sobras que não sabemos encaixar ou incluir em nossas pesquisas” (p. 274). Diferente disso, o diário na presente pesquisa ocupa um lugar de importância imensurável em suas contribuições, como um parceiro que teve como função registrar aspectos que poderiam, na correria dos dias, passarem despercebidos. Talvez sua missão seja lembrar, constantemente, como podem ser grandes os pequenos encontros e como eles vão se abraçando, compondo a vida.

A escrita do diário se inicia no dia 22 de abril de 2019 e termina na data de 19 de fevereiro de 2020. A pesquisa se inicia nas ruas do entorno das instituições que assistem à PSR, escolha que se deu em decorrência da quantidade de PSR concentrada na região. A chegada ao campo de pesquisa foi também momento de retorno, pois havia estagiado no Centro POP durante a graduação. Inicialmente, eu estava apenas caminhando pelas ruas em que a PSR costumava circular. Não havia um espaço físico definido, pois o campo, *a priori*, estava atrelado à tentativa de reprodução dos itinerários da PSR na cidade.

O primeiro contato com a PSR foi via Consultório na Rua (CR), serviço através do qual acompanhei alguns atendimentos. Neste período, pude ir revendo algumas pessoas, conhecendo outras, conversando sobre as mais diversas temáticas sobre circulação na cidade e buscando pensar maneiras estratégicas de adensar a minha participação no campo, sempre em movimento dialógico com a PSR e em constante negociação.

Acompanhando o CR, na porta do Centro POP me deparei com um rosto familiar, uma mulher que já havia conhecido anteriormente, e iniciamos uma conversa a respeito de suas experiências pela cidade. Ela descreve a rua como sendo “*ótima, nela você come, bebe, fuma.*” O relato continua com algumas pontuações acerca do uso de drogas na cidade. Ela explica que gosta de usar “suas pedras” (referência ao crack), e em situações em que a polícia se aproxima do local, todos que estão fazendo o uso fingem que estão dormindo. O período de consumo dura a noite toda e é feito em uma praça próxima ao centro da cidade. A droga é obtida mediante a negociação: a pessoa usa o crack em seu cachimbo e recebe em troca uma parte da droga.

Caminhando pelas ruas onde se localizam o Albergue e o Centro POP e notando que estavam esvaziadas pelo tempo frio, adentrei a instituição e iniciei uma conversa sobre o tempo com um senhor que estava próximo à TV. Ele disse que não estava habituado às baixas temperaturas da cidade, pois viera do Nordeste. Anunciou que era marceneiro, que trabalhara durante muitos anos, e repetiu várias vezes sobre sua profissão. Nosso contato foi breve, pois a PSR circula bastante pelos espaços; não ficam sentados conversando por longos períodos, estão sempre em movimento, saindo ou entrando, andando de um lado da calçada para o outro; raramente estão parados.

Pesquisar junto à PSR é compreender que alguns encontros serão “o primeiro” e “o último” pois, a princípio, se trata de uma população sem uma rota fixa. Mesmo existindo itinerários, estes são flexíveis e permeados por imprevistos. Ocorrências como conversar com pessoas e nunca mais encontrá-las constituem a dinâmica do campo: constantemente alguém surge, nós nos (re)conhecíamos e, depois, a grande maioria nunca mais vi.

Em outro momento, um senhor se aproximou da equipe e me perguntou o que eu era; respondi que estava ali para realizar uma pesquisa, “*trocar uma ideia*” com a PSR sobre a vida nas ruas. Ele, em tom baixo, me disse que queria conversar (estava alcoolizado, motivo pelo qual os demais profissionais não tinham dado a devida atenção a ele). Ele tentou, pois estava com a fala muito desorganizada, contar um pouco da sua história. Ao fim daquela conversa, o senhor me pediu um abraço, talvez pela forma como eu o acolhi, mas confesso que na hora fiquei surpreso e ele notou meu desconforto com o pedido. Logo ele indagou: “*tá com medo de me abraçar?*” Respondi que não, mesmo diante do aparente desconforto, e lhe dei o abraço. Aquele abraço, antecedido pelo questionamento, fez com que eu “revisitasse” meus preconceitos.

Um importante espaço para se debater e entender a itinerância e as experiências da PSR foi o do Fórum da População em Situação de Rua. Este fórum ocorria mensalmente, cada mês em um local diferente, e era composto por algumas pessoas em situação de rua e atores institucionais que trabalhavam diretamente com eles. Uma das pautas mais importantes discutidas no fórum foi referente à mudança de local do Centro POP e do Albergue (Casa de Passagem para Homens). Por questões históricas do município — e muito preconceito—, lojistas, empresários, moradores do entorno e até mesmo o corpo de bombeiros estavam em movimento de resistência a essa mudança. Eles alegavam que a PSR neste novo endereço aumentaria a criminalidade na região, bem como o consumo de drogas e as práticas de pedir dinheiro aos transeuntes. Entretanto, a mudança se faz necessária, pois os atuais espaços que os serviços ocupam estão em situações críticas e já foram notificados dos perigos a que estão submetidos. Insta salientar que essa nova localidade foi construída especificamente para atender às demandas da população de rua e, por isso, a mudança é imprescindível.

Com o intuito de resolver a problemática da mudança, foi realizada uma audiência pública televisionada. O resultado dessa audiência foi o adiamento da transferência de localidade dos serviços, pois a população no entorno do novo espaço não concordava com a medida. De acordo com os presentes à audiência, o episódio foi descrito como sendo um “*show de horrores*”. Um vereador, que também é militar, estava presente e se manifestou contrário à mudança, declarando que a PSR é como “*laranjas podres*”, caso se mudassem, apodreceriam o entorno do lugar. Além dessa fala, o vereador levou consigo vários Boletins de Ocorrência, com o intuito de mostrar como a criminalidade tinha aumentado no local em que os serviços ocupavam à época. Ações como essas reforçam a imagem estereotipada da PSR, associando-os à criminalidade, o que acaba por justificar as medidas drásticas para



contê-los, pois partem de uma lógica que enquadra esse segmento populacional como perigoso.

As ruas, para além das violências e opressões, também contêm seus momentos de apoio e solidariedade. Porém, a lógica assistencialista que envolve algumas dessas ações caritativas não agrada aos mais atentos. Eles entendem esses momentos como negativos, pois através deles ocorre a manutenção do lugar de miséria: são atitudes que, em sua essência, não alteram de forma significativa a realidade da PSR e tampouco possuem tal propósito. É o que contam dois senhores ao relatarem como se sentiram ao receberem alimentação de alguns grupos que atuam durante as noites na cidade. O primeiro manifesta profundo incômodo com a seguinte frase: *“semana que vem te encontro aqui de novo”*, porque, em sua visão, ele não gostaria de estar naquele lugar na semana seguinte, esse lugar de depósito, de espera por roupas e alimentos; na verdade, ele queria suporte para sair daquela situação.

Já o segundo senhor compartilhava das mesmas questões do anterior. Ele engrossa o discurso explicando como é desgastante a luta por direitos e melhorias, visto que muitas vezes eles não obtêm êxitos em suas demandas. *“É como enxugar gelo”*, diz o senhor com a voz desmotivada de ter que entrar novamente em uma “luta” (referindo-se à ocupação do novo espaço destinado à PSR). Ele explica que seu desânimo advém do cenário político, já que constantemente há encontros ou reuniões com figuras públicas importantes que não chegam a lugar algum.

Ele também denuncia as ações de apreensão realizadas pelo serviço de Abordagem na Rua. Através dos relatos, foi possível perceber que as ações truculentas operadas pela chamada “abordagem social” trazem incômodos à PSR. Esse serviço tem como prática a apreensão de colchões, cobertores e mochilas contendo documentos daqueles que estão se abrigando nas ruas. Após a apreensão, obter acesso aos pertences apreendidos é tarefa custosa, que incorre até na perda permanente desses objetos pessoais. A polícia também acompanha algumas dessas abordagens e, se preciso for, adota uma prática coercitiva para retirar aqueles que estão “ocupando a rua de forma irregular”.

O senhor finaliza a sua fala criticando o tratamento recebido nos serviços da rede assistencial em contraste com os serviços das ações caritativas religiosas: *“as igrejas estão tratando a gente melhor que as políticas públicas”*. Caminhando pelo campo e em diálogo com a PSR, foi possível perceber que a itinerância da PSR possui íntima ligação com os equipamentos públicos, uma vez que estes não atendem suas demandas e expectativas; a rota muda e inicia-se uma nova busca por outros lugares e serviços.

Com o tempo de circulação pelas ruas, foi possível observar algumas atividades que compõem o cotidiano da PSR de forma mais explícita, como por exemplo o tráfico e o consumo de drogas na região. Não só a PSR utilizava pontos estratégicos para este fim, como também havia intenso fluxo de transeuntes que cruzavam a cidade para comprar e consumir no local. Começaram a acontecer, com certa frequência, situações em que eu estava conversando com alguém, falando sobre coisas rotineiras e um grupo se formava em volta para o consumo de drogas. A princípio, tentei fingir que nada estava acontecendo, e em alguns momentos ouvia frases como: *“você não liga não, vou acender essa pedra aqui”* ou *“a gente pode conversar, mas vou usar um negócio agora”*.

Com o campo sendo pouco estratégico, pois a população que estava circulando pelas ruas naquele período estava engajada em outras atividades (pessoais), foi preciso migrar para outro espaço da cidade. Foi então que entrei em contato com a Obra Pequenininhos de Jesus (OPJ) e, com isso, um novo percurso se iniciava na região daquela instituição. O local parecia mais adequado para aprofundar os vínculos, pois havia dois dias da semana destinados ao banho e, como não existiam muitos chuveiros, as pessoas ficavam cerca de 3 (três) horas aguardando a sua vez no banheiro.

A PSR circula pela cidade inteira em busca de sanar suas demandas, geralmente ligadas às questões básicas de sobrevivência como, por exemplo, pedir dinheiro pelos sinais. Em um dos encontros possíveis a partir da inserção no campo, apresenta-se um casal que divide um pouco de sua experiência cotidiana nas ruas. O rapaz relata que sua parceira consegue dinheiro com maior facilidade mangueando (ato de pedir dinheiro) e que ela também trabalha como garçoneiro em alguns estabelecimentos. Atualmente, ambos estavam dormindo na Praça da Estação (é a segunda vez que escuto sobre a praça como um local onde as pessoas costumam dormir), mas ressaltam que é um ambiente onde se concentram muitos usuários de drogas, o que acaba criando um ambiente inseguro. Questionei-o sobre o Albergue, que seria uma opção mais segura, ao que ele me responde negativamente, pois já havia brigado dentro da instituição e não poderia mais voltar lá. A situação aponta para a possibilidade de criação, por parte da PSR, de rotas alternativas às oferecidas pelas políticas públicas, para continuar ocupando/resistindo na cidade.

A dimensão do trabalho precarizado e, por consequência, a precarização da vida, foram tópicos de discussão que surgiam frequentemente nas conversas produzidas no cotidiano das observações. A PSR, principalmente a juventude, se queixava de como era difícil conseguir empregos com vínculos formais (CTPS assinada), pois a falta de moradia era um grande empecilho. Um dos jovens questiona: *“quem vai dar emprego para quem não tem*

*casa? Quem vai dar emprego para quem coloca o Albergue como referência?'*. Outro jovem completa dizendo que precisava de dinheiro, pois *"hoje em dia você vale o que tem no bolso"*.

O campo de pesquisa é composto pelas surpresas e imprevistos do cotidiano, estar disponível a ele me leva ao relato que exponho a seguir. Em um dia de campo pouco movimentando, eu me encontrava sentado na saída da instituição, organizando algumas notas em meu diário. Ao olhar para o lado, vi uma criança brincando com um cachorro, tentei uma interação com ambos e o garoto se aproximou de mim. Muito curioso, perguntava sobre o que eu estava fazendo; permanecemos um largo tempo juntos. Ele estava acompanhado da tia, que, nesse meio-tempo, estava no banho e ficou subentendido que ele estava comigo, como se eu estivesse "tomando conta" dele.

Ele me pede uma folha do diário e uma caneta, começa a desenhar e a me explicar o desenho. Ele começa por mim e ao meu lado desenha uma namorada. Atrás ele faz um carro e me conta que é o carro da polícia. Questiono a razão de ter um carro da polícia no desenho e ele completa desenhando uma arma em minha mão; me explica que eu tinha machucado a minha parceira e a polícia estava atrás de mim. Fico perplexo, *"mirabolando"* na minha cabeça os porquês daquele desenho, daquela história e tudo que aquele menino, com tão pouca idade, poderia já ter presenciado. A tia grita o nome dele e ele sai correndo, e se despede sacudindo a mão. Eu fico ali por mais 10 (dez) minutos, atônito, encarando o desenho. Essa é a proporção do *"tudo pode acontecer"* no campo de pesquisa, quando você se permite estar nele. Mesmo não tendo como foco de pesquisa a itinerância de crianças e adolescentes pelas ruas, o relato pode ser uma prévia dos horrores que tecem essas vidas tão precocemente.

A instituição em que eu estava ofertava algumas oficinas durante as tardes para a PSR, e foi numa dessas oficinas que conheci Paulo, participante da pesquisa, que dividiu algumas situações de sua trajetória pelo centro da cidade. Ele dissertou sobre suas *"andanças pela cidade"*, nas quais percorria distâncias absurdas a pé. Em uma dessas circulações, ele contou que ficou parado em frente a um bar da zona sul da cidade, um bar muito movimentado, se sentou do outro lado da rua e ficou observando as pessoas bebendo e se divertindo. Indaguei-o sobre o que ele sentiu vendo essa cena, e ele me respondeu: *"queria estar lá, mas pessoas como eu não entram nesses lugares"*. Essa frase pode ter íntima relação com a proibição da PSR em determinados lugares da cidade, pois frequentemente são impedidos de estar em alguns locais em suas rotas, sendo obrigados a realizarem outros caminhos, o que é capaz de apontar para a artificialidade dos itinerários produzidos.

Em algumas tentativas de explorar o itinerário da PSR, me propus a acompanhar algumas pessoas que precisavam acessar alguns pontos da rede em busca de serviços específicos. De antemão, exponho que só consegui realizar o acompanhamento de um rapaz que aceitou minha companhia para ir até a “sopa dos pobres”.

No percurso, ele compartilha uma experiência que o deixou constrangido. O episódio ocorreu em um sinal de trânsito no centro da cidade, enquanto “*mangueava*”. Ao se aproximar de um dos vários veículos parados no tráfego, o motorista subiu rapidamente o vidro do carro e sinalizou para que ele saísse da frente. O rapaz explica que esse tipo de situação é humilhante, e completa: “*eles acham que eu vou entrar no carro e roubar eles?*”. Seu itinerário é constantemente alterado devido a situações como essas, de preconceito e humilhação. De acordo com os relatos, ele havia deixado de frequentar alguns lugares da cidade temendo ser desrespeitado. Ele relata que não pede mais alimento em um determinado restaurante em razão do julgamento externo, porque o lugar fica situado em uma região central e muitas pessoas olham enquanto ele pede.

A circulação da PSR é construída mediada pelas experiências que eles vivenciam nos espaços. Episódios de vergonha, humilhação, preconceito e violência policial compõem a rotina daqueles que produzem suas vidas nas ruas. Todos esses elementos, de acordo com diversos relatos, aumentam ou diminuem as chances de a PSR voltar a frequentar esses espaços.

Ainda no caminho da sopa com o rapaz, explorando mais sobre a vida nas ruas, ele me confessa que prefere dormir na calçada do Santa Cruz Shopping ao invés de ficar nas instituições de acolhimento noturno. Ele expôs exemplos de violência institucional, bem como as humilhações que faziam com que ele “optasse” por não acessar esses dispositivos. Ou seja, ele não dormia em um espaço, teoricamente, mais seguro, devido a uma série de eventos violentos e humilhantes, tão ruins que faziam com que ele preferisse correr os riscos de dormir na rua.

Em notas finais, gostaríamos de apresentar algumas observações no que tange à organização da cidade, bem como à arquitetura dos lugares frequentados e habitados pela PSR. Nos caminhos até os equipamentos que atendem à referida população, pude perceber a forma como a cidade se articula com relação às pessoas que estão nas ruas. Percebi que as instituições, tais como o Centro POP, o Albergue, instituições que oferecem alimentação, entre outras, ficam geralmente em locais mais afastados do centro; quando situadas em regiões centrais, sempre se localizam em partes da cidade de Juiz de Fora consideradas “pobres” ou “destinadas aos pobres”.

Um bom exemplo é o caminho até o Albergue: em frente à instituição estão localizados 2 (dois) trailers e, em todas as vezes que passei em frente a eles, havia um aglomerado de PSR. Atravessando a rua que é cortada pela trilha do trem, encontra-se o Santa Cruz Shopping, lugar que carrega a marca de ser o shopping destinado aos pobres da população de Juiz de Fora e que, não por coincidência, possui em frente a Praça dos Três Poderes. A praça é conhecida por nela haver um grande fluxo de pessoas em situação de rua, às vezes dormindo, às vezes vendendo mercadorias, às vezes conversando ou pedindo dinheiro. A praça em questão marca o início da Avenida Getúlio Vargas, que também carrega a marca de ser conhecida como o local em que se concentra a “pobreza”, pois é onde se localizam os pontos de ônibus para grande parte dos bairros mais afastados da região central.

A cidade de Juiz de Fora, como tantas outras, também é alvo de projetos de “revitalização” dos espaços. Citando um desses projetos, o Parque Halfeld, ponto de encontro e referência na cidade, recentemente teve seus bancos trocados. Antes eram bancos de madeira sem divisões, hoje são bancos de ferro com repartições para uma única pessoa se sentar, o que impede que, durante as noites, aqueles que pudessem vir a dormir nesses bancos não o consigam. É através de minuciosas mudanças que a PSR e outras facetas da pobreza são impedidas — fisicamente — de acessarem os espaços da cidade.

Grande parte das instituições destinadas à PSR não foram construídas para estes fins, são locais estruturalmente inacabados, com pouco espaço, que não atendem às demandas. Por isso, a mudança do Centro POP e do Albergue (para a margem da cidade) era de fundamental importância, porque o atual lugar não estava em situação regular para atender ao público. A mudança acabou ocorrendo, e não tive a oportunidade de ver o novo espaço, mas ouvi de muitas pessoas que a estrutura era muito superior à antiga.

Com relação aos aspectos físicos da OPJ, novamente a casa não era estruturada para o acolhimento e trabalho com a PSR, mas se tratava de um espaço melhor estruturado que os anteriormente citados. Mesmo com sua localidade próxima ao centro da cidade, a casa ficava em um bairro periférico, de frente para uma muralha feita por casas e morros, uma paisagem típica das periferias de Juiz de Fora. Em todo o percurso, mesmo quando não estava realizando a pesquisa, encontrei a PSR por todos os cantos da cidade. Logo, questiono a falácia produzida pelo discurso da “invisibilidade”, pois o termo não descreve e/ou caracteriza o fenômeno em questão, mas sim serve para naturalizá-lo. Essas pessoas ocupam ruas, vielas, sinais, calçadas e praças, são mais que seres visíveis, são pessoas pauperizadas, se trata de um contingente propositalmente ignorado.

## 5.2 A CIDADE E SEUS SENTIDOS: EXPERIÊNCIAS DE CIRCULAÇÕES DA PSR

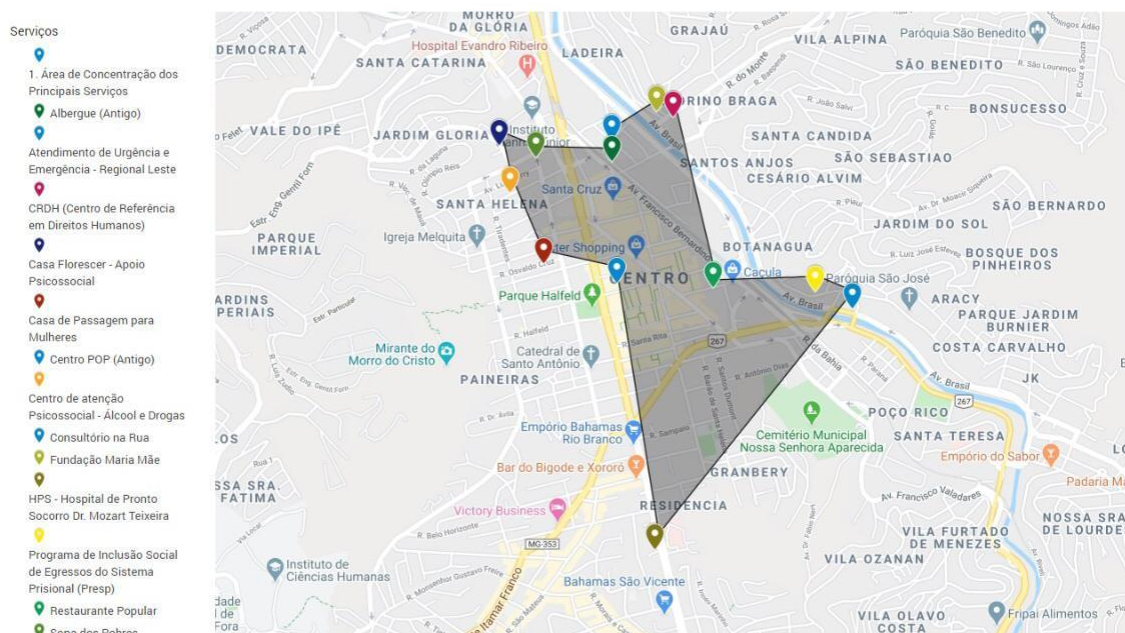
Discutir acerca das experiências da PSR é, indubitavelmente, discorrer sobre o lugar em que essas tramas são produzidas, fio a fio, no tecido social. Em outras palavras, é adentrar o complexo universo das “selvas de pedra” e suas artimanhas. Este contexto carrega em sua essência a contradição, visto que foi apresentado, a partir dos informantes, como um espaço que oferece de tudo, comida, amigos e drogas. Mas, por outro lado, viver na e da rua expõe os sujeitos a um complexo universo formado por violências, violações de direitos, opressões e outros tantos elementos que minam o viver.

Acessar a cidade através das memórias daqueles que são constantemente convidados a se retirarem dela me fez recordar a crônica *Celebração das contradições*, de Eduardo Galeano (2002):

Como trágica ladainha a memória boba se repete. A memória viva, porém, nasce a cada dia, porque ela vem do que foi e é contra o que foi. *Aufheben* era o verbo que Hegel preferia, entre todos os verbos do idioma alemão. *Aufheben* significa, ao mesmo tempo, conservar e anular; e assim presta homenagem à história humana, que morrendo nasce e rompendo cria (p. 122).

Enganam-se aqueles que pensam que a PSR não circula pela cidade também seguindo um itinerário, em certa medida, fixo. Este percurso familiar, (re)produzido ao longo dos dias, possui íntima relação com a busca por serviços ditos essenciais e locais para permanência. A flexibilização deste itinerário cria uma ideia, irreal, de que as pessoas circulam por todos os lugares, mas sem um rumo predefinido. A fim de ilustrar parte deste itinerário, tão comum aos participantes, a imagem a seguir apresenta as instituições que foram mencionadas durante as entrevistas como os principais serviços que a maioria acessa:

## Itinerário POP RUA



**Imagem 2: Itinerário da PSR pelos Serviços Disponíveis na Cidade**

Fonte: Google Maps, 2020.

Apresentando estes itinerários, as narrativas a seguir exemplificam um pouco do dia a dia nas ruas e como se dão as buscas por lugares para tomar café, almoçar, higienizar-se, dormir, entre outras atividades. Posto isto, quando perguntei a Maria acerca dos locais que frequentava para realizar suas refeições, ela me respondeu: *“A cidade né, a cidade que oferece onde tem pra gente, quer dizer que é pra todo mundo, né?”*. Logo, a cidade surge como sendo a provedora dos recursos mínimos comuns à sobrevivência.

As refeições diárias, café da manhã, almoço e jantar, são oferecidas por algumas instituições e, de acordo com os entrevistados, todos frequentavam os mesmos locais. Cabe destacar a atuação das instituições religiosas, que ocupam um importante lugar na distribuição de alimentos à PSR: *“Às vezes pela manhã vou na igreja, vou sempre no Restaurante Popular, depois vou pro Centro POP porque tenho ficha lá, depois fico rodando”* (Antônio). Em concordância, Diogo complementa:

Quando eu tô com fome? Ué, eu venho aqui tomar um café (aqui na OPJ), vou na sopa dos pobres, no restaurante popular... Às vezes tem os restaurantes que quando dão 15h, todo restaurante, dão comida [...] é só chegar lá. Igual tem um restaurante do shopping, você chega lá e senta pra comer, nem precisa chegar lá com o potinho não, você vai lá pra comer sentado.

Neste sentido, devido à “facilidade” em obter alimentação, Lucas alega ser fácil se adaptar à rotina dentro desta rede socioassistencial: *“Não foi tão difícil assim acostumar com a malandragem da rua, acostumar a frequentar as organizações da prefeitura, os negócios, o Pequeninos, umas coisas assim que eu podia vim tomar café, entendeu? Então não foi muito difícil pra mim não”* (Lucas). Complementando, Paulo apresenta um pouco da rotina de uma dessas instituições: *“Vou no Sopão (em referência à sopa dos pobres), tem dia que tem até refrigerante. Ali funciona de segunda a sexta, quem está na minha situação, segunda a sexta vai lá”*.

Em contrapartida, outro participante diz que a vida nas ruas não é normal, pois para ter acesso ao básico é preciso depender de outras pessoas:

Ah mano, eu tô levando um cotidiano anormal, vamos dizer assim. Porque você acorda de manhã, você tem que vim tomar o café... Não, graças a Deus que a gente tem o café pra gente vim tomar, mas você tem que vim tomar o café porque alguém vai te dar o café, se alguém não te dar o café, você não vai tomar. Ai saindo do café aqui, não tem o que você fazer. Às vezes eu dou um rolê na cidade (Bruno, em referência à OPJ).

O jantar, geralmente, é fornecido pelas instituições em que eles pernoitam, todavia, um contingente dessas pessoas opta por não dormir nesses serviços e fica à mercê de ações caritativas/assistencialistas de grupos que distribuem comida à noite, como relata Eduardo: *“À noite de vez em quando passa doação, mas tem dia que não passa”*.

Ainda sobre a problemática de conseguir alimento, cabe ressaltar que, em datas comemorativas, as instituições preparam refeições especiais. Estes momentos são, em alguns casos, expostos pela mídia em reportagens televisionadas e/ou acabam por estampar as capas dos jornais locais. Bruno relata um episódio que causou desconforto à PSR devido à exposição midiática:

No jantar popular de natal, na ceia de natal. Eu nunca tinha ido, então não fazia ideia de como ia ser. Do nada quando eu cheguei os repórteres já estavam lá com as câmeras tudo ligada [...] e tava todo mundo sentado, aí o amigo que tava do meu lado assim, tá que esconde o rosto porque o câmera começou a focar nois. Aí eu tô que boto o boné pra cá, viro a cara pra lá, meio de costas pra eles. Aí do nada o cara veio na nossa direção com a câmera e a repórter com microfone [...] já veio e perguntou pro cara assim, sorte que não tava ao vivo, mas e se tivesse ao vivo? Já ia jogar nois como? Já ia esgrachar nois morador de rua, mano.



Bruno segue seu relato explicando o que o deixou constrangido e como ele reagiu diante da situação:

Aí a repórter e o câmera já começou a falar com o amigo lá [...] ficou só focado neles dois assim e eu já de costas. O cara falou assim ‘pô, tô vendo, tô conseguindo observar de lá que você tá aí emocionado’ falando no microfone. O que rola, aí o amigo olhou pra ele assim e falou ‘que emocionado o que mano, tô emocionado porra nenhuma não, tô é me escondendo de você. Tira essa câmera daqui!’[...] O cara filmando chegou pertinho de mim, eu não quero ser explanado como morador de rua não. E eu só fui pra lá porque nesse dia eu tava com fome. Mas pô, isso lá me constrangeu, me deixou bastante constrangido.

Prosseguindo com a apresentação do itinerário da PSR, com relação aos lugares para dormir, há um consenso sobre o albergue (masculino, nenhuma das duas entrevistadas dormia no albergue feminino) como sendo o lugar que a maioria dos entrevistados frequenta, como apontado no relato a seguir:

Acordo no albergue, tomo café aqui na Fundação Maria Mãe, vou pra sopa dos pobres, depois eu vou pro popular. Aí na parte da tarde eu procuro correr atrás de algum documento, fazer alguma coisa pra ocupar o resto da tarde, depois volto pro albergue, tomo um banho e durmo (Diogo).

Porém, devido a uma série de conflitos com o espaço, muitas pessoas optam por dormir nas ruas: *“O albergue é cheio de regras, lá eu já briguei [...], agora durmo na Mister Moore”*. Alguns dormem próximo ao Albergue, mas não na instituição em si, como o exemplo de Lucas, que se recusa a dormir separado da sua namorada: *“De manhã eu levanto, venho pro POP, eu tava dormindo no albergue, mas como conheci a minha mulher aqui agora, a gente dorme na Pavan, na ABC, perto ali do Centro POP e do albergue”*.

Os lugares escolhidos pela PSR para passar a noite são diversificados, mas acompanham a lógica de lugares da cidade destinados à população mais pobre, ou seja, lugares em que é permitido estar: *“Eu durmo ali perto da loja de ferragem, né? Ali no antigo albergue, né? O moço lá deixa a gente dormir na marquise”* (Eduardo). Diogo e Maria, em conciliação com a fala anterior, dizem: *“Durmo em cima do mergulhão [...], lá é tranquilo pra dormir”* e *“E tirando disso a gente dorme um pouquinho de baixo de uma árvore, debaixo de uma marquise, onde que não chove, não passa frio, não passa chuva”*.

Essa rota também é produzida com o apoio de outras pessoas que estão na mesma situação, ou seja, através dos contatos e das trocas de informações sobre lugares e espaços que estejam prestando algum tipo de serviço: *“A gente se informa muito é com os catadores de*

*reciclável, da amizade. Então a gente costuma fazer amizade, perguntar onde é a rua, porque tem vez que a gente até se perde, entra numa rua e sai em outra”* (Maria).

Esse percurso em formato de itinerário faz com que a PSR seja “marcada” como tal, pois são constantemente vistos nos mesmos lugares e trajando as mesmas roupas; isso gera um incômodo especialmente para a parcela mais jovem. Através da narrativa de Bruno, são expressos os sentimentos decorrentes de situações como essa:

E tá todo mundo te vendo, às vezes você não tá na condição de comprar uma roupinha maneira pra você, ou às vezes alguém te roubou, cê tá com uma peça só e você é obrigado a tá andando, tá ligado? Porque você precisa almoçar, precisa tomar um café, coisas simples que eu tô colocando. Fora que você precisa sair pra resolver um documento, alguma coisa e você vai com a mesma roupa, tá todo mundo notando. Tá ali, mas é a mesma roupa... e isso fica na mente, fica tipo uma pulga atrás da orelha... Pessoal passando aqui com a mesma roupa, todo dia, mesmo trajeto (Bruno).

Mesmo estando em situação de rua, a aparência e a postura são de extrema relevância para que essa circulação pelas ruas seja possível sem tantos empecilhos:

Depende da aparência, da vestimenta, do grau que você está, se você está drogado ou não. Igual, por exemplo, eu evito muito ir a lugares públicos [...] não gosto de ficar andando na rua quando tô sob a substância da droga. Mas quando tô igual aqui, aparentemente bem, com a cara limpa, sem usar droga nem nada, eu ando normal. Entro em qualquer lugar normal (Lucas).

Em contrapartida, estar com uma boa aparência não é garantia de uma boa recepção nos estabelecimentos e instituições, e a PSR não só pode ser impedida, como o é de fato, conforme conta Roberto: *“Já, vários lugares, lojas, mercados. Fui impedido de entrar”*. Em consonância, outro entrevistado conta que já foi impedido de entrar em determinados lugares, em situações que expõem como a PSR é vista nas ruas:

Já aconteceu muita questão de segurança, você tá lá e às vezes a gente pode estar até apresentável, mas só porque a gente conhece muitas pessoas que fazem a segurança dos lugares, né? Então aquilo ali já é motivo dele saber ‘ó aquele ali é morador de rua então tem que ficar ligado nele’. E o cara que tá lá de terno, gravata, todo arrumadinho é o que tá roubando e você que tá lá só vendo, os caras tão desconfiados de você. A desconfiança das pessoas é muito grande (Diogo).

Saindo do âmbito da busca por serviços essenciais e adentrando outros aspectos relacionados à itinerância pela cidade, observa-se que a PSR movimentada por diversos lugares de Juiz de Fora : *“Eu gosto muito de ficar na pracinha do shopping”* (Diogo, em

referência à Praça dos Três Poderes, em frente ao Santa Cruz Shopping). Quando indago Diogo sobre o tratamento recebido nesses lugares que ele frequenta (para além das instituições), ele me diz: “*Sou bem tratado, muitos tratam a gente como pessoa*”. Ele segue explicando sua fala:

[...] Tem muitos lugares que a gente chega, às vezes até numa lanchonete mesmo, até pra você comprar uma bala ou um cigarro. Aí já olha pra sua cara e opa, deixa você por último ou se não, já te atende naquela pressa, sem te dar atenção. Sem saber até o que você quer direito, só pra te tirar daquele ambiente, é complicado.

Em alguns casos, o andar pela cidade representa uma maneira de passar o tempo, às vezes mediado pela busca de empregos, bicos, pedir dinheiro nas ruas (manguear), pelo consumo de drogas ou simplesmente “não fazer nada”, conforme se percebe nos seguintes relatos: “*E tipo assim, a gente acaba ficando à toa, né mano? sem ter pra onde ir, tipo andando só pra poder matar o tempo, gastar hora, entendeu? [...] Aí abre o albergue e eu subo, vou dormir*” (Bruno). Em concordância, outros entrevistados contam:

Não vou mentir pra você não, aqui quando a gente tá aqui a gente vem, toma café, faz curso, aí a gente sai daqui ou vai pra beirada do Paraibuna, deita e dorme [...] depois procura outra coisa pra ir” (Luana); “Acordo no albergue, tomo café aqui na Fundação Maria Mãe, vou pra sopa dos pobres, depois eu vou pro popular. Aí na parte da tarde eu procuro correr atrás de algum documento, fazer alguma coisa pra ocupar o resto da tarde, depois volto pro albergue, tomo um banho e durmo (Diogo).

Cabe enfatizar que essa circulação não se resume à região central: alguns entrevistados relatam que percorrem grandes distâncias, indo até outros bairros, com o propósito de “distrair a cabeça” ou porque relatam se sentirem bem nessas andanças: “*Fico rodando, às vezes eu desfoco um pouco fora do centro da cidade [...] ou eu vou no Mariano Procópio orar, buscar a Deus um pouco [...] e dali eu saio e fico rodando*” (Antônio). Outros relatos complementam o exposto indicando que essa circulação também é composta pela convivência entre pares e reforçando a itinerância dessas pessoas por toda a cidade: “*Eu fico só sentado na praça. Na praça do Jardim da Infância, eu fico ali conversando com meus colegas e passando o tempo [...]. Ah, é melhor que distraio minha cabeça, não invento moda e porque eu bebo também, mas aí eu vou andando, só isso.*” (Eduardo); “*Hoje nesses dias eu fico rodando de bairro em bairro, vou pra zona norte [...]. Olha, vou te falar a realidade pra você, é o tal Zé Pilintra da estrada que se incorpora em mim*” (Paulo).

A ociosidade pode se configurar como um problema pois, nos relatos de Roberto, não ter uma ocupação durante esse tempo livre é insuportável: “[...] *é chato, porque chega no dia, você não tem nada para fazer, você fica à toa o dia inteiro. Então, chega no final da tarde você não arrumou nada, você não fez nada, ou seja, insuportável. É um tédio do caramba, é um tédio que não tem explicação, entendeu?*”

Como foi demonstrado até agora, a PSR cria seu itinerário dando um novo sentido à cidade. Objetos metálicos se transformam em talheres improvisados, lonas gigantescas viram tetos, mochilas com roupas viram travesseiros, etc. Situações como essas chamam a atenção daqueles que não compartilham dessa realidade:

É igual a gente tava conversando, o preconceito é muito grande, o que acontece? As pessoas que têm casa, eles acham que o morador de rua é bicho. Eles acham que como eles tomam banho no chuveiro, como eles têm um fogão pra cozinhar, eles acham que o morador de rua não é gente (Maria).

Sentimentos como este, de estranhamento com a lógica invertida da vida pública e privada, são reproduzidos pela própria PSR, que reconhece na condição em que vive a precarização da vida e a ausência de direitos humanos básicos, como ter a própria casa: “[...] *A rua não é casa de ninguém, você tem que ter seu lar, porque você é gente, é ser humano, você tem que ter sua vida, tem que trabalhar*” (Maria). Ainda de acordo com seu relato, Maria, que mora de forma improvisada na beira do rio com seu parceiro, complementa sobre como são estranhos alguns comportamentos que seriam aceitáveis no nível privado (dentro das casas), mas estranhos no âmbito público: “*Pra tomar banho a água do rio não serve, ninguém vai tomar banho no meio da cidade, né?*”

Algumas pessoas relatam o constrangimento gerado devido a esse jeito de levar a vida, pautado na inversão da rua como casa, que desperta a repulsa dos transeuntes:

Ruim, que nossa, aquele sentimento do tipo as pessoas estão me olhando diferente... Entendeu? Às vezes você tá lá, deitado num lugar ou você tá entrando pra dentro do seu... porque a gente monta um quarto na rua, a gente faz uma cabaninha como se aquilo ali fosse seu quarto. As pessoas veem você saindo ou entrando dali, te olham assustadas. Aquilo gera uma coisa assim... pô, gente, não tem a ver, mas a gente fica meio constrangido, né? De estar naquela situação (Diogo).

A naturalização da vida nas ruas surge na fala de Eduardo, que afirma levar uma vida normal: “*Mas minha vida é normal, não prejudica nada eu estar na rua*”. Ao questionar mais a fundo sobre essas experiências pela cidade, o que sobressai dos sujeitos são os aspectos

entendidos como positivos nesse habitar os centros urbanos: “[...] *Eu fui pegando gosto pela rua, porque na rua é muito bom, tem droga, tem amizade, tem bebida, tem tudo*” (Luana), bem como as ações caritativas que contemplam este universo e que também são vistas como benéficas pela PSR: “*Mas tem muita gente que ajuda, passam a noite e dão comida pra gente, são muito gente boa, tratam a gente muito bem*” (Lucas).

Somando-se a essa naturalização, encontra-se a reprodução de discursos moralizantes, em que o sujeito se culpabiliza e individualiza sua situação de miséria: “*Não, não. Nada a reclamar, eu mesmo que tinha que ter um pouco mais de juízo de arrumar um serviço*” (Eduardo). Até a violência policial, temática que será amplamente abordada posteriormente, é passível de ser justificada em um contexto de naturalização: “*É, de vez em quando eles pegam meio pesado, mas é o serviço deles, se a gente errar eles vão fazer o serviço deles.*”

Todavia, como campo composto pelas contradições, nem todos os entrevistados assumem a mesma perspectiva sobre o habitar a cidade, e alguns descrevem suas itinerâncias como desagradáveis, pois estão constantemente sob o olhar da sociedade que os julga: “*Tem lugar que é desagradável, né? Você vê que as pessoas te discriminam*” (Antônio). Diogo, em concordância com Antônio, completa: “[...] *É ruim. A gente fica muito visto, às vezes eles olham assim ‘alá o cara lá, anda o dia inteiro’, mas eles também não sabem o que o cara lá tá passando*” (Antônio).

Como foi apresentado, a cidade possui diversos sentidos atribuídos pela PSR, todos esses sentimentos sendo construídos e administrados no decorrer de suas “andanças”. Os itinerários criados pela população supracitada são constantemente alterados pelos atores institucionais que atuam diretamente com eles. Esses roteiros são permeados por limitações, privações, proibições, entre outros tantos elementos que constituem o viver nas ruas. Portanto, o próximo eixo tem como finalidade explorar as experiências de humilhação e vergonha que compõem esses itinerários.

### 5.3 AS EXPERIÊNCIAS DE HUMILHAÇÃO E VERGONHA: AS VIOLÊNCIAS QUE CONTORNAM OS ITINERÁRIOS

O presente eixo abordará as experiências de violência institucional, preconceitos, discriminação, humilhação e vergonha. Todas essas categorias são elementos fundantes das experiências pelas ruas. Com base nos relatos construídos, as rotas estabelecidas pela PSR se cruzam com todas essas questões a todo momento.

Entendendo que as instituições ocupam lugar de importância na vida da PSR, até o presente momento foram citadas várias delas que compõem a rede, formalmente ou informalmente, com exceção da instituição que sempre chega primeiro em qualquer problemática envolvendo a PSR no âmbito das ruas, a saber, a polícia. A polícia atua de forma violenta realizando o contorno do cotidiano da PSR, seja forjando seus itinerários pela cidade ou através de proibições e ameaças à liberdade do segmento populacional estudado. Bruno relata que havia sido proibido de circular em determinados locais por policiais que, constantemente, o abordavam de maneira abusiva e truculenta:

Ele passou um tempo me perseguindo [...]. Aí ele começou, todo lugar que ele me via, ele pulava em mim [...] pô, me bagunçava. Me dava aquela geral, me bagunçando mesmo, muito chato e na hora que terminava a geral falava ‘vai embora, mete o pé daqui mano, eu vou dar uma volta e se eu voltar e ver você aqui, você vai ver o que eu vou arrumar com você. Quero você aqui não. Não quero você aqui!’ Aí ele me pegava num lugar e falava ‘num já falei que não quero você aqui? Desgraça, se eu te pegar aqui de novo vou te dar um montão de paulada, cê vai ver’. Então já fui proibido de ficar num lugar sim [...] é muito revoltante. Outro policial falou assim pra mim ‘você dá seu jeito...’, ele falou pra mim quando ele prendeu o [nome de amigo]... ele falou assim pra mim ‘ó, você dá um jeito de sumir do centro, porque se você não sumir desse pedacinho aqui (rua do Centro POP) eu vou forjar pra você e vou te jogar lá dentro, junto com o seu parceiro.

Em comum acordo com o relato acima, Eduardo também expõe problemáticas envolvendo policiais que fazem uso da violência verbal em suas abordagens: *“Tem uns que é ignorante, entendeu? Xinga a mãe da gente, alguma coisa assim, mas fora isso”*. Além das abordagens abusivas, truculentas e verbalmente violentas que compõem a circulação pelas ruas, Bruno também denuncia as violências físicas sofridas constantemente por ele e por outros moradores de rua:

Como eu tava só dormindo no albergue, ficava quietinho na fila, oprimidinho na fila, aí ele chegava (o policial) e dava enquadrado nos caras lá, eu ficava mais escondidinho, mais no canto [...], ele esculachava um, esculachava outro, batia em outro e ia embora. Aí abria o albergue e eu entrava e ia dormir.

De acordo com Lucas, o mesmo foi abordado por policiais que o pressionaram a agredir fisicamente outro companheiro de rua, em decorrência da posse de um cigarro de maconha:

Tem certos policiais que não podem ver a gente usuário na rua que ele quer meter porrada. Quando eu estava com os pontos no braço, teve uma situação que o policial queria que eu desse um tapa na cara de outro rapaz que tava junto comigo usando droga, com o braço cheio de ponto. Estava com trinta e oito pontos [...] sem contar que ele (o mesmo policial do início do relato) já quebrou braço e perna de outros usuários. Ele é o carrasco da rua.

Espaços públicos no centro da cidade como, por exemplo, as praças, também surgem como espaços negados à PSR, como conta Diogo: *“Por exemplo, na praça do Santa Cruz ali, se passar uma viatura e me ver ali eles já mandam eu caçar outro lugar, já mandam eu circular, não me deixam ficar ali. Se toda vez que eles estiverem passando ali e eu estiver, já é motivo deles me agredir”*.

Os participantes da entrevista relatam “aceitar” a violência policial, pois temem a repercussão de uma acusação formal, logo, denunciar os abusos policiais não se configura como uma opção viável:

Eles marcam sua cara e querendo ou não, cada morador de rua eles sabem o nome um por um [...]. Então não adianta eu ir lá e querer fazer uma queixa deles e depois ficar sendo massacrado pela rua aí [...]. Então é mais fácil deixar pra lá, levar um pescoção, um tapa na cara e abaixar a cabeça ainda. Isso é uma coisa humilhante” (Diogo).

Outro temor dos entrevistados, que possui ligação com o receio de realizar denúncias, é o de perder a liberdade, como exemplifica o relato a seguir. O entrevistado reconhece que o tempo que está em situação de rua é um tempo perdido, mas que em um sistema carcerário poderia ser bem pior, pois o mesmo estaria privado de sua liberdade:

[...] Isso pode me privar da minha liberdade, do gozo que eu tô, porque mesmo nessa vida ruim aí, eu posso subir, posso descer, eu posso ir pra onde eu quiser, tá entendendo? E se eu cair lá dentro não vou poder ir pra lugar nenhum, vou ficar trancado muito tempo da minha vida. E como já perdi 3 anos da minha vida no albergue, perdi 3 anos na rua, vou perder mais 8 anos na cadeia? Eu faço o que pra minha vida? Pra minha filha? Nada. Então é complicado cara, é muito difícil, na moral mesmo (Bruno).

Após ouvir todos os relatos sobre as violências nos itinerários da PSR, questiono um dos participantes se essas ações se intensificaram no atual governo bolsonarista, e o participante afirma que sim, pois são os políticos os primeiros a violar os direitos da população em questão:

Claro que sim, esse é o principal motivo de tanta covardia aí, dos opressores com nós, porque os primeiros que começaram a sacanear nós são eles mesmos, são os políticos [...]. Então isso aí reflete, é tipo um espelho, reflete. Eles são cachorrinho do governo, são soldadinho do governo, reflete (Bruno).

Não é somente por interferência da polícia que a PSR tem seus direitos violados. A partir das narrativas dos sujeitos da pesquisa, a violência também pode ser observada se reproduzindo dentro dos espaços institucionais, fazendo com que essas pessoas busquem por uma rota alternativa para evitar conflitos diretos com os atores institucionais. O relato de Maria sobre uma das inúmeras instituições religiosas existentes na cidade indica o desrespeito à referida população: *“São muito ignorantes e pra religião deles, eles tinham que ser mais amorosos com a gente, não só com nós moradores de rua, com qualquer um que seja. Eles não têm esse tipo de educação, são muito mal educados”*.

Em outros pontos da rede, as situações de violência e de desrespeito também são denunciadas pelos usuários dos serviços públicos, revelando as nuances da realidade desses locais. Ao ser questionado sobre essas experiências, Bruno diz: *“Mano, não tá sendo muito boa não. Tem vários pontos negativos, que sei lá, dependendo do momento pode até induzir uma violência, induzir a uma coisa ruim. [...] É muita sacanagem. Eles fazem questão de sacanear o morador, não sei porquê. Eles fazem questão de fazer isso”*.

O relato indignado de Bruno continua e aponta para a importância que os serviços têm na vida da PSR, como, por exemplo, o de pernoite. Portanto, os desentendimentos com os profissionais podem acarretar em suspensões e alterar o itinerário dessas pessoas, em outras palavras, os sujeitos acabam sendo obrigados a buscarem as ruas para se abrigarem duramente à noite:

[...] Mano, é uma coisa que você só vai saber se você conviver com eles, porque tem vários deles, quase todos [...] eles falam de uma forma com você e que vai te induzir a falar de uma forma mais dura com eles também. Mas isso aí é só pra ele te dar uma canetada, te dar uma suspensão de 30 (trinta), 15 (quinze) dias do lugar pra você dormir na rua. Pô, isso aí eu não falo pela boca de todo mundo não, mas pode fazer essa mesma pergunta aí pra vários moradores que dormem lá [...] que eles vão te falar a mesma coisa [...]. Não tô reclamando de comer, tomar banho, nada não. Tô reclamando é da forma que eles tratam a gente, da forma de tratar o outro ser humano. Pô, não dá mano. Como pode? Como pode?

Como foi mencionado, a violência compõe o cotidiano da PSR, e uma ação violenta pode gerar sentimentos diversos, como, por exemplo, a vergonha. De acordo com os



entrevistados, o sentimento de vergonha pode ser sentido em diversas ocasiões e por diversas vias. O “simples” fato de estar em situação de rua pode caracterizar-se como um gatilho para sentir-se envergonhado: *“Já senti vergonha, porque a gente não é da rua, a gente se encontra na rua”* (Maria).

A concepção de que a rua é lugar inóspito e, por isso, inapropriado para se ter como moradia, mesmo que improvisada, encontra ressonâncias em sentimentos como o de vergonha, logo, uma estratégia para se esquivar desse conjunto de emoções negativas é esconder que se vive nas ruas:

[...] Eu sinto até hoje (vergonha). É tanta que se alguém perguntar por aí, eu não falo aonde que eu moro, onde que eu tô. Vergonha sim. Acho que qualquer um que tenha um pouco de noção de qualidade de vida, sei lá mano, de viver. Quem sabe o que é viver, vai se envergonhar disso, vai, não tem jeito (Bruno).

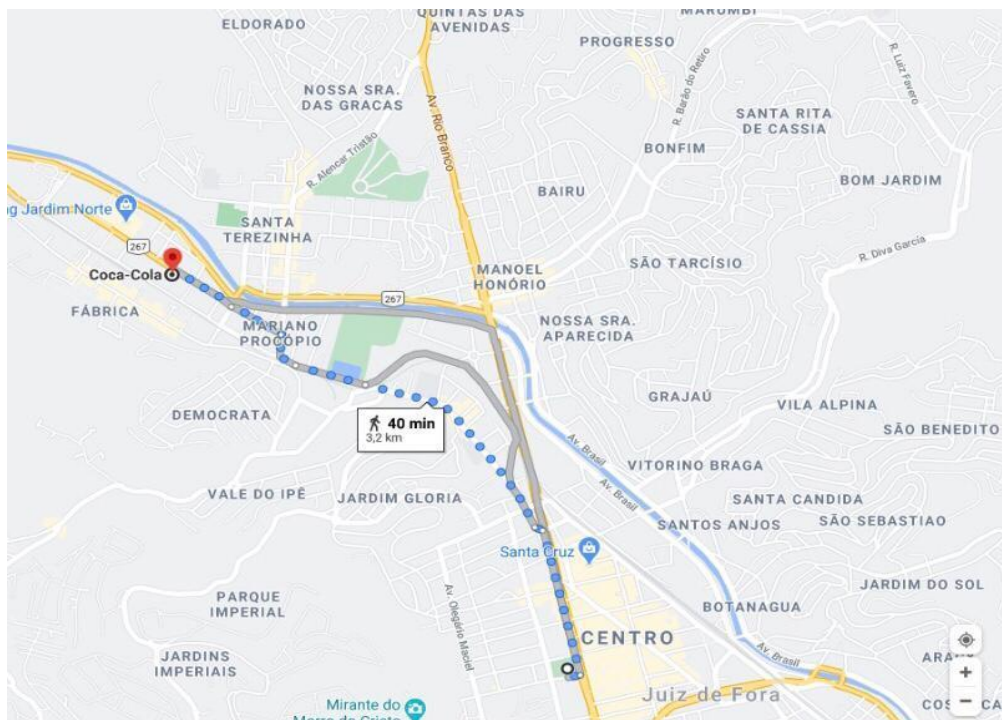
A dimensão das vontades ou desejos, para além da sobrevivência, apareceu em diversos momentos, relatos que exprimem desejos “simples”, mas que são negados e suprimidos. Afinal de contas, não se pode desejar ter qualquer coisa, mas sim aquilo que sobra e é rejeitado, o que corrobora para sentimentos de rebaixamento moral:

[...] Eu passo muito ali no centro da cidade e sinto vergonha. Fico pensando, poxa, estou numa situação de rua, muito ruim [...], então você se sente envergonhado por estar na rua, mas você não comenta com ninguém, mas você sente, você se sente envergonhado, sente aquilo que você está passando, entendeu? Às vezes você vê uma pessoa lanchando, tá num lugar, você quer estar ali, tá ligado? Você não tem essa oportunidade, então você se sente envergonhado. É chato, é constrangedor, entende? (Roberto).

O cotidiano “privado” da PSR, em que boa parte é produzido publicamente, acaba se tornando espaço propício para a ocorrência de episódios que ocasionam constrangimentos: *“Sinto vergonha todos os dias. Quando eu paro num lugar pra pedir e passa algum amigo do meu pai, como ele é muito conhecido [...], aí eu sinto vergonha”* (Luana). De acordo com o informante, o que parece prevalecer é o sentimento de inferioridade aos demais pedestres, devido aos comportamentos e estratégias necessárias para a sobrevivência nas ruas: *“Ver amigos de infância que estão bem e eu estar ruim, nessa situação que estou hoje em dia. Eu encontro com meus amigos, mesmo eles sabendo que eu tô nessa situação, eu fico meio envergonhado, o cara foi criado junto comigo [...]. Fico com vergonha de mim mesmo”* (Lucas).

Em decorrência dessas experiências no trânsito pela cidade, Paulo relata uma ocasião que o deixara envergonhado: *“Vou te falar uma coisa, é quando bate a vergonha [...]. Na situação que tô vivendo, pra ninguém me ver na situação que estou, eu durmo perto da Coca-Cola, não tem aquelas ruas vazias ali? É ali que durmo”*. As vicissitudes experimentadas por eles e elas vão dando contornos aos itinerários da PSR e criando itinerários artificiais, como no caso supracitado. Paulo caminha por uma longa distância, conforme indicado na figura 3, tudo isso porque se sente mal pelo que as pessoas poderão pensar ao vê-lo naquela situação.

**Figura 3 – Recorte do Itinerário de Paulo**



Fonte: Google Maps, 2020

É algo tão negativo para o entrevistado que, para não ser visto dormindo nas ruas, ele acorda no início da manhã e volta para o centro da cidade: *“Eu vou pra esse lugar, assim que começa a clarear eu já levanto. Não gosto que me vejam dormindo”*.

Durante as entrevistas realizadas, foi possível identificar episódios de violências que incluem diretamente, ou não, situações de humilhação. Essas violências podem partir de diversos âmbitos como, por exemplo, da sociedade ou das instituições que atuam diretamente com a PSR. Além disso, a humilhação também foi relatada associada a alguns comportamentos, como o ato de pedir dinheiro.

O ato de manguear (pedir dinheiro aos transeuntes) foi utilizado para descrever situações de humilhação no cotidiano da PSR. Diversas pessoas relatam se sentirem humilhadas pela prática que, contudo, é uma estratégia de sobrevivência: *“Eu acho humilhante, sendo que eu posso trabalhar, sendo que eu posso fazer algo diferente, pra que eu vou ficar pedindo? Eu quero é serviço, eu quero trabalhar”* (Antônio).

Em concordância com o relato anterior, Paulo conta que também já foi humilhado ao “manguear” nos semáforos, mas na contramão da fala anterior, o mesmo não segue reproduzindo os discursos moralizantes que outrora ouviu: *“[...] Tava mangueando e a pessoa falou ‘Vai trabalhar! Vai caçar um serviço!’, fiquei chateado, ofendido, envergonhado, isso tudo na mesma hora”*. O participante segue dizendo que, por vergonha, já havia ficado com fome, para não ter que pedir alimento nas ruas: *“Se eu sinto vergonha? Sinto até hoje. Teve vez que a vergonha bateu tanto que eu nem pedi comida a ninguém”*.

Ante o exposto, situações de humilhação impactam diretamente no itinerário da PSR, podendo ter outros atores institucionais envolvidos neste processo como, por exemplo, a polícia:

Às vezes eu preciso de ir num lugar mais longe e não tenho dinheiro pra ir, teve uma vez que eu entrei dentro do ônibus, não tinha dinheiro, mas eu fui porque precisava mesmo. O motorista parou até no posto policial e quase apanhei dos homens por ter entrado sem a passagem [...]. Passei por um constrangimento. É uma coisa tão ruim, você olhar pro lado e ter uma porção de gente te olhando (Antônio).

Ele relata que devido a esta situação, ele não conseguiu retornar à zona norte da cidade, primeiro por não ter condições (dinheiro) e segundo pelo constrangimento da situação: *“Aí eu deixei até de ir na zona norte onde meu pai mora, porque não tem dinheiro ou nem vou entrar em ônibus mais”* (Antônio).

Episódios de humilhação foram relatados em instituições de saúde, o entrevistado denuncia que ao acessar uma das unidades na cidade, devido a uma crise respiratória, obteve dificuldades em ser atendido, pois o mesmo não recebeu atenção da equipe médica que o atendeu:

[...] É... humilhado, né, mano? Me senti humilhado, isso é humilhação sim. Porque pô, cê tá passando mal ali, você chega, você sabe o que você tá sentindo direito, ele não sabe o que você tá sentindo, mas você sabe. Aí o cara não dá a maior importância, sendo que pode ser uma coisa que tá tirando a sua vida ali, ele não sabe (Bruno).

No âmbito das ruas, além da busca por serviços, situações degradantes estão presentes na rotina da PSR. O simples ato de adentrar em uma loja pode representar um universo de possibilidades de serem hostilizados e maltratados pelos vendedores: *“Eu cheguei numa loja do centro, pra comprar um chinelo. Tava com o dinheiro na mão, eu não sei se eles acharam que eu ia roubar ou algo a mais, me trataram como se eu fosse um lixo. Me atenderam mal, ficaram me olhando com indiferença. Mas fora isso não tenho nada a reclamar”* (Luana).

Além dos relatos nos quais se expressam as noções de humilhação, outro aspecto relacionado diz respeito aos preconceitos vivenciados no cotidiano das ruas. As experiências de preconceito, por parte da sociedade, integram a vida da PSR que muitas vezes é recriminada sob diversas justificativas como, por exemplo, estar com as roupas sujas. A dimensão da discriminação pode fazer com que esses sujeitos sejam até reconhecidos como criminosos em potencial, como mostra o relato a seguir:

[...] Já passei por preconceito sim [...], mas eu não ligo não, mas tive lugares que eu já passei, que você sabe que a pessoa que recicla não fica limpa, num sol desse, ninguém vai ficar limpo, tá sempre suado. Tem pessoas também que pensa que vai passar perto dela, vai sujar, tem pessoas que só de você chegar e falar ‘moça’, eles já acham que você vai roubar, cê entendeu como que é? Então quer dizer, tem vários tipos, várias coisas, preconceito. Mas isso aí já não é da nossa parte, da maneira da gente agir, são as pessoas que pensam. Igual a gente, se elas parassem pra dar atenção, não tinha isso, mas infelizmente, nós vamos fazer o que? (Maria).

Maria também narra que já andou por diversas outras cidades e que sentiu a cidade de Juiz de Fora diferente, mais preconceituosa e menos tolerante em relação à PSR:

Olha, eu vou ser franca com você, eu por andar igual te falei, por várias cidades, eu sempre fui bem tratada pelos outros, muito bem querida [...]. A única coisa que eu achei mais pesadinha em vista de tudo que já passei, aqui em Juiz de Fora o povo é bem pesadinho, bem ignorante [...]. O preconceito aqui parece que pesa um pouquinho, aqui em Juiz de Fora.

Na narrativa a seguir, os preconceitos são reconhecidos e sentidos como uma tentativa de aniquilar o outro, apagando sua história e sua identidade, fazendo com que esse sujeito deixe de existir:

Somos muito discriminados [...], as pessoas agem com desprezo, com coração frio. Não precisa ficar colado contigo, mas pelo menos a pessoa te respeitar como ser humano. E muitas vezes as pessoas agem com a gente como se a gente não existisse, como se a gente nem tivesse identidade. Sendo que desde o mais novo ao mais velho que está nessa situação tem uma

identidade, tem um nome, tem uma história, tem uma vida. Independentemente de estar nessa condição, muitas vezes aconteceu de estar, mas tem uma trajetória de vida” (Antônio).

Aos serem perguntados sobre como são vistos pela sociedade, alguns entrevistados apontam que parte da população enxerga a PSR como seres humanos e a outra parte como pessoas que “não querem nada com a vida”: *“Como que enxerga a gente? Muitos enxergam a gente como ser humano, mas muitos também vê a gente como aquelas pessoas que às vezes não quer nada com nada na vida, mas não é assim. Às vezes você tá na rua por falta de opção”* (Diogo).

Seguindo com as narrativas, Luana explica que a sociedade não enxerga a PSR como seres humanos, mas sim como seres abjetos, passíveis de serem oprimidos e recriminados, associando o fato de estarem nas ruas a doenças contagiosas. Dentro das suas experiências, Luana reconhece que algumas pessoas tratam bem a PSR, mas outras enxergam o segmento com total desprezo:

Como a sociedade vê? Eles veem a gente como uma merda. Um lixo, uma lata de lixo. Porque muitos têm nojo de chegar perto, muitos têm nojo de deixar a gente colocar a mão nele. Muitos têm nojo e não deixam a gente beber no mesmo copo que eles, comer da mesma comida. Trata a gente como se fosse um tuberculoso, como se fosse uma lata de lixo. É o jeito que eu vejo, poucos que deixam a gente dar um abraço neles, deixa a gente pegar na mão deles, ou até mesmo brincar, né? A maioria tem nojo. Olha a gente com indiferença. Tem uns que abraçam a agente com os dois braços, como se fossem pessoas normais, tem outros que tratam a gente como uma latinha de lixo. É o jeito que eu vejo, já passei por muita coisa assim (Luana).

A discriminação direcionada à PSR acontece com frequência nos espaços, sejam eles públicos ou privados. São experiências violentas que, novamente, limitam a circulação pela cidade. Como no caso de Bruno, que foi perseguido por um segurança dentro de um mercado na cidade:

Tem sim um lugar que eu não volto lá, porque se eu voltar lá vai acontecer de novo e eu vou arrumar um problema. Papo é reto, é aquele mercado ali, do Santa Cruz Shopping. Eu entrei lá uma vez, eu tinha pegado uma parede pra lixar [...], eu lixei a parede pro cara e tals, aí no final do dia o cara me pagou. Eu entrei nesse mercado pra comprar dois latão [...]. Eu entrei quando eu cheguei no corredor das bebidas fui andando devagar porque eu não conhecia o mercado, entendeu? Aí fui naquele cuidado de olhando corredor por corredor e tals, aí acho que isso aí que chamou a atenção deles, mas como eu tava todo sujo com a mochila nas costas [...], eu entrei no corredor dos freezer lá, quando eu cheguei no freezer e olhei pra trás, o segurança tava só esperando parece que só eu meter a mão, como se eu fosse roubar a

treta e isso me incomodou. Até discuti com ele lá, mas peguei meus dois latão, já fui bebendo. Aí terminei já botei lá vazio, deixei lá em qualquer lugar também, mas ia pagar, na hora que eu chegasse no caixa ia falar “passa dois” [...]. Aí lá não dá pra voltar”.

Ainda no relato de Bruno, a dimensão da discriminação pode se manifestar com ações simples, como perguntar as horas para um pedestre. Em geral, a população ignora a PSR, agindo como se eles realmente não estivessem ali, e quando é necessária alguma interação, grande parte é rude e mal educada com o segmento mencionado:

Além disso daí, tem a falta de educação também, né mano? A falta de respeito com você [...]. Já aconteceu comigo um montão de vezes, de um cara passar com relógio e eu estar com um compromisso, precisando de saber a hora e perguntar o cara, o cara passa batidão. Por que mano? Por causa de quê? Como que você nega atenção pra outro ser humano? [...]. Ver você olhar pra pessoa e perguntar, antes mesmo de perguntar a hora, antes mesmo de abordar direito, a pessoa já tá falando ‘não tenho não’ [...], já sofri muito preconceito aqui em Juiz de Fora, passando ali na Getúlio, várias vezes já aconteceu e acontece de vim uma senhora ou uma mulher nova mesmo, até homem também, mano. De vim passando por mim e tá com a bolsa segurando a bolsa pendurada, olha pra mim, já prende a bolsa e vira o corpo pra lá, entendeu? Sai andando rápido, tipo já te olha com uma cara de pânico [...], como se você fosse [...] como que pode mano? (Bruno).

Muitos entrevistados disseram que, apesar do desrespeito, existem diversas pessoas dispostas a ajudar a PSR pelas ruas: “[...] *Porque todo dia é uma falta de desrespeito, mas todo dia tem aquelas pessoas que chegam e te acolhem, te abraçam e assim a gente vai tocando a vida*” (Diogo). Entretanto, a grande maioria da sociedade os julga e pouco acolhe: “*A gente é muito discriminado. Poucas pessoas oferecem ajuda, poucas pessoas estendem a mão. A maioria só sabe julgar*” (Luana).

Em alguns relatos foi possível identificar que o racismo estava atrelado à ação que gerou algum constrangimento ou motivou um comportamento agressivo. O racismo foi mencionado por dois participantes em contextos institucionais de forma pontual. Cabe ressaltar que, de acordo com o censo já apresentado, grande parte da PSR é composta por pessoas pardas e negras, que sofrem com o racismo estrutural em suas vivências. A temática é tão espinhosa para ser contada que um terceiro participante comenta sobre, mas prefere não ter que lembrar o fato: “*Já senti assim algumas vezes [silêncio], racismo. Foi um racismo meio gentil, não sei, mas machucou [...]. Mas não quero falar sobre isso, só isso*” (Paulo).

As experiências de humilhação e vergonha estão intrinsecamente ligadas às violências a que estão submetidas a PSR. Tal situação, repetida diariamente por diversos atores sociais,

está atrelada à produção de sofrimento de que padecem esses sujeitos em suas rotas pela cidade. Mas é neste mesmo cenário que também surgem as ações estratégicas de sobrevivência e resistência para continuarem a ocupar os centros urbanos. Até o momento, foi possível perceber que a circulação da população supracitada pela cidade só é possível através de esforço constante a fim de tornar o direito a ocupar a cidade uma realidade.

#### 5.4 RESISTIR E SOBREVIVER: AS TÁTICAS DA PSR PARA CONTORNAR OS CONTORNOS

O último eixo discorre a respeito dos sistemas de improvisos pelas ruas, seja no campo do trabalho, dos sonhos, das experiências de resistência ou na elaboração de táticas para garantir a existência. Há diversas formas de “*se virar nas ruas*”, e a mais frequente é a aceitação das injustiças e das violências. Todas essas vivências negativas não estão apartadas das experiências de humilhação e vergonha, mas sim intrínsecas à formação do contorno dos itinerários. Mediante uma situação de conflito, de modo a evitar problemas maiores, como a possibilidade de serem violentados ou até mesmo serem presos, a solução encontrada, conforme salientado no eixo anterior, é “acatar” os abusos policiais: “*Fazer o quê? Se eu fosse fazer alguma coisa, mesmo se eu tivesse na minha razão eles iam querer me meter o mulato* (em referência ao cassetete policial). *Como você abre a boca? Só fala ‘sim senhor’, ‘não senhor’. É o recurso que eu tenho*” (Antônio). Em conformidade, outro participante diz: “*Se a polícia tá me agredindo, então a melhor coisa que eu faço é enfiar meu rabinho entre as penas e saio quebrando*” (Roberto).

De acordo com os entrevistados, o que parece predominar é o sentimento de impotência mediante as injustiças policiais, injustiças que podem desencadear episódios de humilhação:

Não adianta, a gente vai lá e reclama com eles, não vai dar três semanas e eles vão fazer uma abordagem e falar ‘esse menino tá reclamando da ação da polícia’ [...]. Coitada da gente que é morador de rua reclamar um negócio desses, aí que a gente é massacrado mesmo. A gente entra na porrada (Diogo).

A prática de pedir dinheiro ou alimentação também é encarada como uma tática de sobrevivência, afinal, é desse jeito que parte da PSR consegue sustento para a manutenção da vida. O relato a seguir expõe certo descontentamento com a prática: “*Infelizmente, eu peço às pessoas. Falo que é pra isso, pra aquilo [...], assim consigo dinheiro para comer e tomar*

*umas*” (Paulo). Em uma das falas, ainda dentro da temática, o participante diz que não rouba, pois prefere pedir: *“Sempre corri atrás do meu dinheiro, peço, mas não roubo. Entendeu? Foi isso que aconteceu”* (Lucas). Maria disserta que é preciso ter jeito para pedir nas ruas, não é simplesmente chegar e abordar, é preciso convencer o transeunte da real necessidade do dinheiro:

É igual às vezes sobre o dinheiro: ‘ah me dá, me dá dinheiro’, não é assim, tem que falar ‘moço eu tô com fome, não tenho dinheiro, você pagaria um negócio pra eu comer? Ou uma comida, um lanche, o que o senhor trazer eu agradeço’ [...], as pessoas trazem igual já trouxeram pra mim, Deus abençoa, é assim que eu faço. Meu jeito na rua é assim.

Outra maneira de se proteger nas ruas, principalmente dos episódios de violência inesperados, é se “aliando” a outros que também se encontram em situação de rua, como no caso de Luana que relata se sentir mais protegida junto ao seu parceiro: *“Ele já estava em situação de rua também. Aí ele perguntou se eu queria ficar com ele na rua, aí eu quis ficar e assim tô ficando [...], a gente dorme junto e nunca aconteceu nada com a gente”*. A tática é reproduzida por outras pessoas que também se juntam para dormir nesse mesmo local, que fica localizado próximo ao antigo albergue: *“É tranquilo lá, fica um monte de amigo nosso também, que dorme perto da gente lá”* (Luana). Paulo, apesar de não se agrupar para dormir, demonstrou conhecer a estratégia e apontou para a possibilidade de realmente ser um comportamento para evitar possíveis agressões durante as noites: *“Ali no centro, naqueles dois lados da calçada na Getúlio [...] fica um monte de morador de rua, não sei se eles se reúnem lá, não sei como que faz [...], é pra evitar violência então eles ficam mais ali.”*

Buscar andar sempre limpo e com roupas que não estejam sujas é uma estratégia utilizada por muitos que estão pelas ruas. Algumas pessoas narram que dessa forma eles se distanciam da imagem social do “morador de rua”, logo, sofrem bem menos com o preconceito e ações discriminatórias: *“Ah, de mim nem tanto, né? (não pensam que ela está em situação de rua) Pelo fato de eu não andar suja, andar arrumada e tal, eles não percebem muito. Mas pra quem anda sujo...”* (Luana). De forma similar, Roberto diz que andar bem vestido é seu disfarce para se desvincular da imagem de “situação de rua”:

Assim cara, eu sempre procuro andar arrumadinho, entendeu? Limpo, andar no máximo da limpeza que for, então as pessoas realmente nem sabem que eu moro na rua, elas acham que eu tenho a minha vida social, entendeu? Essa é a parte boa, isso daí é bom, porque elas não sabem que eu moro na rua, então elas não têm nem o que falar [...], eles sabem que eu moro na rua quando eu estou ali na frente do albergue, fora isso, quando eu não estou ali



eu sempre ando arrumadinho, entendeu? Então, esse é o meu ‘despisto’, entendeu? Então, é isso... tem esse disfarce meu de andar sempre arrumado.

O uso de drogas surgiu com frequência nos relatos e está vinculado a uma possível estratégia para lidar com a violenta realidade da vida circulando pela cidade, seja para conseguir dormir, para poder “processar a vida” ou para não ver o tempo passar. O uso aparece inerente aos contornos dos itinerários, pois também “traça” caminhos e rotas: *“Mas eu tava usando (em referência ao álcool) [...], eu tinha saído das drogas, mas voltei por conta da cabeça cheia”* (Antônio). O uso surge até como forma de enganar a fome nas ruas: *“Final de semana eu bebo demais e não ligo pra comida”* (Paulo).

A discriminação com a PSR que consome algum tipo de droga também surgiu nos relatos, porque é mais um elemento na esfera da culpabilização e que pode ocasionar diversas situações constrangedoras. Entretanto, alguns usuários demonstram conhecimento relativo à redução de danos, fazendo o uso das drogas, mas procurando priorizar aquelas que sejam menos prejudiciais à saúde. No relato a seguir, além dos elementos anteriormente citados, houve a tentativa de explicar que interromper o uso é difícil, principalmente nas ruas:

Algumas vezes a gente sofre muita discriminação por ser usuário de droga. Como eu já sou muito conhecido por causa disso daí, algumas pessoas discriminam a gente, mas outras até compreendem, sabem que é uma doença e realmente é uma doença o uso da droga. Não é nem questão de querer, a gente que vicia nisso vira uma doença, a gente tenta parar, mas não consegue. Falo com você aqui que quero parar, mas a gente não consegue parar totalmente, a gente sempre substitui uma droga pela outra. Como eu não quero usar o crack, eu fumo muito cigarro ou fumo maconha. Porque é melhor, pelo menos a maconha não é tão prejudicial, no meu caso ela é um tranquilizante, porque sou muito agitado, então ela me acalma, dá fome, dá sono [...]. Preconceito é o que mais a gente sofre, ‘lá vem o crackudo’, ‘lá vem o usuário de droga’, muitas vezes acontece isso. Pessoal vê a gente passando, mesmo que naquela hora você não esteja sob o efeito da droga, eles sabem que você é usuário e falam ‘ao crackudo ali’, ‘lá vai o ladrão’, entendeu? Porque o usuário de droga é tirado como ladrão, às vezes o cara nem rouba, faz seu corre honestamente, mas confunde a maioria que são com a gente que não é (Lucas).

Além do aspecto relacionado a uma possível estratégia de sobrevivência nas ruas, o uso de drogas também emerge atrelado ao sentimento de vergonha, principalmente para aqueles que fazem uso abusivo e que, regularmente, são vistos pelas ruas: *“[...] às vezes sinto vergonha de fumar maconha e de beber. Tem hora que no momento dá aquela euforia, dá aquela vontade de usar, mas depois que eu uso me bate uma vergonha sem tamanho”* (Paulo). Outra narrativa soma-se à anterior, formando a esfera da vergonha atrelada ao uso de

drogas. Neste relato a participante manifesta o quanto o olhar do “outro” a incomoda nos momentos de uso: *“Só se eu tiver muito drogada [...], aí eu fico constrangida de ficar na rua, não gosto de ninguém me olhando”* (Luana).

O consumo de drogas ilícitas dita um percurso, faz seu contorno nas vicissitudes, afinal, para fazer o uso nas ruas, os lugares precisam ser menos movimentados para não acarretar nenhuma abordagem policial ou a participação indesejada de algum pedestre:

Eu saio do Centro POP e venho pra cá tomar um café, aí tipo assim, dou um balão na cidade (gíria para circulação), marco um dez nos pontos de chapa (gíria para circulação nos pontos de uso de drogas), troco uma ideia com os amigos, vê se tá rolando... entendeu? Se tiver muita cabeça também eu nem marco não e saio andando procurando outros por aí, entendeu? (Bruno).

O uso também apresenta contornos nas circulações para além dos pontos de venda e consumo. Como apontado no relato a seguir, a entrevistada conta que em determinada situação, sob efeito das drogas, ela percorreu uma longa distância sem se atentar para o lugar em que estava. Andar pela cidade nessas circunstâncias, é também, de acordo com a fala, um momento de prazer:

Teve um dia de noite que eu tava muito drogada, eu comecei a andar, eu fui daqui do Manoel Honório até o Jardim Norte andando. Aí a hora que eu cheguei em si, já não sabia onde que eu tava. Quando eu voltei pra trás, que eu vi o shopping, fui andando assim [...], mas eu sinto um prazer dentro de mim de estar andando. Eu gosto de andar, eu acostumei. Então pra mim onde eu fico parada eu não sou a mesma pessoa, eu gosto de andar, o meu prazer é andar (Luana).

O contrário também foi dito, pessoas com problemas relacionados ao uso abusivo de drogas evitam lugares de alta concentração de usuários para minimizar as chances do consumo: *“Não gosto de ir na praça do Vitorino (em referência a uma praça próxima à região central da cidade) [...]. Ah, eu não gosto não. Lá tem muito negócio de droga”* (Eduardo). A mesma praça surge em outra fala, com a mesma conotação, um ponto de venda e uso: *“Tem a praça do Vitorino que é onde tem a cracolândia, perto do antigo albergue ali perto do mercado, prefiro evitar porque tem o pessoal que vende droga também”* (Lucas).

Atreladas ao uso de substâncias psicoativas encontram-se as experiências de subempregos. O contexto do trabalho para a PSR é extremamente precarizado, não configurando relações de trabalho formais, mas sim “bicos” que surgem espontaneamente, quase como uma questão de fé e sorte, estar no lugar certo e na hora certa para ajudar a

descarregar um caminhão de ferragens, por exemplo. Consequentemente, as “oportunidades de bicos” que surgem não são muitas: *“Dia de domingo eu trabalho na feira ajudando a carregar caixas e consigo dinheiro assim [...], quando não é domingo eu fico sem e espero outro domingo. Mas aí eu não faço conta, não mexo com droga, essas coisas. Não vendo, já me ofereceram pra vender droga”* (Eduardo). O relato se repete por outros participantes, apontando para a precarização das atividades laborais e a dificuldade em consegui-las: *“Às vezes acho um bico pra fazer, um caminhãozinho eu descarrego e tals, mas tá difícil [...], é somente através desses bicos aí, ou se o tempo tiver favorável pra eu cair no sinal, vender uma mercadoria, um doce, eu vendo também”* (Bruno).

Deve-se atentar para as questões de gênero quando se discute sobre as relações de trabalho, pois a prostituição é uma forma de sustentar a subsistência e é predominantemente um trabalho precarizado realizado por mulheres em situação de rua, em que elas precisam estar em constante circulação e que pode gerar constrangimento: *“[...] E eu vou pro meu corre [...], faço prostituição. Não vou mentir pra você não [...]. A gente, menina que mora na rua, a gente mais faz prostituição do que tudo”* (Luana). A situação gera grande desconforto na entrevistada, principalmente em seus itinerários no dia a dia, fazendo com que a mesma se sinta “suja” pela forma como consegue o dinheiro: *“Todo lugar que você vai tem um cara que sabe que você faz vida, que oferece dinheiro, eu me sinto uma pessoa suja por dentro fazendo vida”*.

Parte da PSR está inserida em um contingente populacional que exerce algum tipo de trabalho informal, e a maioria deste grupo ganha seu sustento com a coleta de recicláveis, como é o caso de Maria e seu parceiro: *“E a gente trabalha por conta própria, nós dois, eu e meu esposo [...]. Pra gente poder comer, pra gente poder se manter [...], o forte da gente mesmo, de se manter, é a reciclagem. Como a gente fica fazendo isso aí”*.

Com a coleta de recicláveis, Maria conta que muitas vezes produtos ainda na embalagem são descartados e encontrados nos lixos, tais como cuecas, meias, pijamas e, até mesmo, eletrônicos. Ela aproveita o que está em bom estado de conservação e vende em uma “feirinha improvisada” pelas ruas: *“É um bazar que a gente faz, quando a gente tá reciclando na rua você acha muitas coisas boas igual eu te mostrei, a gente acha tênis, acha bolsa, produto de várias coisas. Aí a gente faz um bazarzinho, que já junta um dinheiro a mais”*.

A situação daqueles que buscam por empregos formais é mais complicada, pois depende “da boa vontade” dos empregadores entenderem a situação em que se encontram essas pessoas. Grande parte dos entrevistados relatam que seus currículos são ignorados ao constar que estão em situação de rua: *“Eles nem olham a nossa ficha direito, primeira coisa*

*que eles olham é o endereço, falou que é albergue ou qualquer instituição de rua [...], sem chance, tá cortado” (Diogo).*

Sempre que surge o assunto sobre empregabilidade, as reclamações giram em torno desse eixo. O que sobra são sempre trabalhos precarizados e de risco:

Eu vendia DVD pirata, corria muito dos homi (em referência à polícia), [...] tem 17 anos que tô nessa luta [...]. Já trabalhei de carteira assinada, fui preso, não foi por coisa hedionda, foi por pirataria e por ser usuário [...], mas não foi crime, nem nada de roubo não. Sempre corri atrás do meu dinheiro, peço, mas não roubo. Entendeu? Foi isso que aconteceu [...]. Sempre procuro arrumar uns bicos, alguma coisa ou trabalho com DVD ainda, vou na Getúlio, tem uns pessoal que já conheço de antigamente que trabalha com DVD (Lucas).

Dentre tantas experiências relacionadas ao habitar a cidade, o tráfico de drogas é uma possibilidade para quem está nas ruas. Se a “mão do mercado” não se estende para estes sujeitos, principalmente a juventude, o tráfico os acolhe de braços abertos: *“Dou uma ‘mangueadinha’ no sinal, vendo uma droga [...]. Mas o que eu mais faço mesmo é vender droga. Não tem outra coisa pra fazer, eles não querem dar outra oportunidade pra gente” (Diogo).*

Diante de um cenário tão caótico, em que as incertezas se acumulam, muitos buscam forças na religiosidade. A ideia da existência de um “Deus misericordioso” que está “guiando” a todos e que proverá soluções milagrosas para seus problemas acaba se configurando como um ponto importante de sustentação e preservação da vida: *“Minha resistência é minha fé, o que tem me ajudado, mesmo que às vezes dá uma abalada [...], com o coração amargurado, triste, mesmo que questionando [...], mas isso é do ser humano, estar sempre questionando” (Antônio).* Seguindo pelo mesmo raciocínio, Paulo acrescenta: *“E hoje tô aqui em Juiz de Fora, esperando Deus iluminar mais meu caminho pra conseguir uma moradia e emprego [...]. Olha só, se for a vontade de Deus, ele vai me dar esse emprego”.*

Componentes ligados à religiosidade foram relatados como tendo íntima relação com a circulação pelos centros urbanos, sendo a fé uma importante aliada nessa itinerância: *“Primeiramente Deus, né? Porque pra você andar pelas ruas, você primeiramente tem que pedir a permissão de Deus, porque ele que te acompanha” (Maria).*

Um forte sentimento de resignação e desesperança também se faz presente nas falas dos participantes: *“A gente é maltratado em alguns lugares, mas vou fazer o quê? Não posso fazer nada, não tem com quem reclamar. Não tenho com quem falar nada” (Bruno).* De acordo com a fala a seguir, a crença em Deus precisa ser maior que a situação de humilhação

sofrida: *“Ah, a gente fica chateado quando é destrutado nas ruas, mas também não é motivo pra gente sair agredindo, quebrando tudo. É só pensar que Deus é mais”* (Diogo).

O fatalismo, sendo expressado através de sentimentos como a desesperança e a aceitação do destino e da situação em que se encontram, mesmo que envolto em lapsos momentâneos de raiva, contornam os cotidianos nas ruas, como expresso na fala a seguir: *“[...] Sinto vergonha de estar nas ruas, mas o que há pra fazer? Mas como se diz, vida que segue”* (Antônio). Em outra fala, a participante indica que já se acostumou com a vida nas ruas: *“Como eu me sinto? Ah cara, hoje em dia já estou acostumada a estar nas ruas. Mas antigamente, pra quem não é acostumada assim, é muito difícil, né? Pra quem tá acostumada igual eu, é até tranquilo”* (Luana). As falas com forte apelo religioso expressam o sentimento de que nada mais pode ser feito para mudar o destino que já foi selado, afinal, *está nas mãos de Deus*. Ele é o único que poderá mudar os rumos:

Pra Jesus, tudo se resolve numa só palavra, você acha meios pra tudo. Mesmo que você não tenha dinheiro, mas está com Cristo, tá bem. Se você não tem uma casa, mas está com Cristo, tá bem. Porque Jesus é o caminho, a verdade e a vida. Ninguém vai ao Pai, a não ser por Ele, então a gente procura estar agradando a Jesus, automaticamente a sua vida prossegue (Antônio).

Nos momentos mais difíceis, a solidariedade entre pares se faz importante, pois é se apoiando no outro que a caminhada ganha mais sentido. Desse modo, podemos pensar a solidariedade como uma expressão de resistência:

Quando eu passo evito parar pra conversar, mas não deixo de cumprimentar, porque até então são meus amigos ainda. Sendo ou não sendo usuário de droga, são meus amigos, não posso desfazer deles porque eu só tenho a ajuda deles quando preciso na rua, se alguma coisa der ruim pro meu lado eu posso contar com eles. Ao mesmo tempo que eles podem precisar de mim, eu posso precisar deles (Lucas).

A partir dos relatos, identificamos que não existe na cidade nenhum movimento organizado da PSR, pelo menos nenhum que algum dos 9 (nove) entrevistados soubesse informar: *“O único movimento que eu sei são algumas igrejas que ajudam, que dão uma palavra amiga”* (Antônio). Podemos pensar que essa situação é também uma expressão do cansaço da PSR em busca de direitos. Como ouvi anteriormente em uma reunião do fórum da PSR, as reivindicações feitas pela PSR são dificilmente atendidas, *“é como secar gelo”*. A fragilidade da organização política pode contribuir para que situações de humilhação e

vergonha, assim como outras tantas violências a que a PSR está submetida, não sejam efetivamente enfrentadas no âmbito das políticas públicas e não se efetivem como direitos. A fala a seguir exemplifica a situação:

Um rapaz no Centro POP um dia queria reunir, mas ninguém quis. Eu mesmo inclusive falei ‘isso não vai adiantar, não vai dar em nada’. Foi um rapaz do meio de nós que queria ir na secretaria fazer reclamações e queixas [...], mas não teve apoio. Ele falou ‘quero pelo menos dez’, mas aí não apareceu ninguém. Ele sozinho falou que era impossível, mas ninguém apareceu (Antônio).

Existem algumas tentativas de criar um movimento político ou, pelo menos, aguçar a curiosidade sobre as potencialidades de uma organização, mas só tive acesso a essa informação por um entrevistado: “*Sim, alguns profissionais da rede, eles têm uma roda de conversa sobre o assunto [...], é mais virado pelo lado da consciência negra, da parte negra também, tá ligado? É boa*” (Bruno). Com relação às instituições, o Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) foi o único que surgiu nos relatos como sendo referência na atuação por melhorias na condição de vida da PSR.

Para finalizar este eixo, apresentaremos os resultados acerca dos sonhos que os entrevistados disseram ainda ter. Em um contexto de pobreza, perguntar sobre os sonhos parece transgredir a ordem já estabelecida. O sonho de Maria era a casa própria, sair das ruas configurava seu maior desejo:

O meu sonho é esse, chegar lá (em referência ao Nordeste) e parar logo de uma vez com a vida nas ruas, limpar casa, arrumar um serviço de carteira assinada, comprar o que a gente quiser dentro de casa e viver a vida [...]. Pra gente sossegar dentro de casa, parar né? Porque a rua não é casa de ninguém, você tem que ter seu lar, porque você é gente, é ser humano, você tem que ter sua vida (Maria).

Outros já gostariam de ajudar a PSR abrindo instituições para acolhimento em lugares da cidade que não possuem os serviços assistenciais:

Sonho em abrir uma instituição que nem essa, na zona norte que tá precisando. Eu vejo muitos amigos meus que estão precisando lá e não tem uma instituição como essa lá. Meu sonho se resume nisso: ‘ajudar a quem precisa de ajuda’, abraçar quem precisa de abraço. Chegar na pessoa e dar aquele abraço, não aquele abraço falso, mas aquele abraço de coração, aquela palavra de vida, de fortalecimento, que as pessoas possam sentir coisas melhores (Antônio).

Nem todos tiveram facilidade em pensar sobre o futuro, ao encarar seus sonhos, encontraram obstáculos, como no caso de Bruno:

Não sei se eu posso esperar alguma coisa vindo do futuro não [...], o início da trajetória ele é sempre duro, entendeu, Matheus? E tipo assim, claro, você olhar pro passado, você lembrar o passado só é sofrer duas vezes dependendo do seu modo de ver o passado, de como você tá encarando o passado. Ou você tá encarando ele como uma lição que te levantou e que te botou mais forte pra caminhar ou você tá olhando pra ele como uma coisa que te fez sofrer e que ainda tá te fazendo sofrer, só depende de você. Então sei lá, acho que são coisas que têm um momento certo de serem faladas.

Reconstruir o vínculo familiar foi expressado por Eduardo, que em outros momentos conta sobre a saudade que tem do seu filho: *“Arrumar um serviço e ter meu filho esperto, ter uma boa convivência com minha família, só isso”*. Há o desejo em voltar a ser “normal”, expresso por Paulo, que relata querer conseguir sentar com as outras pessoas e poder ter uma conversa normal sem estar sob o uso abusivo de drogas: *“Olha eu vou falar pra você, Matheus, essas perguntas que você me perguntou, conversando [...]. Eu quero voltar a ser essa pessoa normal, não quero mais beber, Deus conhece e sabe o rumo das coisas. Espero que um dia ele reze esse milagre na minha vida”* (Paulo)

A dimensão do trabalho formal é uma demanda constante. Lucas expressa esse desejo, como tantos outros jovens, pois almeja sair das ruas e ter uma casa para levar sua namorada: *“Concluir meus cursos que tô fazendo e logo em seguida conseguir um emprego de carteira assinada, poder alugar minha casa e continuar com minha namorada em paz, morando pelo menos numa casa, sair da rua”*. O sonho do emprego é uma constância entre a juventude, e Roberto expressa a vontade de arranjar um emprego e poder sair das ruas: *“Quero arranjar um trabalho e sair das ruas, é o que eu mais quero para ficar bem mesmo”* (Roberto).

Compartilhando do mesmo desejo anteriormente exposto, Luana também sonha em poder ajudar a PSR: *“Eu queria ser uma pessoa com uma situação de vida bem melhor, pra poder ajudar todos os moradores de rua. Que tem uns moradores de rua que têm seu valor, mas ninguém enxerga [...], e ajudar meu pai também”* (Luana).

O sonho de não depender mais dos outros é o que motiva Diogo, que relata a vontade de arrumar um emprego, ganhando o suficiente para que possa mudar sua vida: *“Arrumar um serviço [...]. Imagino que quem vai fazer meu futuro é eu. Mas o que eu mais quero da vida mesmo é só arrumar um serviço. Não quero dinheiro, não quero nada dado dos outros. Quero só um serviço, que através daquilo ali pra frente quem tem que se virar é eu”* (Diogo).

Sonhar e desejar algo para além da subsistência é uma condição inerente ao ser humano, como foi observado através das narrativas construídas junto aos sujeitos desta pesquisa. Mesmo em condições adversas, que precisam ser superadas, a capacidade de pensar e prospectar algo para si e para o outro se faz presente. Em uma sociedade absurdamente desigual, os sonhos e desejos compartilhados pelos entrevistados são correlatos aos de qualquer outra pessoa que vislumbra um mundo justo e apartado das relações capitalistas vigentes. O choro contido de alguns, ao falar sobre as próprias perspectivas para o futuro, pode sinalizar o quão cruéis são as vicissitudes a partir de itinerários delimitados e contornados por múltiplas experiências que reforçam a condição de subalternidade e inferioridade imposta a estes sujeitos. Entretanto, conforme os relatos construídos, eles e elas ainda resistem.



## **CAPÍTULO 6 – ANDANDO EM CÍRCULOS? DISCUSSÕES ACERCA DAS EXPERIÊNCIAS DA PSR NO ÂMBITO DAS RUAS**

A PSR é um fenômeno que se multiplica em dimensões mundiais, com maiores incidências nas áreas urbanas das cidades. Pessoas sem moradia sobrevivem em “cidades de plástico e de papelão” (SANTOS, 2009, p. 139). A autora citada explica que essas cidades de plástico e de papelão são construídas com os despojos e detritos produzidos, em larga escala, por uma sociedade voltada ao consumo desenfreado. No itinerário que o presente estudo realizou, foi possível se deparar com diversos “abrigos” improvisados pelas calçadas da cidade, especialmente nos espaços destinados à concentração da população em questão, contrariando a ideia de “população invisível”.

A ida para as ruas se configura como a única opção para grande parte da PSR, pois, sem condições mínimas de sobrevivência, essas pessoas passam a utilizá-las como forma de moradia e produção de subsistência. Todas essas condições são produtos necessários em uma sociedade dividida por classes, na qual a PSR ocupa lugar estratégico nesta estrutura. Em sua lei geral, O MPC “promove a acumulação de miséria proporcional à acumulação de capital, visto que se a riqueza chega a determinadas mãos, ela foi perdida em outras” (TIENGO, 2018, p.149). Logo, a PSR está encaixada neste sistema como um produto desta acumulação, estando também inserida precariamente em relações de subemprego, isso quando consegue inserção, criando uma população que pressiona grupos de trabalhadores inseridos no “mercado formal”, ainda que sob relações precarizadas de trabalho, a se sujeitarem a essas relações. Por fim, Pereira (2009) salienta que utilizar as ruas como forma de moradia improvisada não se configura como uma “escolha”, visto que foram as condições impostas que obrigaram este segmento a produzir suas vidas no âmbito dos centros urbanos.

De acordo com os dados construídos junto à PSR, foi possível verificar a existência de um itinerário, mais ou menos fixo, feito por esses sujeitos em busca de serviços que visam realizar a manutenção de sua subsistência. Diante disso, as instituições envolvidas nesse percurso são aquelas que ofertam cuidados como a higienização pessoal, alimentação, oficinas profissionalizantes, assistência social, dentre outras especificidades. Essa rota também é formada pela busca de espaços na cidade que garantam o ganho de alguma renda, seja pedindo dinheiro aos transeuntes ou trabalhando informalmente, aspectos que, somados aos anteriores, tecem os itinerários da PSR.

Viver nos grandes centros urbanos implica na possibilidade de poder transitar e percorrer os caminhos que ligam um espaço da cidade ao outro (JUNIOR; BELLOC, 2018).

Em complemento, Amorim e Nobre (2018) atestam a dureza desses itinerários ao apontar que os sujeitos caminham a pé por longas distâncias, indo de um serviço para o outro, pois não contam com recursos que favoreçam a sua mobilidade. A relação que a PSR estabelece com a cidade é complexa e envolve diversos fatores, como explicam Junior e Belloc:

O cotidiano de quem vive na rua, assim como o habitar, é produzido na relação com o urbano. Ao conviver com essa realidade, é possível compreender as tramas que envolvem a busca por um sustento a partir do que a rua oferece, traduzindo-se em relações construídas em um território de relações. Pensando assim, viver na rua é estar presente nas cenas urbanas e na ocupação-modificação do espaço público, produzindo redes que se constroem, para alguns, na catação da sobrevivência. A produção exagerada de produtos de consumo, financiada pelo sistema econômico capitalista, gera um excedente que garante o sustento (mínimo e precário) de quem não tem lugar no próprio sistema. A vida na rua faz parte de um mundo que se constrói juntamente do mundo de todos que habitam o espaço urbano (2018, p.1070).

Com relação aos serviços assistenciais destinados a essa população, estes compõem a chamada “rede socioassistencial” e, somados a eles, encontram-se as instituições religiosas que também atuam com essas pessoas e se tornam referências, bem como as unidades de atenção à saúde e à saúde mental. Através das narrativas construídas junto aos participantes, foi possível perceber a insatisfação com os atores institucionais, em decorrência de uma série de violações a direitos e maus tratos como, por exemplo, as situações de violência verbal por parte dos profissionais. Situações de abusos são rotineiras e compõem os itinerários dessas pessoas, contornando essas rotas e criando percursos artificiais. Em outras palavras, diante das experiências institucionais insatisfatórias, a PSR muda seus caminhos, quando possível, com o propósito de evitar os conflitos diretos.

Dito isto, insta salientar a importância dos serviços de acolhimento noturno para a PSR. Em decorrência dos conflitos com os profissionais dessas instituições, algumas pessoas expressam o receio de serem suspensas do serviço e terem que “optar” por dormir nas ruas. Apesar de toda adversidade, pernoitar nessas instituições é menos perigoso que nas ruas da cidade. Afinal, episódios de “ataques violentos” durante a noite tecem a realidade daqueles que estão nessa situação, fazendo com que estejam na maior parte do tempo em estado de alerta (MOURA JR.; XIMENES; SARRIERA, 2013; CABRERA, 2019; HOLANDA, 2019). Em oposição, há também uma parcela da PSR que diz preferir não frequentar os albergues devido às regras demasiadamente rígidas e aos conflitos com os profissionais dessas instituições. Situações como essas podem evidenciar a falta de preparo ao se pensar os

serviços de acolhimento para aquele segmento populacional, assim como o despreparo dos profissionais que irão atuar diretamente com os mesmos.

As experiências institucionais negativas encontram ressonância em diversos outros estudos que comprovam a atuação indevida por parte daqueles que deveriam ofertar o cuidado e promover a constante luta por direitos desse segmento. Porém, na contramão do que é postulado pela política, existem situações de preconceito e discriminação (BEZERRA et al., 2015; COSTA et al., 2015; KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2018; PIMENTA, 2019). Também são comuns os maus-tratos e as situações de violência física dentro das instituições de acolhimento (ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014; SALGADO; MARTINS; ISABEL, 2014; HOLANDA, 2019; PIMENTA, 2019). Entretanto, situações de violências físicas por parte dos atores institucionais não foram mencionadas pelos participantes do presente estudo.

Diversas pessoas em situação de rua frequentam, quando disponível, ao menos um serviço da rede socioassistencial, expondo a sua importância no acesso da PSR a serviços básicos (BERROETA; MUÑOZ, 2013; DONOSO et al., 2013; KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2014; BEZERRA et al., 2015; KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2018; MATTOS et al., 2016). Os sujeitos dos estudos citados e, em concordância, os que participaram da presente pesquisa, sinalizaram como “aspectos positivos” de estar nas ruas o acolhimento e os serviços prestados pela rede. Por conseguinte, é relevante sinalizar que os aspectos avaliados como positivos em realidade são direitos positivados pela política pública de 2009 destinados à PSR. A dimensão desses direitos, quando compreendidos como favores prestados pelas classes dominantes, reafirma o lugar de subordinação e dependência daqueles que se denominam beneficiários das políticas públicas (TELLES, 1990).

Conforme as instituições se organizam e se dividem no solo urbano, a população também segue o mesmo arranjo, concentrando-se próximo às localidades desses serviços que os atendem. Filgueiras (2019) disserta sobre o caráter transitório dessa população, indicando que circulam por diversos lugares e regiões da cidade, sempre em busca de lugares que atendam a suas necessidades básicas. A autora reforça a tese de que os trajetos da PSR estão interligados às instituições que ofertam os serviços supracitados e aos territórios da cidade que favoreçam a permanência desses sujeitos em seu entorno. Contudo, cabe ressaltar que essa circulação nem sempre se dá de forma tão amistosa.

Circulando pelos trajetos feitos pela PSR, foi possível perceber que existem espaços da cidade destinados a esse segmento, geralmente lugares “pobres” destinados “aos pobres”. Segundo Carneiro (2019), existem zonas específicas nas cidades endereçadas aos

“desordeiros”, ou seja, àqueles que ameaçam a ordem nas metrópoles e são encarados como perigosos urbanos. Retomando os dados do DB sobre como é concebido o fenômeno de viver nas ruas, quando se discutiu acerca da mudança de localidade dos serviços que atendiam à PSR, a mesma foi deliberadamente associada a “laranjas podres” que iriam “apodrecer” o entorno dos locais que ocupassem, logo, era imprescindível intervir, a fim de evitar a degradação no entorno desses novos ambientes. Ainda dentro da temática, outra questão que merece atenção é a função que exerce a concentração desses sujeitos próximos aos imóveis, que, além de desvalorizar os mesmos, realiza uma espécie de “reserva” desses lugares, favorecendo a especulação imobiliária (FILGUEIRAS, 2019).

Sob a égide desse discurso, as políticas governamentais de cunho neoliberal se utilizam da PSR como um pretexto para embasar abordagens de “manejo” e “readaptação” do solo urbano com “megaprojetos”, que possuem como propósito a “revitalização” dos locais danificados por esses sujeitos “hostis e violentos”. Essas ações favorecem o mercado especulativo e imobiliário nas cidades. Deste modo, as pessoas em situação de rua “têm se tornado peça importante para garantir a expansão do mercado no solo urbano através, principalmente, das novas combinações e alianças entre estado e empresas” (CARNEIRO, 2009, p. 58; FILGUEIRAS, 2019).

Alinhando a discussão do habitar a cidade, outro tema intimamente interligado com a temática é o fundamento de se fazer das ruas moradia, invertendo a lógica do público *versus* o privado. Mesmo concebendo que a rua é espaço inóspito para se produzir o viver, alguns participantes se veem obrigados a pensarem soluções e táticas de sobrevivência diante das desigualdades impostas no solo urbano. Improvisam utensílios domésticos para cozinhar, constroem suas “casas” com grandes lonas e pedaços de papelão e caixas de madeiras se transformam em pequenas mesas e assentos.

Existe uma contraposição entre rua e casa (lar), íntima ao discurso do público e privado. Enquanto o lar se apresenta como “a casa burguesa”, construída para este fim, tendo em seu cerne a segurança e a ideia de família como protetores, a rua se revela enquanto face do perigo iminente. Tal modelo emerge em meados do século XIX, se baseando em um modelo societário pautado na propriedade e no consumo, que reforçou o preconceito com a rua, concebendo-a como epicentro da barbárie. Com o intuito de conferir características de habitação, a PSR atua transformando a paisagem urbana, aproximando o visual dos espaços “abandonados” à imagem de uma habitação improvisada, espaços que vão se modificando mediante a relação dos sujeitos com o meio. Assim sendo, o espaço geográfico assume o segundo plano, ao passo em que o habitar, enquanto forma de estabelecer relações, assume a

cena central (JUNIOR; BELLOC, 2018). Ainda na tentativa de esmiuçar os pormenores desta discussão, os autores aprofundam:

Um morador de rua, de certa forma, rompe com o culturalmente pautado ao habitar o urbano, ao habitar no lado de fora [...]. Rompe de certa maneira, também, com o pautado pela cultura da moradia, da casa como espaço reservado para habitar. Ainda, rompe por sobreviver, dormir e se alimentar por meio da catação de sobras do nosso consumo. E rompe “de certa forma” e “de certa maneira” porque, sendo o espaço dialético, também faz a função de garantia do morar burguês. Encarnado o fora como perigo, como mal, como barbárie, ele garante a tranquilidade do dentro, garante a ideia de felicidade [...] do modelo da casa burguesa (2018, p.1071).

Habitar a cidade é uma experiência plural, tendo em vista que apresenta diferentes conotações a partir dos diferentes sujeitos que relatam essa realidade. Portanto, de acordo com algumas narrativas, a rua foi apresentada como um bom lugar para se viver, pois é um espaço que oferece de tudo, desde a alimentação até o álcool e outras drogas. Em consonância, algumas pesquisas indicam a produção de sentidos, por parte da PSR, que tendem a enaltecer a vida nas ruas, compreendendo-a como um espaço propício à produção da existência (MATTOS et al., 2016; REIS; AZEVÊDO, 2019). A rua como sinônimo de liberdade é outra vertente que se apresenta através dos discursos da PSR, a ideia contraditória do espaço livre para todos. Essa compreensão de rua encontra ressonância em diversos outros estudos, mostrando como é comum a associação entre liberdade e rua. Isto é, a concepção de vida sem horários, regras ou obrigações (BERROETA; MUÑOZ, 2013; DONOSO et al., 2013; ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014; CARAVACA-MORERA; PADILLA, 2015; COSTA et al., 2015; CASTILLO, 2017; CABRERA, 2019).

Em contrapartida, a rua também se configura como o espaço que limita os sujeitos em suas vivências e trajetos. Conforme exposto pelos sujeitos da pesquisa, muitos descreveram que foram impedidos de adentrarem diversos lugares da cidade, fossem estes públicos ou privados, o que indica a contradição prescrita à vida nas ruas: em um polo há o discurso da rua enquanto sinônimo de liberdade, enquanto, no outro lado, encontra-se uma cidade permeada por interdições e proibições. Novamente, a PSR tem seu itinerário “censurado” e é “forçada” a encontrar outras vias de circulação pelo centro urbano, (re)produzindo os já expostos itinerários artificiais. Em consenso, episódios de proibição do acesso a lugares como o transporte público, shoppings, lojas, etc, são comuns e afetam os percursos da PSR em diversas cidades brasileiras (ANTONI; MUNHÓS, 2016; AMORIM et al., 2017; PIMENTA, 2019).

Existem várias maneiras de coibir a itinerância dessas pessoas; quando não são impedidos diretamente, a proibição surge através de projetos urbanos da chamada “arquitetura antimendigos (grades, bolas de cimento, pinos de ferro e outros recursos de dissuasão adotados pelos proprietários de imóveis e pelas administrações municipais)” (FILGUEIRAS, 2019 p. 979). Todos esses elementos, somados à instalação de câmeras e ao uso de vigilância com o intuito de expulsar a PSR desses espaços, constituem os processos de “higienização urbana”, o que faz com que esse segmento populacional esteja, na maior parte do tempo, em disputa para ocupar os lugares da cidade.

Toda essa problemática estende-se às situações de preconceito no âmbito das ruas. Conforme foi relatado pelos entrevistados, o preconceito é condição *sine qua non* ao habitar e circular pela cidade. Sem exceção, todos os participantes dissertaram sobre experiências relacionadas à discriminação e ao preconceito pelas ruas. A PSR é constantemente ignorada pelos cidadãos e esses ocorridos marcam as relações, bem como surgem nas falas indignadas dessas pessoas ao se remeterem a esses episódios. Silva destaca que “são vozes sem eco, pedidos indiferentes aos transeuntes, dificilmente alguém pára para ouvir uma pessoa que mora nas ruas. A elas somente sobra o desprezo [...]” (2013, p.349). Acontecimentos como esses podem ser interpretados como situações de humilhação, principalmente por favorecerem a “produção de violências” (JUNIOR; BELLOC, 2018, p.1070) no contexto urbano como, por exemplo, foi relatado por um dos participantes que diz ter sido humilhado por estar pedindo dinheiro aos pedestres no centro da cidade.

Os fatos citados anteriormente incidem diretamente nas experiências de preconceito e discriminação pelas ruas da cidade (BEZERRA et al., 2015; COSTA et al., 2015; MATTOS et al., 2016; KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2018; MEDEIROS, 2019; PIMENTA, 2019; REIS; AZEVÊDO, 2019) que, por sua vez, surgem intrínsecos aos episódios de humilhação e vergonha sofridos pela PSR (DONOSO et al., 2013; MOURA JR.; XIMENES; SARRIERA, 2013; SALGADO; MARTINS; ISABEL, 2014; ALCANTARA; ABREU; FARIAS, 2015; COSTA et al., 2015; BAPTISTA; HERRERA; PIEDRAHÍTA, 2017; MEDEIROS, 2019; REIS; AZEVÊDO, 2019). Neste sentido, Estanislau e Ximenes (2016) indicam que é por meio das relações de poder que ocorrem as experiências de humilhação, discriminação e desrespeito. As autoras citadas explicam que, no decorrer da vida, situações como essas podem gerar adoecimentos devido à condição de permanente opressão vivenciada pelas classes subalternas.

Com o intuito de compreender esses contextos em que se dão as relações de humilhação e vergonha, encontramos a violência como um fator relacionado a esses dois

processos e, por sua vez, aos itinerários da PSR pelas ruas da cidade, uma vez que atuam contornando suas rotas e produzindo “maneiras de habitar” as metrópoles. Muitas vezes, essa circulação é marcada por imprimir uma identidade atravessada pela submissão e opressão que gestam a vida dessas pessoas, forjando “[...] no oprimido sua condição de ‘ser pobre’”, criando “um corpo maltratado, comportamentos submissos e violentos, enfermidades, loucura [...]” (GÓIS, 2012, p. 106). As classes dominantes reconhecem nas classes dominadas a desigualdade existente, mas, nesta perspectiva, não há um distanciamento muito grande entre a compreensão do que é desigual e a do que é inferior; assim, abre-se margem para um entendimento de inferioridade dos personagens da pobreza. Nesta direção, depreendemos que a produção de modos de vida na cidade é constantemente perpassada, construída e sustentada por múltiplas contradições que residem em seu interior (MELLO, 2014).

Narrar os episódios de humilhação, compreendidos aqui como uma violência, pareceu ser uma tarefa árdua para os participantes deste estudo. Em diversas ocasiões, os sujeitos que contavam sobre suas vidas pelas ruas se silenciavam diante dos horrores que teciam suas próprias histórias. Um longo silêncio ocupava os espaços entre um caso e outro. Podemos articular esse silêncio com o conceito de “sofrimento indizível”, descrito ao observar que os soldados que regressavam da Segunda Guerra Mundial estavam mudos, pois os sofrimentos vivenciados em campo não podiam ser traduzidos pelas palavras (GAGNEBIN, 2006).

Por meio das narrativas, foi possível perceber as nuances negativas atribuídas ao “habitar a cidade”. Nesse sentido, o aspecto que mais se destaca nas pesquisas sobre PSR e circulação são as violências que se expressam de diversas formas no cotidiano. A violência física por parte de alguns setores da sociedade se destaca, pois não se tolera dividir os espaços da cidade com esse segmento populacional (BERROETA; MUÑOZ, 2013; MOURA JR.; XIMENES; SARRIERA, 2013; ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014; KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2014; SALGADO; MARTINS; ISABEL, 2014; BEZERRA et al., 2015; CARAVACA-MORERA; PADILLA, 2015; COSTA et al., 2015; ANTONI; MUNHÓS, 2016; MATTOS et al., 2016; CASTILLO, 2017; KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2018; HOLANDA, 2019; MEDEIROS, 2019; PIMENTA, 2019; REIS; AZEVÊDO, 2019).

Sendo a violência um elemento presente no cotidiano da PSR, é preciso pensar estratégias para driblá-la. Nesta perspectiva, a união entre pares se mostra uma importante tática de sobrevivência pois, se agrupando durante as noites em grandes grupos, diminuem as chances de serem atacados/agredidos repentinamente. Outras pesquisas apontam para a mesma estratégia, expondo como a dimensão das violências nas ruas compõem grande parte

do cenário das vidas nas cidades brasileiras (BERROETA; MUÑOZ, 2013; ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014; MATTOS et al., 2016). Nonato e Raiol (2016) discutem que o exercício do direito à cidade pela PSR ainda se dá através da luta para poder ocupá-la e nela existir visto que, para essa população, a rua quase sempre é negada, se revelando violenta e hostil.

Adentrando as discussões acerca das táticas de sobrevivência realizadas pela PSR, como forma de evitar as situações de discriminação e a fim de se distanciar da imagem do “morador de rua”, socialmente encarada como perigosa, manter a higienização é um meio de evitar situações de preconceito nos centros urbanos. Através de algumas falas, podemos perceber que o banho e as roupas limpas, ofertados pelas instituições, são elementos importantes para aqueles que buscam se “disfarçar” em meio aos outros pedestres. Alguns estudos, em concordância, apresentam a higienização como uma forma de resistência, uma vez que pessoas “bem arrumadas” não são vistas como problemas para a comunidade e conseguem dividir os mesmos territórios que os transeuntes sem maiores interpelações (KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2014; KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2018).

Ainda dentro da temática das resistências, é pertinente discutir as experiências de solidariedade/apoio entre pares. Inserido neste cenário, encontramos a sociedade civil reproduzindo a lógica da caridade já perpetrada historicamente nas narrativas da PSR. Na concepção de alguns entrevistados, essas ações são negativas, pois não visam à transformação da realidade dos mesmos, auxiliando a manutenção da realidade desses sujeitos em situação de rua. Todavia, mesmo se tratando de ações assistencialistas, grande parte da PSR concebe os atos de distribuição de comida ou vestuário como sendo positivos para “suportar” a vida nas ruas (BERROETA; MUÑOZ, 2013; BAPTISTA; HERRERA; PIEDRAHÍTA, 2017; KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2018; REIS; AZEVÊDO, 2019). Neste sentido, cumpre ressaltar que é fato notório que o Estado e as políticas públicas não conseguem suprir as demandas que emergem a todo o momento, em razão do investimento insuficiente nas políticas sociais, como decorrência de políticas neoliberais em curso nas últimas décadas.

Grande parte das problemáticas envolvendo a PSR é “resolvida” pela segurança pública ou, no mínimo, junto a ela. As violências físicas e psicológicas causadas pelas ações policiais se configuraram como parte da realidade vivenciada pela PSR em seus percursos. A grande maioria dos entrevistados fizeram graves denúncias acerca das abordagens policiais truculentas e coercitivas, que acontecem sem maiores explicações, em grande parte, se justificando pelo fato de estarem em algum espaço público gerando “incômodo” aos transeuntes.



Em outras palavras, é através de medidas violentas e abusivas que a PSR tem suas rotas contornadas pelas abordagens policiais, contribuindo para a produção dos já mencionados “itinerários artificiais” e favorecendo os contextos em que ocorrem as humilhações e vergonhas (ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014; KUNZ; HECKERT; CARVALHO; SALGADO; MARTINS; ISABEL, 2014; ALCANTARA; ABREU; FARIAS, 2015; BEZERRA et al., 2015; COSTA et al., 2015; ANTONI; MUNHÓS, 2016; AMORIM et al., 2017; KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2018; HOLANDA, 2019; NONATO; RAIOL, 2016; PIMENTA, 2019). Mesmo esses ocorridos tendo sido exaustivamente relatados, o que predomina é o sentimento de raiva e impotência diante das ações arbitrárias.

Posto isto, a aceitação dessas violações como forma de evitar potencializar essas agressões diárias e a naturalização das mesmas, entrelaçadas a um forte discurso religioso, podem produzir uma lógica da resignação dessas pessoas. Sentimentos como a desesperança e a aceitação do destino e da situação em que se encontram, mesmo que envoltas em lapsos momentâneos de raiva, moldam um dos vários sentimentos que têm prevalecido, que é o de que nada mais pode ser feito para mudar o destino que já foi selado, afinal, “está nas mãos de Deus”. Em articulação, o fatalismo, segundo Martín-Baró (2017), é definido como sendo a compreensão de que as coisas da vida já foram predeterminadas e muito pouco, quiçá nada, pode ser feito para mudar isso. Martín-Baró salienta que “não resta nada mais além de acatar seu destino e submeter-se à sorte que é prescrita por sua sina” (p. 175)

Frequentemente, a PSR é vista como problema de segurança pública, logo é comum que esta chegue sempre antes das políticas assistenciais. Ignora-se toda violência praticada por parte dos demais residentes da cidade e autoridades públicas, e a PSR é sempre vista como a fonte dos riscos quando, na realidade, são eles os principais ameaçados (FILGUEIRAS, 2019). Parte das políticas destinadas à PSR é da esfera da segurança pública, o que explicita o pensamento de grupos sociais hegemônicos. As abordagens policiais violentas e as medidas higienistas aplicadas nas grandes cidades atendem às predileções estéticas da burguesia

As situações de violações de direitos humanos foram relatadas pelos sujeitos entrevistados e acontecem com frequência no âmbito das cidades, porém só recebem enfoque midiático quando existem outros interesses envolvidos. Tomemos como exemplo a pesquisa de Silva (2013), na qual a autora apresenta as ações realizadas pela polícia contra a presença da PSR durante os eventos preparatórios para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016. Através de notícias veiculadas por jornais, Silva (2013) mostra que as abordagens de recolhimento tinham como intuito remover as pessoas que estavam nas ruas e transferi-las

para delegacias regionais e, caso se tratassem de menores de idade, levariam o/a jovem para a Delegacia de Proteção à Criança.

Essas operações para “limpar a cidade” aconteciam com frequência próximo aos lugares que iriam sediar os jogos, não havendo nenhum acordo prévio, apenas a retirada à força, tratando os “espaços públicos como se fossem privados” (SILVA, 2013, p.342). Nos anos 1930 as pessoas que ocupavam as ruas da cidade eram vistas como “vagabundos” e, por conta disso, enquadrados pela legislação que criminalizava tal comportamento. Embora, atualmente, não se configure como ato criminoso estar em situação de rua, sendo assegurado por lei o direito de ir e vir, a lei nem sempre ampara aqueles que estão nessa condição (SILVA, 2013).

O uso de drogas é um elemento que, segundo os participantes das entrevistas, aparece intrínseco ao processo de estar nas ruas. O uso de substâncias psicoativas está intimamente relacionado à situação de rua em si, pois o consumo ocupa diversos lugares na vida dessas pessoas, inclusive como estratégia de sobrevivência (BERROETA; MUÑOZ, 2013; DONOSO et al., 2013; ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014; SALGADO; MARTINS; ISABEL, 2014; BEZERRA et al., 2015; CARAVACA-MORERA; PADILLA, 2015; COSTA et al., 2015; ANTONI; MUNHÓS, 2016; AMORIM et al., 2017; CASTILLO, 2017; HOLANDA, 2019; MEDEIROS, 2019; REIS; AZEVÊDO, 2019). As drogas também surgem relacionadas aos meios de socialização entre pares nas ruas, cumprindo um papel social do consumo, através da divisão e do compartilhamento (DONOSO et al., 2013; HOLANDA, 2019; MEDEIROS, 2019).

No que tange às experiências de trabalho, estas surgem atreladas ao subemprego, ou seja, relações inexistentes de trabalho, com vínculos informais e precarizados. Grande parte dos participantes do estudo declararam o desejo de conseguir um emprego formal e relataram a dificuldade em conseguir uma oportunidade de trabalho, visto que a situação de rua é um fator decisivo para a não contratação. Desta forma, está imposta a contradição formada por um discurso moralizador que defenda a saída das ruas através do trabalho, mas tendo como contrapartida a situação de rua como critério para a não admissão. O que resta, como forma de sobrevivência na cidade, é se adaptar à lógica precária dos serviços informais, também conhecidos como “bicos”.

As atividades laborais destinadas a estes sujeitos versam entre tomar conta de carros, engraxar sapatos, vender artesanatos, traficar drogas (salientando a baixa concentração de trabalhadores envolvidos), prostituir-se, coletar recicláveis (atividade em que se concentra maior número de trabalhadores), entre outros (BERROETA; MUÑOZ, 2013; DONOSO et al.,

2013; ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014; KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2014; SALGADO; MARTINS; ISABEL, 2014; CARAVACA-MORERA; PADILLA, 2015; ANTONI; MUNHÓS, 2016; MATTOS et al., 2016; AMORIM et al., 2017; COUTINHO; GOMES, 2017; CASTILLO, 2017; KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2018; CABRERA, 2019; HOLANDA, 2019; PIMENTA, 2019). Todas essas atividades surgiram, em algum momento, na fala dos entrevistados como forma de conseguir dinheiro para garantir a subsistência. A não integração dos setores marginalizados no sistema dominante não se dá pela via da falta de vontade, tampouco está relacionada à falta de motivação e abdicar de desfrutarem dos mínimos benefícios, mas sim porque o sistema é estruturalmente criado para impossibilitar a satisfação das necessidades básicas das massas majoritárias. Em suma, não é falta de esforços, mas sim falta de oportunidades sociais mínimas e concretas para a realização de grandes transformações em suas vidas (MARTÍN-BARÓ, 2017).

A exclusão social dessas pessoas foi um tema amplamente abordado nas discussões sobre a PSR. Entretanto, de acordo com Sawaia, Pereira e Santos (2018), em uma sociedade dividida por classes, todos estão inseridos, de alguma maneira, no MPC. Isso implica na impossibilidade de haver excluídos neste sistema — válido também para as atividades laborais. Para o bom funcionamento da ordem social da desigualdade, é necessária a inclusão de todos, mesmo que seja pela via da opressão e da miséria, ou seja, vias precárias. É por intermédio das desigualdades que essas tramas no bojo social produzem sofrimento, um sofrimento que não está na esfera da individualidade, mas sim no plano coletivo, que pode aumentar ou diminuir nossa potência de ação perante a vida (SAWAIA, 2014).

Os sonhos, em última análise, foram a temática elencada para finalizar os estudos, o que, em um primeiro momento, assustou os participantes, tendo em vista que após percorrerem histórias tão dolorosas e se questionarem sobre seus itinerários, pensar em um projeto de futuro lhes pareceu distante da realidade, embora não o seja, pois todos os sonhos, mesmo dentro de uma “realidade concreta opressora, merecem serem ouvidos” (TEIXEIRA; RONZANI; PAIVA, 2019, p. 94). Segundo os sujeitos entrevistados, o desejo de sair das ruas assume grande parte dos discursos, assim como o sonho do emprego formal. Ambos os elementos podem surgir associados à reprodução dos discursos moralizantes.

A PSR tem a sua vida interpelada, a todo momento, pelas condições precárias de que padecem aqueles que tecem suas vidas nas ruas, tendo seus itinerários contornados pela violência urbana e pela negação do direito à cidade. Mesmo a contradição sendo condição fundante das experiências nas ruas, ainda é possível encontrar luta e resistência no solo urbano. São pessoas que ainda sonham e esperam por dias melhores, embora esses sonhos, em

situações de precarização, caracterizam-se como pertencentes à dimensão dos “afetos clandestinos” (VELOSO, 2015, p. 131), “referindo-se a sentimentos e emoções que, embora não sejam facilmente identificados, subsistem taciturnos e atravessam a existência dessas pessoas” (SAWAIA; PEREIRA; SANTOS, 2018, p.111).

A partir dos itinerários percorridos pela cidade, conforme apresentado, a PSR experimenta situações que remetem a violências diversas; apresentam dificuldades para acessar alguns serviços públicos; são obrigados a aceitarem empregos precários e/ou o próprio desemprego; além do uso de drogas, que é permeado por estigmas e uma postura truculenta por parte de segmentos da sociedade civil brasileira. Tratam-se de situações que vão conformando o habitar a cidade pela PSR e podem propiciar experiências de humilhação e vergonha entre os sujeitos que estão em situação de rua, conforme narrado pelos participantes da pesquisa. Nesse sentido, consideramos que a humilhação e a vergonha devem ser analisadas a partir das relações sociais que se estabelecem entre os diferentes sujeitos em um determinado tempo histórico e em uma estrutura social específica: no caso brasileiro, capitalista, racista e profundamente desigual, autoritário e violento. No tocante à PSR, a humilhação e a vergonha podem representar um tipo de mediação das relações sociais forjadas em um cenário extremamente adverso, contribuindo assim para uma naturalização da barbárie, das desigualdades e das próprias violências que têm sido recorrentes no habitar as cidades por estes sujeitos.

## 7 COM JEITO DE CONCLUSÃO

José Saramago, em seu clássico texto “*O Conto da Ilha Desconhecida*”<sup>5</sup>, nos apresenta um personagem central em busca de uma “ilha desconhecida” que, para sair em sua jornada, precisa de um barco e o solicita ao rei, que, segurando o riso, tenta convencê-lo de que não há ilhas por conhecer, todas já são conhecidas. Após muita insistência, o homem consegue seu barco e em companhia da mulher da limpeza que trabalhava para o rei, segue rumo ao seu destino. Designar a ilha como “desconhecida” nos remete à busca constante por algo, e remar rumo ao desconhecido transforma a tal ilha em um lugar poético de tantas possíveis interpretações. Dito isto, relacionamos o conto à temática da presente pesquisa: um estudo que visa a percorrer os caminhos da PSR, se debruçando na realidade social por eles vivenciada, mas que não se finda ao término de uma dissertação. Aliás, ao invés disso, surgem novas possibilidades, diálogos, questionamentos e desafios. Que o presente estudo não se encerre aqui, pois a temática jamais se esgota, e mesmo que digam que “todas as ilhas já estão no mapa”, sempre há algo de novo a se descobrir e vale a pena lutar por isso.

Antes de adentrarmos as considerações finais acerca da temática proposta pela pesquisa, insta salientar o contexto pandêmico em que parte do presente estudo foi produzido, o qual implicou em uma série de intercorrências que impactaram diretamente na presente dissertação, tal como tecer algumas articulações entre este cenário e a PSR. Mesmo diante de um contexto em que mais de 150 mil vidas foram abruptamente interrompidas, devido à atual pandemia provocada pela COVID-19 e potencializada pelo desgoverno de Jair Bolsonaro, a produção científica ocupa importante espaço, dado que é através das pesquisas que também registramos o momento histórico e produzimos análises a respeito da conjuntura política e seu impacto na vida dos sujeitos.

Desta maneira, iremos propor um breve recorte das implicações da pandemia na vida da PSR. Dito isto, lave as mãos (com água e sabão ou higienizador à base de álcool); mantenha um metro de distância entre você e qualquer pessoa que esteja tossindo, certifique-se de que você e as pessoas ao seu redor seguem uma boa higiene respiratória, fique em casa se não se sentir bem, evite tocar nos olhos, boca e nariz. Essas são as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o combate e prevenção da COVID-19 que, desde 30 de janeiro de 2020, foi declarada Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, caracterizando uma pandemia.

---

<sup>5</sup> SARAMAGO, José. **O conto da ilha desconhecida**. Editora Companhia das Letras, 2016.

Mesmo se tratando de uma doença com “disseminação democrática”, os índices de mortalidade não são democráticos. A pandemia, em sua face mais perversa, escancara a violência estrutural vivenciada pelos mais pobres, principalmente o exército industrial de reserva que, se outrora cumpriu sua funcionalidade no capitalismo, com seu aumento absurdo em tempos de reestruturação produtiva, tem sua vida e morte gerenciada de forma funcional. Quando pensamos nas pessoas que produzem suas vidas no âmbito das ruas, a máxima #fiqueemcasa não possui efeito. É preciso pensar em um plano de ações que leve em consideração as especificidades de cada segmento populacional, não como simples detalhes, mas como questões centrais nas possibilidades efetivas de enfrentamento dessa situação. É preciso também refletir acerca dos direcionamentos que as nossas políticas públicas estão tomando. Isso se evidencia através da contradição exposta entre economia e vidas humanas, explicitando que algumas vidas (de um segmento específico) precisam ser sacrificadas em nome do *Deus da economia*.

Como pensar na higienização das mãos, quando falta água potável? Como pensar em distanciamento social, quando há albergues e espaços públicos lotados? Como se pensar na #fiqueemcasa, quando não se tem uma? Quando as ações assistencialistas chegam primeiro, mas também são as primeiras a se retirarem diante do cenário de crise, o que sobra de efetivo construído pelas políticas públicas? O que ainda está de pé que não foi atacado ou demolido? Mesmo caminhando na via da defesa das políticas públicas, é preciso pontuar que o Estado e as políticas possuem limitações significativas no enfrentamento às questões pontuadas acima, deixando explícito que a nossa maior ameaça é o modo capitalista de gestão da vida: em resumo, o nosso atual modelo societário se apresenta como a nossa maior ameaça.

Retomando o processo de “conclusão” e buscando pontuar um fim, ainda que arbitrário, evocamos a nossa questão central do debate: como se dão as experiências de humilhação e vergonha no itinerário da PSR e de que maneira elas atuam contornando os mesmos? Inicialmente, é importante recordar que ambas as experiências são categorizadas pelo estudo como violências que realizam a manutenção das relações da PSR com o espaço urbano e seus atores sociais. Além de reforçarem as diferenças nas relações de poder, situações envolvendo humilhação e vergonha limitam os sujeitos em suas expressões, podendo acarretar em um adoecimento físico do corpo humilhado.

Experiências negativas contornam diariamente a circulação deste segmento populacional, situações que remetem a violências diversas; apresentam dificuldades para acessar grande parte dos serviços públicos; são obrigados a aceitarem empregos precários e/ou o próprio desemprego; além do uso de drogas, que é permeado por estigmas e uma

postura truculenta por segmentos da sociedade civil brasileira. Dados como esses, apresentados pelo estudo, indicam que a PSR pode optar, quando existir opção, por realizar outra rota, a fim de evitar entrar novamente em contato com as experiências citadas. Logo, podemos refletir que esses itinerários realizados são, em grande parte, artificiais e não configuram um movimento “genuíno”, mas sim demarcam a negação do direito à cidade a essas pessoas.

Quando questionamos sobre a circulação da PSR com a pergunta-título “andando em círculos?” no sexto capítulo, estamos propondo tecer críticas à ideia de “itinerários fixos” ou, até mesmo, à negação de um itinerário. A PSR não se localiza em nenhum dos dois extremos, pelo contrário, ela está no meio produzindo “atalhos”, ou seja, rotas “mais ou menos” fixas para poder acessar os serviços essenciais, assim como outros espaços almejados.

Sendo a cidade o lugar destinado à PSR, é pertinente analisar as formas como os seus espaços se organizam para “receber” as expressões da pobreza. O estudo indicou que a cidade possui “territórios” destinados à parcela pobre da população: são ruas, praças e até mesmo shoppings “atribuídos aos pobres” e que podem se configurar como lugares propícios à ocorrência de episódios humilhantes. Afinal, todos esses territórios são marcados pelo preconceito e pela discriminação, usualmente associados ao perigo e à violência, o que justificaria as ações truculentas e as abordagens abusivas feitas pela segurança pública. Outra caracterização desses espaços diz respeito à possibilidade de imóveis do seu entorno serem desvalorizados, favorecendo a especulação imobiliária. De forma estratégica, ao ser permitida a ocupação desses lugares pela PSR, a mesma pode estar sendo incluída nesse processo que visa única e exclusivamente à acumulação de capital.

Compreendendo os episódios de humilhação e vergonha como inerentes às expressões da violência, cabe situar o papel exercido pela polícia em suas abordagens abusivas. Através dos relatos, a violência policial surgiu como um fator atrelado à vida urbana, atuando diretamente na circulação da PSR, por meio de abusos psicológicos, violências físicas e verbais. Devido ao receio de retaliações, grande parte da PSR aceita os abusos por não ter outra opção, favorecendo que esse ciclo de violências se perpetue sem nenhuma consequência para os agressores.

Costurando a temática das dificuldades impostas à circulação da PSR nas ruas com as estratégias de resistência/sobrevivência, encontramos esses sujeitos criando formas de habitar e resistir no solo urbano. A mais comum está atrelada ao uso de drogas, que cumpre o papel de amenizar os sofrimentos, o sentimento de ausência, driblar a fome ou simplesmente conseguir dormir. O trabalho também surgiu como uma dimensão importante nas táticas de

sobrevivência, porém este está condicionado ao subemprego ou ao ato de “pedir dinheiro” aos transeuntes. A PSR, em busca de manter sua subsistência e diante da falta de oportunidades, acaba se submetendo a atividades laborais de risco para se manter, como por exemplo o tráfico de drogas.

Mesmo em um cenário tão cruel, que mina o viver frequentemente, o sonho e a esperança se mantêm vivos apesar de toda adversidade; são homens e mulheres que perseveram em busca de condições concretas de melhoria de vida. A maioria dos entrevistados apontaram o desejo de sair das ruas como projeto de futuro, bem como expressaram a vontade de, futuramente, poder ajudar seus pares. Ainda que tais desejos possam estar vinculados a uma reprodução de discursos moralizantes, estes expressam a potência de vida desses sujeitos.

A pobreza e as desigualdades são parte de uma realidade que é ainda vivenciada nas diferentes regiões brasileiras, assim como em outros países da América Latina. Este cenário é a condição necessária para a produção da PSR e propicia todas as experiências anteriormente apresentadas. Nesta direção, no intuito de superarmos o cenário em tela, é fundamental superarmos aquilo que está nas bases de sua produção, ou seja, o MPC, que leva milhares de pessoas às posições precárias da nossa sociedade. A despeito disto, é importante salientar que os sujeitos seguem resistindo e lutando para se concretizarem. Certamente, devemos apostar em nossas investigações, mas, sobretudo, na organização coletiva, que possam contribuir para explicitar tal realidade com o intuito de superá-la, tendo os sujeitos em situação de rua um lugar central neste processo.

Diversas limitações compõem as análises expostas nesta dissertação, tais como: a falta de contatos a longo prazo com as mesmas pessoas no campo, dificultados devido à constante circulação da PSR; o curto tempo da pesquisa, que dificultou acompanhar como as experiências de humilhação e vergonha se desdobram pela cidade; as limitações em se discutir acerca do direito à cidade diretamente com a PSR, com o intuito de compreender o que eles entendem por essa terminologia; a ausência de representações políticas e organizadas através de um movimento de pessoas em situação de rua; a pouca articulação com os atores que compõem a rede socioassistencial, o que pode representar uma abertura para novos estudos que possam buscar compreender como os profissionais da rede pensam as experiências de humilhação e vergonha no contorno das rotas da PSR.

No tocante à PSR, vale ressaltar que em diálogo com tais sujeitos, consideramos ética e politicamente importantes apostar na construção de alternativas que consigam erradicar condições de vida marcadas pela escassez e o aviltamento de direitos que consideramos



fundamentais, como a habitação, a alimentação e o trabalho como um ato de concretização do humano. Direitos que ainda encontram barreiras para sua efetivação na sociabilidade capitalista vigente, guardadas ainda as particularidades do caso brasileiro em sua posição dependente e periférica na geopolítica global. Ademais, há que se considerar o lastro sociocultural que permeia a história do nosso país que tende a naturalizar a realidade de pobreza e desigualdades sociais em que determinados sujeitos e grupos sociais estão inseridos, o que termina por limitar a construção de alternativas políticas de superação desta condição, mesmo que dentro dos limites da estrutura econômica em voga.

Em suma, ainda que distante e sem a pretensão de concluir a temática, a pesquisa desvelou, em partes, o quão cruéis são os itinerários da PSR em busca de recursos básicos para garantir sua sobrevivência. Ao aproximar itinerância e experiências de humilhação e vergonha, encontramos um universo marcado pela subalternidade, pelas revoltas silenciosas, pelo cansaço, pela alienação e pelas táticas de sobrevivência. As humilhações atuam favorecendo a manutenção das explorações e opressões das classes subalternas, agindo com o propósito de desqualificar esses sujeitos, reduzindo-os moralmente, produzindo a vergonha, negando-os enquanto cidadãos de direitos, negando o direito à cidade, nutrindo este segmento com a desesperança, fazendo com que eles não reconheçam a sua capacidade de organização, bem como não a almejem. Contra estas práticas que nos limitam e nos apequenam como sujeitos da história, ousemos lutar!

## REFERÊNCIAS

ACCORSSI, A.; SCARPARO, H.; GUARESCHI, P. A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 536-546, 2012.

AGUIAR, K. No calor de um lugar: território, subjetividades e poder. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 21, n. 3, p. 581-598, 2009.

ALCANTARA, S. C.; DE ABREU, D. P.; FARIAS, A. A. Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. **Revista Colombiana de Psicología**, v. 24, n. 1, p. 129-143, enero/jun. 2015.

ALVAREZ, I. P. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. CARLOS, A. F.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. O. (coords.). **A cidade como negócio**, Contexto, São Paulo, Brasil, 2018, p. 65-80.

AMORIM, A. K. M. A. et al. Entre canteiros e nuvens, perigos e guarda-chuvas: A experiência de uma pesquisa-intervenção com pessoas em situação de rua. **Estudos de Psicologia**, v. 22, n. 4, p. 389-400, out./dez. 2017.

AMORIM, A. K. A.; NOBRE, M. T. Pesquisa-intervenção, políticas públicas e movimentos sociais: uma experiência junto à população em situação de rua. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 42, p. 337-352, 2018.

ANDRADE, L. P.; COSTA, S. L.; MARQUETTI, F. C. A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 4, p. 1248-1261, dez. 2014.

ANTONI, C.; MUNHÓS, A. A. As violências institucional e estrutural vivenciadas por moradoras de rua. **Psicologia em Estudo**, v. 21, n. 4, p. 641-651, out./dez. 2016.

BAPTISTA, C. M.; HERRERA, G. E.; PIEDRAHÍTA, L. Z. Entre el hogar y el asfalto: relatos y experiencia de vida de habitantes en condición de calle. **Revista Lasallista de Investigación**, v. 14, n. 2, p. 65-72, julio/dic. 2017.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BERROETA, H.; MUÑOZ, M.I. Usos y significados del espacio público en personas en situación de calle. Un estudio en Valparaíso y Viña del Mar. **Revista de Psicología**, v. 22, n. 2, p. ág. 3-17, 2013.

BEZERRA, W., C. et al. O cotidiano de pessoas em situação de rua: rupturas, sociabilidades, desejos e possibilidades de intervenção da Terapia Ocupacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 23, n. 2, 2015.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2 n. 1, p. 68-80.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. Ateliê editorial, 2013.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana, e dá outras providências.

BRASIL (2008). **Política nacional para inclusão social da população em situação de rua**. Brasília. Recuperado em 14 de maio de 2018, em <http://projetorua.gempo.com.br/wp-content/uploads/2013/06/Política-nacional-para-inclusão-social-da-população-em-situação-de-rua.pdf>

BRASIL (2009a). Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **Rua: aprendendo a contar-pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. 2009.

BRASIL (2009b). **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para População em Situação de Rua.

BRASIL (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Populacional 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama>

BRASIL (2012). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Primeiro Censo e Pesquisa nacional sobre população de rua**. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao\\_civel/acoes\\_afirmativas/inclusaooutros/aa\\_diversos/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/inclusaooutros/aa_diversos/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf)

BRASIL. **Lei nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 2009, n. 8, p. 1-16, 23 dez. 2009.

BRASIL. (2017). Ministério do Desenvolvimento Social. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos**. Brasília. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/concepcao\\_fortalecimento\\_vinculos.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/concepcao_fortalecimento_vinculos.pdf)

BREAKWELL, G. M. (2010). Métodos de entrevista. In Breakwell, G. M. et al. **Métodos de Pesquisa em Psicologia**. Porto Alegre: Artmed. p. 238-259.

CABRERA, L. 'Así ocupo un lugar'. Situación de calle y las otras formas de habitar la ciudad en Chile y Uruguay. **Estudios atacameños**, n. 63, p. 105-130, dic. 2019.

CARAVACA-MORERA, J. A.; PADILHA, M. It. Entre batalhas e pedras: Histórias de vida de moradores de rua, usuários de CRACK. **Revista Hacia la Promoción de la Salud**, v. 20, n. 1, p. 49-66, enero/ jun. 2015.

CARLOS, A. F. A tragédia urbana. CARLOS, A. F.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. O. (coords.). **A cidade como negócio**, Contexto, São Paulo, Brasil, 2018, p. 43-64.

- CARNEIRO, Karine Gonçalves. Perigosos ou úteis? Os moradores de rua e a produção do espaço urbano em Belo Horizonte e Bogotá. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 1, p. 45-61, 2019.
- COSTA, Fernando Braga. **Homens invisíveis**: relato de uma humilhação social. Globo Livros, 2004.
- COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 4, n. 1, p. 1-15, 2005.
- COSTA, E. A. P.; COIMBRA, C. M. B. Nem criadores, nem criaturas: éramos todos devires na produção de diferentes saberes. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 125-133, 2008.
- COSTA, S., et al. Gestantes em situação de rua no município de Santos, SP: reflexões e desafios para as políticas públicas. **Saúde e Sociedade**, v. 24, p. 1089-1102, jul./sep. 2015
- CASTILLO, Luis Antonio Daza. Determinantes sociales del fenómeno de habitabilidad de calle en Bogotá DC Una aproximación desde la salud urbana. *Medicina UPB*, v. 36, n. 1, p. 51-58, enero/jun. 2017.
- CASTRO, A. C.; BICALHO, P. P. G. Juventude, território, Psicologia e política: intervenções e práticas possíveis. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. SPE, p. 112-123, 2013.
- DELFIN, L.; ALMEIDA, L. A.M. de; IMBRIZI, J. M. A rua como palco: Arte e (in) visibilidade social. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, 2017.
- DALLOS, R (2010). Métodos observacionais. In: Breakwell, G. M., et al. Métodos de Pesquisa em Psicologia. Porto Alegre: Artmed. p. 134-155.
- DESLANDES, S. F., NETO, O. C., & GOMES, R. (2009). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. In Minayo M. C. S. (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- DONOSO, M. et al. Estudo etnográfico sobre pessoas em situação de rua em um grande centro urbano. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 894-909, out./dez. 2013.
- GALEANO, Eduardo. **O livro dos Abraços**. ed. 9. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- ESTANISLAU, M. A.; XIMENES, V. M. Vivências de humilhação e vergonha: uma análise psicossocial em contexto de pobreza. In XIMENES, V., NEPOMUCENO, B., CIDADE, E., MOURA JR., J. (Org). **Implicações psicossociais da pobreza**: diversidades e resistências. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora. p. 121-148, 2016.
- FARIAS, T., DINIZ, R. População em situação de rua e direito à cidade: invisibilidade e visibilidade perversa nos usos do espaço urbano. In NOBRE, M., AMORIM, A., MEDEIROS, F., MATOS, A. (Org.). **Vozes, imagens e resistência nas ruas**: a vida pode mais. Natal: EDUFRN, 2019.
- FEDERAL, S. (1988). **Constituição**. Brasília (DF).
- FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Morar na rua: realidade urbana e problema público no Brasil. **Cadernos Metrópole**, v. 21, n. 46, p. 975-1004, set./dez. 2019.

FILHO, A. N.; FLACH, P. Os sujeitos e suas exclusões: os movimentos de resistência e os riscos de iatrogenia. In: Vecchia, M. D. et al. (Org.). **Drogas e direitos humanos: reflexões em tempos de guerra às drogas**. Porto Alegre: Rede UNIDA. 2017. p. 299-318.

FLICK, U. (2009). **Introdução à pesquisa qualitativa**. 2ª ed. São Paulo: Artmed.  
FREITAS, M.; PEREIRA, E. R. O diário de campo e suas possibilidades. **Quaderns de Psicologia**, v. 20, n. 3, p. 235-244, 2018.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de saúde pública**, v. 24, p. 17-27, 2008.

GANGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: 34, 2006.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Psicologia clínico-comunitária**. 2012.  
GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004. **HAGUETTE, TMF Metodologias qualitativas na Sociologia**, 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social-um problema político em psicologia. **Psicologia usp**, v. 9, n. 2, p. 11-67, 1998.  
GONÇALVES FILHO, J. M. (2007). Humilhação social: humilhação política. In: **Orientação à queixa escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo

GUARESCHI, P. A. **Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética**. Editora Vozes, 2012.

GUARESCHI, P. A. (2014). Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In Sawaia. (org.). **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14. ed. Petrópolis: Vozes. p. 143-157.

GUZZO, Raquel. A (des)igualdade social e a Psicologia: uma perspectiva para o debate sobre a pobreza. In: XIMENES, V.; NEPOMUCENO, B.; CIDADE, E.; MOURA JR., J. (Org.). **Implicações Psicossociais da pobreza – diversidades e resistências**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, E. (1999). **Ensaio semiótico sobre a vergonha**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOLANDA, J. G. Se virando no sistema da rua: moradores de rua, conceitos e práticas. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 1, p. 28-44, apr. 2019.

IAMAMOTO, M. V. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 21, p. 117-140, 2008.

JOBIM, S.; CARVALHO, C.S. Ética e pesquisa: o compromisso com o discurso do outro. **Revista Polis e Psique**, v. 6, n. 1, p. 98-112, 2016.

JOHAN, E. R.; FELIPPI, Â. C. T. Identidade territorial e juventude: a percepção dos jovens do Vale do Rio Pardo/RS sobre o território, por meio da fotografia. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 1, p. 53-69, 2018.

JUNIOR, D.V. S.; BELLOC, M. M. Habitar invisível: produção de vida e cuidado na experiência urbana. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, 2018.

JUSTO, M. G. Vida nas ruas de São Paulo e alternativas possíveis: um enfoque socioambiental. **InterfacEHS**, v. 3, n. 1, p. 4, 2008.

KUNZ, G. S.; HECKERT, A. L.; CARVALHO, S. V. Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. **Fractal: Revista de psicologia**, v. 26, n. 3, p. 919-942, dez. 2014.

LA TAILLE, Y. (2004). **Vergonha, a ferida moral**. (2a ed.). Petrópolis: Vozes.

LA TAILLE, Y. O sentimento de vergonha e suas relações com a moralidade. **Psicología: reflexao e critica**, v. 15, n. 1, p. 13-25, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 8. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p.121-192.

MARTIN-BARÓ, Ignacio. O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano. In: Martin Baró, I. (F. Lacerda Júnior, Org., Trad., Notas). **Crítica e Libertação na Psicologia**. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 173-203.

MARX, K. (2017). **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia & sociedade**, v. 16, n. 2, 2004. p. 47-58.

MATTOS, C. M. Z. et al. O envelhecimento das pessoas idosas que vivem em situação de rua na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil. **Revista kairós gerontologia**, 2016.

MEDEIROS, R. P. Entre as andanças e as travessias nas ruas da cidade: Territórios e uso de drogas pelos moradores de rua. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 1, p. 142-158, jan./apr. 2019.

MELLO, S. L. (2014). A violência urbana e a exclusão dos jovens. In Sawaia. (Org.). **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2014. p.131-142.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. **A rua e a sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MEDRADO, B.; SPINK, M. J. P.; MÉLLO, R. P. **Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas**. 2014.

MENDES, K. T.; RONZANI, T. M.; PAIVA, F.S. (2019). **Se Essa Rua Falasse**: Uma análise sobre estigma, pobreza e uso de drogas nas trajetórias de sujeito em situação de rua. Editora: UFJF.

MONTAÑO, C. (2012). Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc., São Paulo**, (110), 270-287. Recuperado em 10 de junho de 2018.

MOURA JÚNIOR, James Ferreira. **Reflexões sobre a pobreza a partir da identidade de pessoas em situação de rua**. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

MOURA JR, F.; XIMENES, V. M.; SARRIERA, C. Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. **Revista de Psicologia**, v. 22, n. 2, p. ág. 18-28, 2013.

NATALINO, M., A., C. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Texto para discussão, 2016. Disponível em:

[https://www.econstor.eu/bitstream/10419/177462/1/td\\_2246.pdf](https://www.econstor.eu/bitstream/10419/177462/1/td_2246.pdf). Acesso em: 10/07/2020

NOBRE, M. T. et al. Narrativas de modos de vida na rua: histórias e percursos. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, 2018.

NONATO, D. N.; RAIOL, R. W. G. Invisíveis sociais: a negação do direito à cidade à população em situação de rua. **Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade**, v. 2, n. 2, p. 81-101, jul./dec. 2016.

PADUA, R. F. Produção estratégica do espaço e os “novos produtos imobiliários”. CARLOS, A. F.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. O. (coords.). **A cidade como negócio**, Contexto, São Paulo, Brasil, 2018, p. 43-64.

PEREIRA, Camila Potyara. **Rua sem Saída**: Um estudo sobre a relação entre o Estado e a População de Rua de Brasília. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, 2008.

PEREIRA, V. S. Notas para caracterização da população de rua: uma reflexão a partir da gênese da questão social. **COnline-REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, n. 7, 2009.

PIMENTA, M. M. Personas e situación callejera en Porto Alegre: Processos de estigmatização e invisibilidade social. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 1, p. 82-104, jan./abr. 2019.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA (2016). **Diagnóstico da população em situação de rua de Juiz de Fora**. Secretaria de Desenvolvimento Social. Juiz de Fora, MG.

REIS, T. C. M.; AZEVÊDO, A. V. S. Vivências de homens em situação de rua no sul do Brasil. **Contextos Clínicos**, v. 12, n. 3, p. 976-999, set./dez. 2019.

ROLNICK, R. (2015). **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo.

ROSA, A. S.; CAVICCHIOLI, M. G. S.; BRÊTAS, A. C. P. O processo saúde-doença-cuidado e a população em situação de rua. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 13, n. 4, p. 576-582, jul./ago. 2005.

SALGADO, G. M.; GUIMARÃES, C. M.; DE OLIVEIRA, C. I. Direito à identidade: etnofotografias na Praça da Sé. **Revista direito e praxis**, v. 5, n. 1, p. 172-212, oct. 2014.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. Hucitec, 1993.

SANTOS, M. C. L. (2009). Notas sobre a dinâmica socioespacial da população em situação de rua: estratégias de adaptação, sobrevivência e o manejo dos recursos disponíveis no meio urbano. In: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, **Rua aprendendo a contar**: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília: MDS.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.

SAWAIA, B. B. (2014). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In Sawaia. (org.). **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 99-119.

SAWAIA, Bader Burihan; PEREIRA, Aline; DOS SANTOS, Livia Maria Camilo. Psicologia e população em situação de rua: apontamentos sobre a produção científica no Brasil. In: SAWAIA, Bader Burihan; ALBUQUERQUE, Renan; BUSARELLO, Flávia (Org.). **Afeto & comum**: Reflexões sobre a práxis psicossocial. São Paulo: Alexa Cultural, 2018. p. 101-122.

SERAFINO, I.; LUZ, L. C. X. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. **Revista Katálisis**, v. 18, n. 1, p. 74-85, 2015.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, 2006.

SILVA, M. L. L. (2009). **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. Editora: Cortez, 2009.

SILVA, S. A. População em situação de rua no Rio de Janeiro: novos tempos, velhos métodos. **Revista Psicologia Política**, v. 13, n. 27, p. 337-350, 2013.

SIQUEIRA, L. S. (2012). Desenvolvimento e pobreza: uma análise crítica. **Temporalis**, v. 12, n. 24, p. 353-384, 2012.



SIROTA, A. Humilhação social: uma reflexão sob o ponto de vista psicanalítico. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 25, n. 4, p. 557-565, 2008.

SMADS (2016). Apresentação. In: Santana, C., Rosa, A. (org.). **Saúde mental das pessoas em situação de rua: conceitos e práticas para profissionais da assistência social**. São Paulo: Epidaurus Medicina e Arte. Recuperado em 22 de maio de 2018, em [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento\\_urbano/saude\\_mental\\_pop\\_ua.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/saude_mental_pop_ua.pdf)

SOLDERA, L.M. **Raízes da vergonha: um estudo psicossociológico sobre a vivência de trecheiros**. 2011. 94 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

SOLDERA, L. M.; HASHIMOTO, F. (2009). Raízes da vergonha: Um estudo psicossociológico sobre a vivência de trecheiros. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 8, n. 2, p. 189–194.

SPOSATI, A. (2009). O caminho do reconhecimento dos direitos da população em situação de rua: de indivíduo à população. In: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, **Rua aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília: MDS.

SPINK, P. K. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 18-42, 2003.

TIENGO, V. M. O Fenômeno População em Situação de Rua Enquanto Fruto do Capitalismo. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 17, n. 1, p. 138-150, jan./jul. 2018.

TELLES, V. S. A pobreza como condição de vida: família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas. *São Paulo perspect*, v. 4, n. 2, p. 37-45, abr./jun. 1990.

UZZELL, D.; BARNETT, J. (2010). Pesquisa etnográfica e pesquisa-ação. In Breakwell, G. M., et al. **Métodos de Pesquisa em Psicologia** (pp. 302-320). Porto Alegre: Artmed. p.302-320.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 8. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p.75-104.

VELOSO, Matheus Aline. **“Apesar que o vida loka também ama”**: experiência afetiva de adolescentes inseridos no tráfico de drogas. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

WEBER, F. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo? **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 32, p. 157-170, 2009.

YAZBEK, M. C. A pobreza e as formas históricas de seu enfrentamento. **Revista de Políticas Públicas**, v. 9, n. 1, 2005.

Yazbek, M. C. (2012). Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, v.110, p. 288-322. 2012.

ZALUAR, A. Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais. **Mana**, v. 15, n. 2, p. 557-584, 2009.

ZAVALETA, D. The ability to go about without shame: A proposal for internationally comparable indicators of shame and humiliation. **Oxford Development Studies**, v. 35, n. 4, p. 405-430, 2007.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

### **Eixo 1 – Apresentação**

1 – Gostaria que me contasse um pouco sobre sua história até chegar aqui.

### **Eixo 2 – Circulação pela cidade**

2 – Gostaria que você me contasse o que você faz durante o seu dia?

3 – Você trabalha em algum lugar da cidade? Como faz para conseguir dinheiro?

4 – Quando você está com fome, onde você costuma ir para comer?

5 – Durante a noite, quando precisa dormir, em qual lugar da cidade você dorme?

6 – Gostaria que me contasse onde você costuma ir para tomar banho? 79 – Há algum lugar específico na cidade que você costuma ir com mais frequência?

7 – Você atualmente está vivendo nas ruas, anda por elas e frequenta vários lugares, o que é andar pela cidade para você?

8 – É difícil para você andar pela cidade?

9 – Quando você precisa resolver algum problema, onde você vai? Qual é sua referência na cidade?

10 – Existe algum lugar na cidade que você não voltaria ou não gosta de ir? [serviços, bairros, espaços, etc] Gostaria de me contar o porquê?

### **Eixo 3 – Experiências de humilhação e vergonha**

11 – Como você acha que as pessoas veem as pessoas que estão nas ruas?

12 – Você acha que elas pensam isto sobre você?

13 – Como as pessoas te tratam quando você chega em algum lugar? (Por ex: praças, serviços públicos, hospitais) Como você se sente em relação a isso?

14 – Gostaria também que me contasse se você já se sentiu desrespeitado em alguma situação.

15 – Você se recorda de alguma situação em que você ficou chateado/triste/se sentiu mal, pela forma que foi tratado? Em que lugar isso aconteceu?

16 – Gostaria de saber se você já sofreu algum tipo de preconceito nas ruas?

17 – Você já sentiu vergonha por estar nas ruas?

Você já passou por alguma situação ao caminhar/frequentar algum espaço na cidade que te deixou chateado/constrangido/envergonhado?

18 – Você já foi impedido de entrar/circular/andar em algum lugar da cidade?

19 – Você já sofreu alguma violência nas ruas? [Gancho para falar sobre política ou/e atores institucionais e resistência] E o que você fez?

20 – Você participa ou conhece algum coletivo/movimento social/político relacionado a população em situação de rua?

**Finalização/fechamento (expectativas e projeções para o futuro):**

21 – Gostaria que você me contasse sobre o que você espera do futuro?

22 – Você tem algum sonho que gostaria de realiza-lo?